



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Experiências de políticas
públicas para prevenção
à violência e promoção
da cultura da paz



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Experiências de políticas públicas
para prevenção à violência e
promoção da cultura da paz

VOLUME II

1ª Edição

2023

REALIZAÇÃO



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

450
Anos



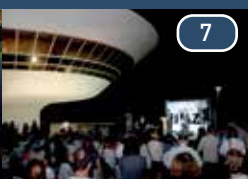
1

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire



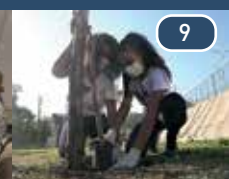
6



7



8



9



10



2



3



4



5

- 1 - Caminhada Luminosa Pela Paz, promovida pela Sociedade Civil.
- 2 - Reunião entre gestores para definição orçamentária para implementação dos projetos PNCV (2019).
- 3 - Roda de Capoeira no Espaço Nova Geração (ENG) em atividade de integração comunitária e prevenção a violência.
- 4 - Guarda Civil Municipal atua em campanha pelo fim da violência contra as mulheres e prevenção à violência doméstica.
- 5 - Vista da comunidade Viradouro refletida na janela da Plataforma Urbana Digital.
- 6 - Apuração da consulta pública sobre o armamento da Guarda Civil Municipal.
- 7 - Lideranças Comunitárias realizam a apresentação da importância da Paz como pauta para o desenvolvimento da cidade, realizado no MAC após a Caminhada pela Paz.
- 8 - Reunião entre pesquisadores e gestores da Prefeitura de Niterói para realização da Pesquisa de Vitimização.
- 9 - Jovens do programa Niterói Jovem Eco Social realizam plantio de mudas.
- 10 - Agentes de segurança pública e ordenamento urbano realizam o monitoramento através das câmeras do CISP.
- 11 - Jovens fazem apresentação de dança no lançamento do projeto Poupansa Escola.
- 12 - Agentes do Niterói Presente realizam atividade de policiamento no Centro da cidade.
- 13 - Encontro com lideranças pela erradicação da violência e da intolerância religiosa.
- 14 - Guarda Civil Municipal recebe bicicletas para desenvolver atividades de prevenção à violência.
- 15 - Crianças da Rede Municipal de Educação participam do projeto Rotas Caminháveis da Urban95.



11



12



13



14



15

PREFEITO

Axel Schmidt Grael

VICE-PREFEITO

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodrigo Neves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS CULTURAS

Julia Corrêa Pacheco Gitsin

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI

Fernando Brandão

**SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI**

Ivan Macedo

DIRETORA DA NITERÓI LIVROS

Chris Fuscaldo

COORDENADOR DA NITERÓI LIVROS

Jordão Pablo de Pão

COORDENAÇÃO GERAL DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Axel Schmidt Graef

COMITÊ GESTOR (2018-2023)

Rodrigo Neves

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Nadine Monteiro Borges

Vicente Augusto Temperini Marins

Anderson Rodrigues Pipico

Bira Marques

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

COORDENAÇÃO GERAL EXECUTIVA

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Assessoria Executiva

Hernande Flores

José Leandro Rangel de Carvalho

José Henrique Antunes

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Karina de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Assed Pereira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

GERENTE DE PROJETOS E PROGRAMAS

Ana Carolina Vitória de Medeiros Silva

Banco de Oportunidades

Luísa Vianna Assumpção

Rede Acolher - Escritório Social

Carlos Mário da Silva Neto

Escola da Família

Maria José Soares Pereira

Escola da Paz

Ronald dos Santos Quintanilha

Espaço Nova Geração

Bárbara da Silva Siqueira

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Território da Juventude

Danielle Murtha

Rede Mais Proteção

Miriam Ribeiro

Premiação por apreensão de arma de fogo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Observatório de Segurança Pública

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de armas

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento

Mauricio Santos de Moraes

Disque Denúncia

Francisco Lima Torres

Niterói Jovem EcoSocial

Octávio Ribeiro Santos

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Rede Mediar

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Fortalecimento da Guarda Municipal

Paulo Roberto Britto Júnior

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Equipe Pacto Niterói Contra a Violência

Adriana de Oliveira

Eliane Rodrigues da Costa

Flávia Chagas Marques

Gustavo dos Santos Vieira

Renata Lúcia Ribeiro

Victor Pacheco da Silva

Thiago Almeida Santos de Sena

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Machado Vieira

Karina de Paula

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Luis Azevedo Guedes - Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Elizabete Ribeiro Albernaz - Witwatersrand University (WITS), em Joanesburgo / África do Sul

Flávia Monteiro de Barros Araújo - Faculdade de Educação - UFF

Lenin ados Santos Pires - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Luciane Patrício Barbosa Martins - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Márcia Maria de Jesus Pessanha - Faculdade de Educação - UFF

Mônica de Castro Maia Senna - Escola de Serviço Social - UFF

Paula Land Curi - Instituto de Psicologia - UFF

Paulo de Martino Jannuzzi - Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE

Coordenação editorial

Karina de Paula

Assessoria editorial

Amanda Jevaux da Silva

Juliana Pereira de Aguiar

José Henrique Antunes

Apoio

Niterói Livros

Fotografia

Acervo PNCV; Acervo dos projetos e programas; Acervo CGCOM/PMN:

Berg Silva, Bruno Eduardo Alves, David Andrade, Douglas Macedo, Letícia Pitta,

Luciana Carneiro, Leo Zulluh, Páprica Fotografia, Rodrigo Smiderli, Thainá Nunes.

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões da Prefeitura de Niterói ou das organizações parceiras.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prefeitura, Niterói (RJ).

Pacto Niterói contra a violência : volume II : experiências de políticas públicas para prevenção à violência e promoção da cultura da paz / Prefeitura do município de Niterói ; organização Maria das Graças Silva Raphael...[et al.]. -- Niterói, RJ : Fundação de Arte de Niterói | Niterói Livros, 2023.

Outros organizadores: Karina de Paula, Ana Maria Machado Vieira, Paulo Henrique Azevedo de Moraes
Bibliografia.

ISBN 978-65-992086-8-3

1. Administração municipal - Niterói (RJ)
2. Ciências políticas 3. Políticas públicas - Niterói (RJ) 4. Proteção social 5. Segurança pública 6. Violência 7. Violência urbana - Niterói (RJ) I. Raphael, Maria das Graças Silva. II. Paula, Karina de. III. Vieira, Paula, Ana Maria Machado. IV. Moraes, Paulo Henrique Azevedo de. V. Título

23-151607

CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Ciência política 320.6

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	15
Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência	19
Capítulo 1 – Pacto Niterói Contra a Violência: do nacional ao local, entre avanços e desafios	23
Capítulo 2 – Banco de Oportunidades: perspectivas para a juventude niteroiense	35
Capítulo 3 – Projeto Niterói Jovem Eco Social.....	43
Capítulo 4 – Espaço Nova Geração.....	55
Capítulo 5 – Programa Poupança Escola: a experiência do Grupo de Trabalho Intersectorial de Busca Ativa	69
Capítulo 6 – Por uma Escola da Paz: Contribuições do Pacto Niterói Contra a Violência para a Difusão da Cultura de Paz nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação	89
Capítulo 7 – Implementação do Projeto Escola da Família: desafios e perspectivas	105
Capítulo 8 – Modos de vida e de existência de Mulheres Gestantes em situação de Rua: Promoção do Cuidado e Proteção Social através do Consultório na Rua e do Programa Escola da Família	127
Capítulo 9 – Acolhimento e Reinserção Social	145
Capítulo 10 – Complexo do Viradouro: os Desafios de Políticas Públicas e seus Impactos na Inclusão Social	155
Capítulo 11 – Disque-Denúncia.....	169
Capítulo 12 – Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói	179
Capítulo 13 – A mediação de conflitos como via estruturante para a cultura da paz na construção de cidades inteligentes	193
Sobre os Autores	205
Agradecimentos	211
Anexos	
Anexo I – Marco Legal do Pacto Niterói Contra a Violência	213
Anexo II – Memorial do Pacto Niterói Contra a Violência (2018-2022)	216

Prefácio

Estratégia a serviço da Segurança Pública

“Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. A frase do saudoso Darcy Ribeiro sobre a importância da educação para o enfrentamento à violência nos serve de inspiração para a Segurança Pública. Não à toa, Niterói tem reduzido de forma expressiva os níveis de criminalidade. O resultado é fruto de um trabalho baseado em ações estratégicas que vão muito além da ação policial. O Pacto Niterói Contra a Violência, elaborado com ampla participação popular, traduz a orientação da Prefeitura de Niterói para o planejamento e assertividade.

Este livro é um convite à reflexão acerca das políticas públicas capazes de reverter a dura realidade de violência que assola cidades em todo o mundo. Aqui, o leitor encontrará a bem sucedida experiência de uma cidade que, apesar de inserida em uma complexa Região Metropolitana, conseguiu resultados importantes. Prioridade para os niteroienses, a Segurança Pública se mantém como prioridade para a Prefeitura de Niterói, apesar de esta ser uma atribuição constitucional do Governo do Estado.

Trabalho de inteligência, programas sociais e a utilização de ferramentas tecnológicas se somaram aos esforços do município para garantir o policiamento. Nestes últimos anos, Niterói implantou o Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp), o Cercamento Eletrônico e o programa Niterói Presente. Todas as ações foram traçadas a partir de dados coletados pelo Observatório de Segurança Pública, imprescindível para o mapeamento, definição de prioridades e estratégia.

A Guarda Municipal também teve atenção especial. Com a implantação da Cidade da Ordem Pública, a corporação foi re-

**Niterói tem
reduzido de forma
expressiva os níveis
de criminalidade.
O resultado é fruto
de um trabalho
baseado em ações
estratégicas além da
ação policial.**

estruturada, passou por aumento do efetivo através de concurso público, valorização profissional e foco na qualificação.

O Pacto Niterói Contra a Violência também foi responsável por políticas públicas inovadoras, como o Niterói Jovem EcoSocial. O programa, uma parceria com a Firjan, já beneficiou 400 jovens de 11 comunidades em situação de vulnerabilidade e ganhou uma segunda edição em 2023, contemplando 500 alunos, moradores de 24 localidades. O EcoSocial oferece aos jovens bolsa-auxílio para fazer cursos de formação profissional e para trabalhar em ações ambientais promovidas no município.

“Não restam dúvidas de que violência não se enfrenta com mais violência. Violência se enfrenta com oportunidades, dignidade e igualdade social.”

A Mediação de Conflitos foi levada às comunidades, como forma de prevenção de crimes, em especial os de lesão corporal e ameaças. Já o Programa Escola da Família, foi criado para fortalecer o vínculo afetivo da gestante com o bebê e com seus familiares. Com o Poupança Escola, os Espaços Nova Geração e a ampliação do horário integral, a Prefeitura de Niterói abriu poderosas frentes de enfrentamento à evasão. As ações contra o abandono escolar, que ganham contornos ainda mais graves com a pandemia, incluem a implantação de novas metodologias pedagógicas, atividades socioemocionais e inclusão digital.

O resultado de tantas ações integradas está claro nas estatísticas, no reconhecimento dos cidadãos e cidadãs, no desenvolvimento sustentável de uma cidade cada vez mais humanizada e solidária. Não restam dúvidas de que violência não se enfrenta com mais violência. Violência se enfrenta com oportunidades, dignidade e igualdade social.

Em Niterói, a inclusão social é um caminho sem volta. Boa Leitura!

Boa Leitura!

Axel Graef
PREFEITO DE NITERÓI

Apresentação

Em 2023, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) completa cinco anos e, como forma de resgatar e registrar a memória de sua implementação, desenvolvemos uma coletânea em dois volumes com textos escritos pelos gestores, gerentes, parceiros e colaboradores durante o ano de 2021.

O primeiro volume resgatou a memória institucional da gênese do PNCV, focando nos processos de reflexão e análise que culminaram na construção de uma cogovernança, desenvolvida entre o poder público e a sociedade civil organizada, como estratégia para promover a segurança pública e a prevenção à violência. Nossa proposta foi promover reflexões e debates sobre como a fraternidade política e a articulação em âmbito municipal convergem para a construção de iniciativas de intervenção direta ao que pode ser denominado como “problemas de segurança pública e violência urbana”, mesmo com as limitações constitucionais impostas a atuação dos municípios nesse âmbito.

O volume 2 apresenta as estratégias e os desafios enfrentados pelos gestores e gerentes para implementar os projetos e programas com foco na prevenção à violência, ação territorial integrada e engajamento dos cidadãos, referentes ao Plano Municipal de Prevenção à Violência (PMPV), estabelecido pelo Decreto nº 13.378/2019, e a Rede Mediar, estabelecida pelo Decreto nº 13.380/2019. Os capítulos relatam os processos de implementação de políticas públicas a partir da compreensão da violência como fenômeno humano-social, relacional, multicausal e polissêmico, com concepções e tipologias das mais diversas, executados de forma transversal e intersetorial, contexto que complexifica o desenvolvimento de ações para a garantia de direitos.

Os textos encontram-se organizados por um fio condutor que parte de reflexões sobre a garantia de direitos para a juventude, levando à apresentação de características geográficas e populacionais do município. Pela juventude, aden-

tramos às iniciativas que abarcam adolescentes e crianças desde a gestação e, por conseguinte, suas famílias e comunidades. Por fim, apresentamos como o engajamento e a proximidade com a população têm sido elementos essenciais para a construção de uma cultura de paz e para a concepção de políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência em âmbito municipal.

A riqueza do conteúdo apresentado neste volume é resultado direto das diretrizes para produção textual elaboradas no âmbito da comissão científica, do qual damos destaque para as fontes de pesquisa, primárias e secundárias, cujos levantamentos foram realizados pelos autores junto aos bancos de dados, arquivos, pessoas e uma gama de memória institucional. Outro destaque consiste na descrição de como os projetos e programas foram desenvolvidos durante a pandemia da covid-19. Tais projetos e programas, em 2020, estavam em pleno processo inicial de desenvolvimento e tiveram suas atividades suspensas ou modificadas em razão das medidas de prevenção à proliferação do vírus Sars-Cov-2.

Em 2021, quando os textos foram produzidos, os projetos e programas encontravam-se em processo de retomada e readaptação para o retorno das atividades presenciais, realizados de forma gradual e com acompanhamento direto dos indicadores de contágio e mortalidade pelo vírus e monitorados pelo Gabinete de Crise, criado em março de 2020 pela Prefeitura Municipal de Niterói em atendimento às demandas da pandemia. Mais do que relatar os processos de implementação, os textos abordam os desafios e as estratégias alçadas para que fossem rapidamente ajustados ao cenário, num momento em que a única certeza era a de que prevenir a violência e promover a segurança pública passavam, também, por compreender a mudança do cenário e agir de forma rápida, criativa e inovadora.

Esse contexto evidencia as limitações, pessoais e infraestruturais, dos agentes e suas organizações, para lidarem com as ferramentas digitais e o ambiente online, algo não obstante das dificuldades dos públicos atendidos no âmbito dos projetos e programas. Tal fato nos alerta para os novos desafios da gestão pública para a garantia de direitos nos processos

de transformação digital. São questões que podem por reduzir, estreitar ou ampliar as desigualdades e o acesso aos dispositivos de cidadania e que podem ser sanadas antes que afetem o desenvolvimento da cidade e reforcem violências.

Esperamos, com essa iniciativa, apresentar à sociedade os resultados parciais dos projetos e programas de prevenção à violência e segurança pública, norteados pelo compromisso de promover a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, a relação intersetorial e transversal das ações desenvolvidas com o objetivo de promover “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” (ODS16) impactam e são impactadas por ações que dialogam e colaboram diretamente com os demais ODS, podendo ser caracterizada como ODS16+, segundo a rede Peace in Our Cities.

Este é um primeiro passo para que possamos compreender os desafios, avaliar o percurso e resgatar os aprendizados do processo de implementação dos projetos e programas vinculados ao Pacto Niterói Contra a Violência, com vistas a materialização das metas do Plano Niterói Que Queremos (NQQ), rumo ao objetivo comum de tornar Niterói a melhor cidade para viver e ser feliz, com inclusão social, segurança pública, desenvolvimento sustentável e vivência da cultura da paz.

Comissão Organizadora

Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência

O Pacto Niterói Contra Violência foi estruturado em quatro eixos que se articulam e se complementam no enfrentamento e prevenção à violência e promoção da cultura da paz. São eles:

O eixo **Convivência e Engajamento dos Cidadãos** constitui-se de ações integradas para redução de comportamentos contrários ao bem viver, difusão da cultura da paz, incentivo a comportamentos que previnam a violência e o crime, e estímulo da ocupação dos espaços públicos pela cidadania. São projetos e programas vinculados à esse eixo:

- **Rede Mediar:** implementação da mediação de conflitos como política pública que visa reduzir os registros de ameaça e lesão corporal dolosa, através da criação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, de Núcleos de Mediação Comunitária para o atendimento à população e de atividades de mediação de conflitos.
- **Fortalecimento da Guarda Civil Municipal:** promover a qualificação das ações da Guarda Civil Municipal e a ampliação da sua capacidade de atuação no campo da ordem pública e a promoção da convivência harmônica na cidade. Encontra-se centrado na implementação do Plano Decenal de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal 2020-2030.

O eixo **Policimento e Justiça** constitui-se de ações integradas permanentes de policiamento e justiça realizadas entre as forças de segurança federais, estaduais e municipais, o Poder Judiciário e o Ministério Público. São projetos e programas vinculados à esse eixo:



- **Observatório de Segurança Pública (OSPNit):** vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), tem por objetivo realizar a coleta e sistematização dos dados sobre violência e ocorrências criminais no município, a partir de fontes públicas e sociais, fornecendo padrões visuais e informações para a tomada de decisão, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência no âmbito municipal.
- **Disque Denúncia:** programa por meio do qual os cidadãos e cidadãs fazem denúncias anônimas através de telefone sobre situações de violência, crimes e outras demandas sociais, participando ativamente no combate à violência e práticas ilegais.
- **Cercamento Eletrônico:** sistema de inteligência artificial que utiliza câmeras OCR nas vias públicas da cidade, permitindo uma ação mais efetiva no monitoramento de veículos em tempo real. É operado em conjunto com o sistema integrado de monitoramento por câmeras e central 153 do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).
- **Reforço de Policiamento:** programa que fomenta a contratação de policiais por intermédio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis) visando à ampliação da quantidade de agentes em circulação no território e a melhoria dos equipamentos utilizados por estes (como viaturas) objetivando a redução de manchas criminais e a melhoria da sensação de segurança.
- **Premiação por Apreensão:** estabelece uma premiação especial por apreensão de armas de fogo, desde que da atuação não decorra letalidade, a ser paga aos policiais e guardas municipais responsáveis por cada arma apreendida na cidade.
- **Entrega Voluntária de Armas:** programa de incentivo ao desarmamento de munícipes, visa a reduzir os índices de homicídios e de lesões ocasionadas por armas de fogo.

O eixo **Ação Territorial Integrada** constitui-se de ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

- **Niterói Jovem Eco Social:** oferece oportunidades de formação, qualificação profissional e para o trabalho para jovens, de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e competências profissionais que elevem o potencial de empregabilidade. Em paralelo, os jovens participantes do projeto desenvolvem atividades de sustentabilidade urbana e preservação ambiental, melhorando a qualidade de vida em seus territórios de moradia e em toda a cidade.

- **Intervenções Urbanísticas:** realização de obras de infraestrutura e de implantação de equipamentos públicos nos territórios de maior vulnerabilidade social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nesses territórios;

- **Ação Territorial Integrada:** desenvolve ações de participação da população e gestores públicos das propostas, do planejamento e da tomada de decisões nos territórios onde são implantadas as intervenções urbanísticas. De forma integrada, democrática e participativa, elevando-se a prática da cidadania a partir da construção de comitês territoriais.

O eixo **Prevenção** constitui-se de ações intersetoriais integradas dirigidas à intensificação dos fatores de proteção e à redução dos fatores de risco à violência que atingem crianças, adolescentes, jovens e famílias residentes em Niterói, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social. São projetos e programas vinculados à este eixo:

- **Escola da Família:** tem por objetivo contribuir para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, através de grupos educativos com participação de gestantes, pais e cuidadores, residentes em ambientes domésticos ou em situação de rua sobre práticas parentais com afeto e sem violência.

- **Poupança Escola:** tem por objetivo incentivar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, integrantes de famílias do Programa Bolsa Família, residentes no município de Niterói, a iniciarem e concluírem (não evadir) o Ensino Fundamental e Médio na rede pública a partir do pagamento de incentivo financeiro e do fomento





à participação de atividades extracurriculares no contraturno de aula.

- **Escola da Paz:** objetiva fortalecer a prevenção às violências no contexto escolar das escolas públicas municipais de Niterói, por meio do desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e de professoras(es).

- **Espaço Nova Geração:** tem por objetivo a promoção de projetos de vida significativos para crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, garantindo a sua cidadania. Acontecem no horário do contraturno das escolas, com atividades de reforço escolar, cursos de formação profissional, atividades culturais, esportivas, de lazer e educacionais.

- **Banco de Oportunidades:** visa reforçar a política de empregabilidade e o fomento ao empreendedorismo para a juventude, oferecendo um conjunto de ferramentas online que podem ser utilizadas por jovens residentes em Niterói para o acesso a oportunidades de trabalho.

- **Escritório Social da Rede Acolher:** desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, oferece atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e seus familiares, visando a reinserção familiar e social e a redução da reincidência de práticas delituosas.

- **Territórios da Juventude:** por meio de atuação intersetorial integrada e territorializada, busca identificar fatores de risco à violência, desenvolvendo um conjunto de ações de proteção social com foco na adolescência e na juventude a fim de prevenir o agravamento do risco e ampliar a rede de apoio a estes sujeitos.

- **Rede + Proteção:** fomentar intervenções de prevenção ao uso abusivo e prejudicial de drogas, lícitas e ilícitas, em territórios de elevada vulnerabilidade social do município.



Pacto Niterói Contra a Violência: do nacional ao local, entre avanços e desafios

AUTORA

Severine Carmem Macedo

O objetivo deste artigo é discutir alguns desafios que se colocam ao enfrentamento da violência, em especial aquela que atinge jovens negros e pobres das periferias urbanas. A partir do primeiro ciclo do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) e da reorganização necessária nesse segundo ciclo, discutiremos as evidências raciais, de renda e etárias que marcam o ciclo de desigualdades e violência no país, no estado do Rio de Janeiro, em geral, e na cidade de Niterói, em particular.

O monitoramento da primeira fase de implantação do Pacto, de agosto de 2018 a dezembro de 2020, foi centrado na estruturação, no acompanhamento e na aceleração dos Projetos, pois toda área de Prevenção, Ação Territorial Integrada e Engajamento e Convivência estavam em processo de elaboração e início de implantação, diferentemente de uma parte considerável das ações que compunham o eixo de Policiamento e Justiça¹. Em parceria permanente com a Assessoria Técnica do Eixo Prevenção, foi desenhado coletivamente o processo de monitoramento e de assessoramento aos gerentes e iniciado, em 2020, o debate acerca da avaliação dos Projetos em conjunto com o Observatório de Segurança Pública (OSPNit).



*Lançamento
do Programa
Poupança
Escola*

¹ Para conhecer melhor os eixos e programas que compõem o Pacto, ver <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/>

Na segunda fase do Pacto (2021/2024), um dos desafios é a avaliação sistêmica, no sentido apontado por Januzzi (2016), envolvendo não só projetos, mas a estratégia global que impacta em suas metas. Este artigo pretende refletir também sobre os desafios relacionados aos recortes de juventude e raça para subsidiar o debate acerca das desigualdades geracionais e étnicas. Ao realizar um leque amplo de políticas, programas e ações nos quatro eixos que compõem o PNCV – Prevenção; Policiamento e Justiça; Convivência e Engajamento e Ação Territorial Integrada — é possível afirmar que essa política pública dialoga com a perspectiva de que a violência é multicausal, assim como são várias suas concepções e tipologias. O que indica a necessidade de respostas amplas, robustas e integradas.

Longe de querer esgotar esse debate, destacamos a concepção que compreende esse fenômeno como um problema de saúde pública e recuperamos algumas noções que ampliam essa visão:

A violência é compreendida como um problema de saúde pública e pode ser definida como Minayo e Souza (1998) o fizeram: qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais. Já para Santos (1996) a violência configura-se como um dispositivo de controle aberto e contínuo, ou seja, a relação social caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, que impede o reconhecimento do outro, pessoa, classe, gênero ou raça, mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. (COELHO *et al*, 2014, p.12.)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é definida como:

O uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibi-

lidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002)

Isso aponta, portanto, para uma relação clara entre a intenção do indivíduo que apresenta ou se envolve num comportamento violento e o ato ou a ação praticada (apud COELHO *et al*, 2014). Sobre as tipologias de violência, Coelho *et al* (2014) recupera as propostas pela OMS e por Minayo e sinaliza que, longe de serem universalmente aceitas, essas tipologias fornecem uma estrutura útil para se compreender os complexos padrões de violência que ocorrem no mundo, bem como aquela na vida diária das pessoas, das famílias e das comunidades. São elas: a violência coletiva, a autoinfligida, a interpessoal e, para Minayo, a estrutural.

Os esforços da administração pública de Niterói ao priorizar o tema da violência no planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, por meio do Niterói que Queremos (NQQ), do Plano Plurianual e do Plano de Metas Anual, são um feito inédito. A gestão municipal, que assumiu uma responsabilidade que constitucionalmente é dos estados, resultou na melhora concreta e robusta nos indicadores de violência na cidade, em especial nos indicadores de roubo (de rua, de carro, a transeunte e estabelecimentos comerciais) e furto². Esses resultados foram alcançados pelo Programa Niterói Presente, pelo Programa de Cercamento Eletrônico e pelas ações de inteligência, vinculados à criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

Por suas características territoriais — uma cidade com pouco mais de 515 mil habitantes, cercada por cidades-dormitório e de grande porte — fortemente impactadas pelo domínio de facções e crime organizado, Niterói sofre as mazelas que atingem a realidade das grandes e médias cidades brasileiras onde pouco avançam os indicadores de redução dos homicídios ou da letalidade violenta. Como consequência, os óbitos causados por agressão e também por intervenção policial, reunidos nos dados do DATASUS³ — tendo a

2 Para mais informações ver: <https://planoniteroiqueremos.com.br/> e <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/policiamento-e-justica/observatorio-de-seguranca-publica/>

3 “O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) surgiu em 1991 [...], tem como responsabilidade prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle”. Disponível em: <DATASUS – DATASUS (saude.gov.br)>. Acesso em: 4 de out de 2021.

mesma referência usada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴ no Atlas da Violência⁵ — comprovavam que a tendência em Niterói era de piora.

Quando nos referimos à violência letal, veremos que segmentos populacionais e territórios específicos são os mais atingidos. São especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos os atingidos pela violência no Brasil, no Rio de Janeiro e em Niterói. Dados do Atlas da Violência 2017⁶ (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino.

No Brasil em 2017, 35.783 jovens foram assassinados. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Os homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. (Atlas da Violência, 2019, p.5 e 6).

Ao analisar os dados de 2017 do Atlas da Violência (2019), o IPEA chama atenção para o fato de que os homicídios foram a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros (entre 15 e 29 anos) em 2017: “Esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno”.

No atual cenário, enquanto está em curso a mais profunda transição demográfica de nossa história, rumo ao envelhecimento da população, a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. De fato, a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em conse-

4 “O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros”. Disponível em: <SOBRE O IPEA - Quem Somos>. Acesso em: 4 de out de 2021.

5 “O Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)”. Disponível em: <Ipea - Atlas da Violência v.2.7 - Sobre>. Acesso em: 4 de out de 2021.

6 O Atlas 2017 utiliza dados de 2015.

quência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação. Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio. A morte prematura de jovens por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Conforme mostraram Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010. (IPEA, 2019, p 6.)

Segundo o Atlas da Violência 2019, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras (definidas aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo Sistema de Informações de Mortalidade), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Outro destaque é que houve uma piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

Ou seja, a prevalência de jovens negros entre as vítimas de assassinatos em comparação com jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país. A desigualdade racial é um fator fundamental para entendermos a forma como a violência se manifesta no Brasil, já que a taxa de mortalidade de jovens negros no mesmo ano foi de 86,34 para cada

100 mil jovens negros na população, contra 31,89 para jovens brancos. (Atlas da violência, 2019, p. 49)

Em relação às desigualdades sociais, vemos que os dados que impactam a população negra vão além da violência:

Essa desigualdade se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho: dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos (2016). Negros representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos — 11% entre negros e 5% entre brancos – (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE). (IVJ, 2017)

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que, no quesito desigualdade na violência letal, a região Sudeste fica em terceiro lugar, atrás das regiões Nordeste e Norte. Enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos foi de 22,8 por 100 mil, entre jovens negros foi de 57,9, mais do que o dobro (IVJ, 2017).

Segundo dados do DATASUS, a taxa de homicídios de Niterói aumentou entre 2018 e 2019. As vítimas de homicídios em 2019 eram em sua maioria homens (95,8%), negros ou pardos (75,2%) e jovens (71,5%). Quase metade dos homicídios ocorridos nesse mesmo ano (49,7%) envolveu uso de arma de fogo. No que tange o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência⁷ (IVJ), que classifica os 304 municípios com mais de 100 mil habitantes em quatro dimensões, a “violência entre os jovens, frequência à escola e situação de em-

7 O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) 2017 é um indicador desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e apoio da UNESCO, que agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito (FBSP 2018, p.15).

prego, pobreza no município e desigualdade”⁸, Niterói estava em 2017 entre aqueles que configuravam vulnerabilidade média⁹ assumindo naquele ano o 128º lugar num ranking de 304 municípios brasileiros.

Sem abrir e problematizar as médias e a amplitude de indicadores sintéticos, é injusto fazer afirmações finalísticas, mas essas informações do IVJ e do Atlas ajudam a compreender as tendências e demonstram que, apesar de todos os esforços, Niterói tem ainda muitos problemas desafiadores, pois é impactada pela realidade brasileira, pelo estado do Rio de Janeiro e pelo contexto metropolitano.

O Pacto inova por adentrar em um terreno que não é de responsabilidade dos municípios no pacto federativo e demonstra o compromisso da prefeitura em enfrentar o problema que figura entre as maiores preocupações dos brasileiros e dos niteroienses, que é segurança pública¹⁰. Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2014) situa o Brasil entre as nações mais violentas do mundo, por isso, para além de implantar políticas públicas, ampliar a discussão sobre o tema, a violência e o racismo estruturais, leva à evidência de que enfrentar esses fenômenos é tarefa coletiva.

O desafio da segunda fase do Pacto é fortalecer as ações de prevenção e de intervenção territorial integrada. Diminuir os homicídios no município a despeito da efetiva cooperação do estado e da União¹¹ localmente torna o câmbio profundo nesses indicadores uma tarefa difícil.

8 Importante destaque precisa ser feito à faixa etária dos índices desta edição: todas as demais edições consideraram a faixa etária de 12 a 29 anos de idade, mas, a partir de 2013, com a aprovação do Estatuto da Juventude, este segmento populacional foi definido como todos os indivíduos entre 15 a 29 anos e, por esta razão, os índices atuais foram ajustados para coincidir com a definição legal de juventude.

9 O índice - Violência Vulnerabilidade (IVJ) define que até 0,300 é vulnerabilidade baixa; mais de 0,300 a 0,370 média-baixa; mais de 0,370 a 0,450 média; mais de 0,450 a 0,500 alta; mais de 0,500 muito alta. Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

10 Consulta Participativa aberta pela PMN com foco na construção do PPA 2022/2025 teve como a prioridade central eleita pela população, o enfrentamento a violência na cidade. Para mais informações, acessar www.seplag.nieroi.rj.gov.br.

11 O que vemos em âmbito nacional é a contramão disso com a flexibilização do porte de armas e o desmonte das políticas de defesa e promoção dos direitos humanos, dos direitos das juventudes e da igualdade racial.



*Aula de
Robótica no
Espaço Nova
Geração*

No entanto, “pensar globalmente e agir localmente” é uma marca das iniciativas da Prefeitura Municipal de Niterói que precisa se tornar cada vez mais robusta. Portanto, o fortalecimento das políticas para as juventudes mais expostas à vulnerabilidade, para as periferias e com recorte racial é o grande desafio que temos pela frente, “pois além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inesgotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país” (IPEA, 2019).

Neste sentido, segue correta a estratégia de ampliar o direito à segurança pública de forma universal, mas por outro lado, é evidente que elas avancem na garantia de direitos aos mais expostos pelas desigualdades e levem em conta a diversidade e a focalização¹². Ao seguir essa linha, o Pacto também firma diálogo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que na Seção XI, Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça afirma:

Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua

¹² No sentido proposto por Almeida (2011).

incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

Art. 38. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ações não governamentais, tendo por diretrizes: I — a integração com as demais políticas voltadas à juventude; II — a prevenção e enfrentamento da violência; III — a promoção de estudos e pesquisas e a obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens; IV — a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional; V — a promoção do acesso efetivo dos jovens à Defensoria Pública, considerando as especificidades da condição juvenil; e VI — a promoção do efetivo acesso dos jovens com deficiência à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas a sua idade. (Estatuto da Juventude, 2013, pp.37 e 38)

O Estatuto nos aponta que todo jovem tem direito a ter direitos e reforça a noção da promoção da autonomia, emancipação e não das políticas de “contenção” para os jovens. No entanto, para que essas diretrizes se consolidem como agenda concreta, é necessário também ampliar as redes de apoio a fim de quebrar o ciclo da violência dentro e fora dos seus territórios.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. C. *Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão?* Revista espaço acadêmico, nº 123, agosto de 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade*

- racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a-violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. 2013. *Estatuto da Juventude*. Disponível em: <http://unfpa.org.br/Arquivos/estatutoda-juventude.pdf>. Acesso em: 22 ago. de 2021
- COELHO, Elza B. Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtnner; LINDNER, Sheila Rubia. *Violência: definições e tipologias*. Florianópolis, UFSC. 2014. Disponível em <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 22 de ago de 2021.
- JANUZZI, Paulo, Martino. *Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 624-661, set./dez. 2016. Disponível em http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4168/3268. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI . Site do Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- _____. SEPLAG. Resultado da Consulta Pública PPA 2022/2025. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY2M0Y-TE10TctODRhOS00MGZkLThmZGEtNjZiOWZmNzI5MzJlIiwidCI6ImRiM2MxYzY5LWUyOGMtNDNkNy04ZTFhLTk1ODNIOWU50-GE1MSJ9&pageName=ReportSection2ef32241636b2172b2c9>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.
- RODRIGUES, André. WILLADINO, Raquel (orgs). *Vidas adolescentes interrompidas: um estudo sobre mortes violentas no Rio de Janeiro*. ISER e Observatório de Favelas. Rio de Janeiro: UNICEF, 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/12181/file/sumario-estudo-vidas-adolescentes-interrompidas.pdf>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

2

Banco de Oportunidades: perspectivas para a juventude niteroiense

AUTORES

Camila Gonçalves

Juliano Coelho Figueiredo

Luiz Felipe Ourives Belmont

Wesley Eduardo dos Santos Oliveira

Introdução

Niterói é um município de médio porte, pertencente à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 487.562 habitantes, espalhados por uma área territorial de 134km². O município divide-se em 52 bairros, distribuídos administrativamente em 5 regiões de planejamento: Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Oceânica. Niterói tem o quarto maior produto interno bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro e reúne indicadores promissores nos setores de educação, renda e longevidade, além de ser um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais de todo o estado.

Porém, esses índices de desenvolvimento não ocultam a desigualdade social, que pode ser facilmente percebida ao circularmos pela cidade e revelada também pelos indicadores demográficos, como o número de favelas que totaliza 78. Ainda segundo o IBGE, cerca de 23,3% da população é composta por jovens entre 15 e 29 anos, dos quais 21.116 moram nesses aglomerados subnormais, construídos em áreas com restrição à ocupação e carentes de serviços públicos essenciais.

Os dados gerados a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 e do Censo 2010 do IBGE sobre a taxa de desocupação não representam o atual cenário do município e do país, de uma forma geral, já que não consideram o impacto da pandemia do Sars-CoV-2. Segundo o atlas, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 13,43%, em

*Logo do
Programa
Banco de
Oportunidades*



2000, para 6,40% em 2010. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 74.102 jovens declararam que não exerciam atividades economicamente ativas. Dados que, mesmo desatualizados, ainda servem como indicadores para a realização de políticas públicas.

Essa defasagem de dados atualizados mostra a importância da consulta a pesquisas diversas, tais como a da Frente Papa Goiaba, de 2018, com apoio da Universidade Federal Fluminense, que apontou que 32,7% dos jovens niteroienses estão desempregados. Daqueles entre 15 e 24 anos, 4,73% não estudavam nem trabalhavam e estavam expostos a formas de vulnerabilidade social e econômica.

Ainda segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, Niterói é a primeira cidade do Estado do Rio de Janeiro e a sétima do país com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, o município caminhou na direção contrária do desenvolvimento humano do país. Em 2000, Niterói ocupava o 5º lugar entre os municípios com maior IDH do país e, em 2010, caiu para a 6ª posição.

O município tem 9.824 pessoas que ainda vivem em situação de extrema pobreza, e 25.951 ganham menos de R\$ 140 por mês. A taxa bruta de mortalidade (8,68 por mil habitantes) a coloca como a 112ª cidade do país com o maior número de homicídios de jovens negros. Segundo o Mapa da Violência 2010, 36,85% dos homicídios ocorridos no município vitimaram jovens, sendo 66,30% negros e pardos.

Políticas Públicas de Juventude

Niterói tornou-se parceiro importante na luta nacional para a promoção dos direitos da juventude por meio das políticas públicas. Acreditamos que o caminho para a mudança é pela educação, conjugando a oportunidade real de trabalho e a de formação profissional, através de um projeto de inclusão produtiva.

QUADRO 1. DIAGNÓSTICO



Fonte: Confeção dos autores

A situação da juventude em relação à empregabilidade é a principal vulnerabilidade social observada pelos estudos, influenciando a falta de perspectiva de vida e orientação. É nesse cenário que surge o Projeto Banco de Oportunidades, integrado ao Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), cuja meta é captar, divulgar e ampliar as chances de trabalho e renda para esse extrato que é vítima da falta de capacitação e experiência, dificultando sua inclusão no mercado. O Banco de Oportunidades se iniciou em 2019 com a inclusão produtiva e qualificação de currículo, ampliando a chance de inserção laboral.

Sobre o Banco de Oportunidades

O lançamento do Banco de Oportunidades é um dos indicadores do compromisso da Prefeitura Municipal de Niterói, por meio da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude.

de, de melhorar os índices de desemprego e reduzir os números da vulnerabilidade juvenil. Além de facilitar a conexão entre o empregador e o jovem, o projeto também o prepara para o mercado de trabalho, oferecendo vagas e estruturando iniciativas que facilitem o acesso ao primeiro emprego, ao estágio e ao programa Jovem Aprendiz.

Assim, com a mobilização do setor produtivo, o Banco de Oportunidades busca oferecer formas de incentivo ao empreendedorismo, além de prevenir a evasão escolar e incentivar o acesso ao ensino superior. O programa atende, de forma geral, todos os jovens niteroienses entre 15 e 29 anos e aqueles que sejam, comprovadamente, menos favorecidos social e/ou economicamente, têm prioridade nos processos seletivos.

Ao buscar reduzir o índice de desemprego da juventude niteroiense, estima-se que o Banco de Oportunidades, consequentemente, contribua para que diminuam os índices de violência e de mortes violentas, em especial de jovens negros e moradores da periferia, vítimas de marginalização e racialização da pobreza. Além de beneficiar diretamente os jovens, essa política pública apoia também o empregador, oferecendo-lhe profissionais qualificados, assim como auxilia no desenvolvimento da economia da cidade, aumentando o poder de consumo e a circulação de renda.

Foto de divulgação do projeto Banco de Oportunidades



Para garantir, de fato, à nossa juventude o desenvolvimento pleno, com educação de qualidade, oportunidades de emprego e seu reconhecimento como sujeito de direitos faz-se essencial a elaboração de políticas públicas efetivas que atendam as demandas específicas desta parcela da população. Destacamos algumas demandas e projetos em discussão, no âmbito municipal, que buscam superar esses desafios e aprimorar as políticas públicas para a juventude niteroiense:

- A regulamentação da Lei do Primeiro Emprego (Lei nº 3.620/2021) para que o poder público possa conceder incentivos às empresas para a contratação de jovens que não tenham experiência profissional;
- A criação e regulamentação da Lei do Jovem Aprendiz Municipal, beneficiando jovens com idade entre 15 a 24 anos, garantindo sua capacitação profissional em parceria com entidades do setor;
- Disponibilizar, por ano, bolsas de estudo para jovens em curso pré-vestibular, sobretudo na modalidade online, pelo Aprova Jovem, projeto elaborado pela Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude em parceria com a plataforma Descomplica;
- Disponibilizar, por ano, na plataforma Banco de Oportunidades 500 vagas de estágio;
- Realizar o Projeto Diagnóstico da Juventude, que atualize os dados da juventude no município de Niterói.

Além da plataforma digital para acesso às oportunidades profissionais, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude, através do projeto Banco de Oportunidades, estuda desenvolver novas atividades, a serem implementadas nas próximas etapas de implementação, tais como:

- Criação de um sistema de correio eletrônico, serviço de mensagens curtas e aplicativo de mensagens instantâneas para que os jovens possam se informar sobre as vagas existentes.
- Criação de feiras de estágio e emprego que contemplem os jovens, em Niterói.

- Organização de palestras, seminários e/ou oficinas de orientação vocacional, gestão de tempo, gestão financeira, elaboração de currículos, entre outros temas.
- Orientação sobre cursos disponíveis na cidade e região que possam qualificar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho.

Considerações finais

Dois meses depois do lançamento, o Banco de Oportunidades já conta com mais de 500 currículos cadastrados, 56 vagas divulgadas e preenchidas por meio da plataforma e 20 empresas diretamente cadastradas. O Banco de Oportunidades foi lançado em agosto de 2021 e pode ser acessado pelo link www.bancodeoportunidades.niteroi.rj.gov.br. Por ser recente, ainda não é possível registrar dados que apontem o desempenho do projeto, que serão compartilhados em futuras publicações. O que propomos aqui é a urgência de garantir a capacitação e inserção no mercado de trabalho desse estrato social por meio de políticas públicas efetivas, articuladas a partir de projetos como o Banco de Oportunidades.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. www.atlasbrasil.org.br/2013, v. 2, n. 3, p. 2015, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
- SANTANA, Edvan Miranda; DE OLIVEIRA, Rubens Teixeira. A Frente Papa Goiaba: Um movimento de promoção aos direitos da juventude negra em Niterói e São Gonçalo. Revista Enfil, n. 14, p. 210-227, 2021.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari, 2010.

3

**Projeto Niterói Jovem
Eco Social**

AUTORES

Débora Targino

Gustavo Rodrigues

Introdução

O presente artigo se propõe a refletir uma política pública de segurança com foco na prevenção e atuação social, a partir da implementação e desenvolvimento da primeira edição do Projeto Niterói Jovem Eco Social, no município de Niterói, que foi concebido e desenvolvido com a implantação do Pacto Niterói Contra Violência (PNCV), em 2018. Nosso projeto faz parte das ações do eixo de Ação Territorial Integrada, que trabalha ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis. A proposta, cujo principal objetivo é a inclusão social por meio da educação, prepara jovens periféricos de Niterói para se inserir no mercado de trabalho após uma formação integrada dividida em três eixos, com duração de 17 meses.

O Projeto Niterói Jovem Eco Social foi idealizado pela Prefeitura Municipal de Niterói e executado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Instituto Moleque Mateiro. A meta é traçar caminhos possíveis e alinhados ao plano de ação Agenda 2030 e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que também fazem parte do Plano Estratégico Niterói que Queremos (NQQ 2013-2033).

O Niterói Jovem Eco Social proporciona formação profissional, promove o retorno e/ou permanência na escola, desenvolve competências socioemocionais para a vida e estimula a sustentabilidade em territórios deflagrados, por meio da recuperação e manutenção do ecossistema, oferecendo benefícios e renda para evitar o abandono pelos participantes.

O atendimento é direcionado a jovens, de 16 a 24 anos. A primeira edição do programa contemplou moradores de



*Logo do
Projeto Niterói
Jovem Eco
Social*

11 territórios: Morro do Holofote, Morro do Estado, Morro da Souza Soares, Vital Brazil, Morro do Estado, Morro do Arroz, Morro do Cavalão, Vila Ipiranga, Morro do Céu, Morro do São José e Morro do Preventório. A escolha da prefeitura por esses locais observou o perfil de vulnerabilidade e possibilidade de trabalho de campo voltado ao meio ambiente.

Sobre os eixos

O eixo Qualificação, desenvolvido pela Firjan Senai, reúne 11 cursos de qualificação profissional. A estrutura permite uma capacitação reconhecida no mercado de trabalho, preparando esse aluno para o primeiro emprego e a geração de renda. O programa tem carga horária de 540h, incluindo teoria e prática. O conteúdo, que soma uma carga horária de 340h e o módulo de nivelamento de 200h, habilita os alunos nas competências básicas requeridas para o desenvolvimento da parte tecnológica. Há várias áreas de qualificação – como automotiva, administrativa, moda e elétrica –, o que amplia as chances de adesão dos estudantes por afinidade. Os cursos destinam-se aos concluintes do ensino fundamental e médio, mas também aos egressos que ainda não tenham se inserido no mercado.

O eixo Acompanhamento para o Desenvolvimento Humano, desenvolvido por equipes formadas por assistentes sociais da Firjan Sesi, orienta os participantes seja em grupo – em oficinas semanais em sala de aula durante 17 meses, trabalhando e desenvolvendo competências socioemocionais a partir de temas transversais para a formação humana –; seja de forma individual – com intervenções, mediações e encaminhamentos para a rede pública, quando necessário –, além de apoiar participação e presenças nas atividades, para controlar evasões e atestar a evolução dos inscritos.

O terceiro eixo do projeto, o Trabalho de Campo, desenvolvido pela Firjan Sesi e pelo Instituto Moleque Mateiro, realiza atividades de educação ambiental *in loco* nos 11 territórios contemplados. Ele se divide em duas etapas: atividades de educação ambiental e mapeamento participativo. A primeira se propõe a desenvolver os eixos: águas, defesa civil, parques, reflorestamento e resíduos. Já a segunda faz uma análise dos

territórios a partir do olhar dos alunos. A cartografia participativa, apoiada na tecnologia, torna-se uma importante ferramenta de análise, e o projeto inova nessa construção conjunta.

O mapeamento *in loco* integrado ao trabalho de educação ambiental foi feito com dinâmicas em sala de aula para nivelamento de todos os alunos sobre a temática e uso do software ArcGis (também usado pela Prefeitura Municipal de Niterói) para integrar as informações, reunindo as discussões de Desenvolvimento Humano e aprendizado.



Conceituando o projeto

Para a elaboração do Niterói Jovem Eco Social, um plano tão complexo quanto abrangente, foram realizadas pesquisas bibliográficas, sobre boas práticas na elaboração e execução de projetos e temas relevantes. O desenvolvimento social e a redução da desigualdade exigem ações urgentes e alternativas que possam melhorar gradativamente os indicadores sociais. As ações propostas também estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos objetivos são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, assim como também se propõe o Niterói Jovem Eco Social.

*Turma de
montador e
reparador de
computadores,
no Firjan
Senai*

Como principais diferenciais, trouxemos a adesão do projeto ao ODS 4, Educação de Qualidade, garantindo uma formação integrada a jovens periféricos em vulnerabilidade em busca de melhores oportunidades de desenvolvimento e, especificamente, os itens 4.4 e 4.7; e com o ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação, por meio da parceria público privada firmada entre a prefeitura e a Firjan, que vem somando esforços e *expertises* para o desenvolvimento integral dos jovens do município, contribuindo também para a meta 17.17.

Compreendemos que somente a qualificação técnica não é o suficiente para transformar a realidade e a condição dos indivíduos e da sociedade. Por isso, o projeto promove a articulação do aperfeiçoamento das habilidades técnicas com desenvolvimento integral com atividades que contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, influenciando na mudança de comportamentos e na reflexão crítica dos seus participantes.

Na construção deste artigo, examinamos os relatórios enviados periodicamente à gerência do projeto, tanto pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) quanto pelo Instituto Moleque Mateiro. Pretende-se refletir acerca da sua implantação e, desta forma, avaliar os dados e relatos de sua implementação e da práxis cotidiana dos autores.

Dentre as medidas propostas pela Prefeitura de Niterói para ação territorial integrada no âmbito do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV), anunciadas no início do segundo semestre de 2017, estava a criação de um projeto de inclusão produtiva, o Projeto Niterói Jovem Eco Social. A iniciativa tinha como foco jovens dos territórios socialmente vulneráveis da cidade, evadidos do ambiente escolar e sem trabalho, identificados na literatura contemporânea como jovens “nem-nem”.

Como caminho metodológico, empregamos as seguintes categorias voltadas à educação e pensadas a partir de um olhar para as realidades dos territórios e dos participantes.

Educação ao longo da vida: A Educação ao Longo da Vida, entendida sob o ponto de vista da Educação Popular, valoriza exatamente o tema da “vida” como pilar da educação. Portanto, entende a educação não como

um processo formal, burocrático, cartorial, mas ligado essencialmente à vida cotidiana, ao trabalho, à cultura, valorizando processos formais e não formais. Trata-se de uma educação como um processo ligado à vida, ao bem viver das pessoas, à cidadania. Não é um processo ligado apenas às Secretarias de Educação, ao MEC, mas aos movimentos sociais, populares, sindicais, às ONGs etc., reafirmando a educação, a aprendizagem como uma necessidade vital para todos e todas, um processo que dura a vida inteira. (GADOTTI, 2016, p. 7)

Desenvolvimento Humano : Nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.(PNUD, 2021)

Pertencimento Territorial: A sensação de ‘pertencimento’ significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar nos pertence e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais que tudo, que vale à pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2006)

Dois dos principais problemas públicos que visávamos a enfrentar eram o expressivo cenário de desemprego e a baixa escolaridade entre os jovens dos 11 territórios socialmente vulneráveis, bem como a degradação ambiental, aliada à baixa adesão dos moradores dessas regiões em ações de mitigação de danos ambientais. A concepção do plano baseou-se em dados e estatísticas sobre emprego juvenil do IBGE, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e observação empírica.

As atividades profissionalizantes foram iniciadas em outubro de 2019, sob a coordenação da Secretaria Executiva da Prefeitura de Niterói, em estreita parceria com a Firjan Senai e Firjan Sesi. Neste mesmo período, a gerência do Niterói

Jovem Eco Social inicia uma metodologia para conhecer em qual eixo do trabalho de campo os inscritos desejariam atuar.

Com parcerias firmadas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade; a Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia; a Companhia de Limpeza de Niterói e; a Companhia Águas de Niterói, tiveram início, em novembro de 2019, as primeiras atividades de formação profissional preparatórias para o trabalho de campo. Em março de 2020, com a assinatura do contrato com o Instituto Moleque Mateiro, iniciaram-se as atividades propriamente no campo, em cada um dos 11 territórios.

Plantio de mudas realizada pelos jovens do projeto Niterói Jovem Eco Social no território



Análise preliminar, metas e indicadores de resultados

Dividido em eixos, o Projeto Niterói Jovem Eco Social se compromete a contribuir para que todos os jovens em risco social moradores de Niterói tenham suas habilidades técnicas e socioemocionais desenvolvidas e aprimoradas. Conforme demonstrado na tabela, os indicadores são participação, certificação e autoavaliação de habilidades desenvolvidas. Antes de abordarmos os resultados, detalhamos os seus marcos temporais até o momento da edição deste guia.

TABELA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PROJETO.

OBJETIVO GERAL: CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.			
OBJETIVO ESPECÍFICO	META	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO
Contribuir/promover a reintegração dos jovens à educação	100% dos participantes matriculados e/ou oriundos da Rede Pública de Ensino ou bolsista de escola particular	% de participantes matriculados ou oriundos da rede pública/bolsista da rede particular	Comprovante/declaração de escolaridade
Realizar cursos de qualificação profissional para 400 jovens	Certificar 80% dos jovens participantes	% de jovens certificados	Lista de presença Número de participantes certificados
Contribuir para aprimoramento das competências pessoais dos participantes	90% de participantes com suas habilidades aprimoradas	% de participantes que declararam ter aprimorado suas competências pessoais	Questionário de autoavaliação Relatórios

Os trabalhos iniciaram-se em outubro de 2019 e estavam previstos para terminar em março de 2021, no entanto, devido à pandemia de covid-19, as atividades foram suspensas em março de 2020 e/ou realizadas de forma remota durante seis meses do ano de 2020. As atividades de formação profissional foram suspensas por cinco meses, só retornando em outubro de 2020; e as atividades de campo e desenvolvimento humano foram mantidas em formato remoto, durante todo o período.

Apesar do cenário pandêmico que impactou esses territórios fortemente, os resultados até agosto de 2021 são relevantes e positivos: iniciado com 400 inscritos, tivemos apenas 7% de evasão em quase dois anos. Essas evasões foram motivadas por trabalho, estudo, aprovação em concursos públicos e outras situações sociais.

Os avanços socioeconômicos merecem ser reconhecidos e replicados. Estratégias como os benefícios de vale-transporte, vale-refeição e bolsa auxílio ajudaram os matriculados a permanecer na formação integrada, durante os dois anos, dando a segurança econômica de que eles precisavam para se dedicarem aos estudos. Também é importante sublinhar o acompanhamento constante que evitou as evasões. Os benefícios aos jovens e suas famílias foram excelentes formas de retenção dos participantes.

Já são nítidas as mudanças de comportamentos e das atitudes dos jovens em relação ao início dessa caminhada: estão mais maduros e confiantes nas suas escolhas. O desenvolvimento de competências socioemocionais e o acompanhamento social individual são diferenciais de uma política pública que deu certo e os resultados são visíveis.

Resultados e considerações finais

Os trabalhos estão na reta final. Já foi concluída a carga horária do Itinerário Formativo de Desenvolvimento Humano, as atividades de educação ambiental também estão se encerrando, assim como o mapeamento participativo e a qualificação profissional no Senai, que, apesar de terem sido interrompidas na pandemia, têm a previsão de finalização até dezembro de 2021. No entanto, a depender da turma e do curso, teremos finalizações em meses distintos para cumprimento da carga horária registrada no curso para certificação pelo Ministério da Educação.

Neste momento, há um esforço para a formação desses estudantes, cumprindo as metas estabelecidas, fechando o ciclo de capacitação dos jovens: direcioná-los para o mercado profissional é de suma importância para um novo ciclo de vida. Para isso, a equipe de Desenvolvimento Humano em parceria com a prefeitura e a Firjan estão desenhando um

plano de empregabilidade com inúmeras empresas para o ingresso dos recém-formados no mercado profissional.

O Projeto Niterói Jovem Eco Social é transformador, não somente pelo seu impacto social, mas pela sua abrangência e metas. Tem sido um grande desafio para a equipe de gestão fomentar e medir a evolução de sua execução e complexidade. No período de dois anos, foi possível e se tornou imprescindível criar vínculos com os jovens e suas famílias. Eles cresceram e muitos atingiram a maior idade, concluíram estudos e planejam um futuro promissor, construído a partir do que viveram. O ciclo de formação chega ao fim com a transformação desses 400 novos profissionais que tiveram a oportunidade de se desenvolverem com apoio pedagógico e social, além de todos os benefícios econômicos proporcionados para eles e suas famílias.

*Turma de
Padaria e
Confeitaria, no
Firjan Senai*



Referências bibliográficas

- AMARAL, Ana Lúcia. Dicionário de Direitos Humanos (Ministério Público da União), 2006. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=pertencimento>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da; ANDRÉ, Simone. Educação para o desenvolvimento humano. São Paulo. Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.
- GADOTTI, Moacir. Educação Popular e Educação ao longo da Vida. Memorial Virtual Paulo Freire. Publicado em 15 de janeiro de 2016. Disponível em: <Educação Popular e Educação ao longo da vida (paulofreire.org) >. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2021. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: ago. de 2021.
- _____. Os objetivos do desenvolvimento sustentável. Site das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2021. Disponível em: <<http://https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: set. de 2021.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Serviço Social da Indústria (Sesi). Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/sesi/>>. Acesso em: ago. de 2021.

4

Espaço Nova Geração

AUTORES

Analice de Cól

Paula Cunha Pereira

Bárbara da Silva Siqueira

Introdução

“Posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens onde devem erigir-se os baluartes da paz.”

(ONU)

O Espaço Nova Geração (ENG) é um projeto social que articula uma proposta de ações educativas - ou seja, atividades complementares àquelas dos componentes curriculares, oferecidas durante o contraturno escolar - a um atendimento psicossocial. O trabalho pedagógico mantém a sinergia com o projeto educacional de Darcy Ribeiro¹, o qual se assemelha à proposta original dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).² Ser referência para a juventude e as famílias das comunidades atendidas é a ambição desse projeto, que contempla desde crianças de 6 anos até jovens de 29 anos. O ENG também oferta atividades estruturadas para a comunidade ampla, sobretudo com ações de empreendedorismo e de inserção no mercado de trabalho.

Localizadas em regiões com os maiores índices de vulnerabilidade na cidade, as unidades do Espaço Nova Geração estão instaladas em Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) que foram municipalizados: o CIEP Professor Anísio



*Logo do
Projeto Espaço
Nova Geração*

1 Antropólogo, educador e romancista, Darcy Ribeiro participou com Anísio Teixeira da defesa da escola pública no Brasil. Em conjunto com Leonel Brizola, foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro, em 1982. Além disso, foi secretário de estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação, implementado 500 CIEPs no Estado do Rio de Janeiro.

2 Instituições idealizadas por Darcy Ribeiro na década de 80, os CIEPs proporcionaram uma experiência de escolarização em tempo integral voltada para crianças das classes populares do estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo consistia em proporcionar educação, esporte, assistência médica, alimentação e atividades culturais variadas, seguindo um projeto pedagógico único e uma organização escolar padronizada - com o intuito de evitar uma diferença de qualidade entre as escolas.

Teixeira (Fonseca) e o CIEP Esther Botelho Orestes (Cantagalo). Essas estruturas encontravam-se em estado de abandono pelo poder público estadual e foram reformadas e reinauguradas pela Prefeitura de Niterói. O ENG, que compõe o eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), desenvolve dinâmicas que apoiam e orientam os alunos para lidar com os impactos psicoemocionais de suas realidades territoriais e adjacências.

Desse modo, esses equipamentos levam lazer, educação, cultura, formação técnica e práticas esportivas, além de incluir a mão de obra disponível nesses bairros em plataformas de recursos humanos. Assim, o ENG contribui para o eixo Niterói Escolarizada e Inovadora, do Plano Estratégico Niterói Que Queremos (NQQ), ao ampliar a cobertura da Educação, oferecendo formação de excelência e fomentando a inovação. Além disso, o ENG relaciona-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 10, da Agenda 2030³, da Organização das Nações Unidas (ONU): Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades, respectivamente.

Em consonância com essas metas, estabelece-se a Educação como o pilar central na construção de garantias de direitos, em especial para a população mais exposta à violência, e espera-se que o projeto ENG seja uma ponte de retorno à vida escolar ao resgatar os vínculos com o ambiente institucional.

Alunos de robótica no Espaço Nova Geração



3 Disponível em: Plataforma Agenda 2030. Acesso em: 4 de out. de 2021.

Metodologia

Para a elaboração deste documento, usamos os Relatórios Trimestrais desenvolvidos entre os anos de 2019 e 2021 pela equipe técnica e pedagógica do Espaço Nova Geração e o Relatório anual de 2020, assim como o Plano de Trabalho apresentado pela Organização Social Viva Rio para a Prefeitura Municipal de Niterói, no edital de janeiro de 2018. Ademais, foram consultados os canais oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal de Niterói, como o sítio eletrônico do PNCV, em que coletamos informações acerca do processo de municipalização e reforma dos CIEPs, entre outros dados. Além de entrevistas formais e informais com agentes da administração pública na época do lançamento do projeto.

Problema e justificativa do projeto

As ações do projeto têm como norte a especificidade do público a que se destinam e as diretrizes que fundamentaram a idealização do PNCV e, em especial, do eixo Prevenção. Assim, as estratégias de diagnóstico socioterritorial antecederam a implementação do Espaço Nova Geração. Em razão do agravamento dos índices de violência no estado, desde 2013, a Prefeitura de Niterói decidiu adotar uma série de medidas e iniciou um realinhamento estratégico pautado na concepção conhecida como Segurança Pública baseada em evidências, que é um conjunto de políticas públicas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas.

O Diagnóstico da Violência tornou possível identificar os extratos da população e territórios que mais sofriam com a violência e marginalização no município. Ademais, na interação direta com a comunidade, por meio de rodas de conversas e ações sociais – como a distribuição de kits pedagógicos e cestas básicas – foram identificadas as principais expectativas em relação ao projeto. A participação fundamenta e orienta o planejamento das ações pedagógicas, de forma conjunta com a equipe multidisciplinar, para potencializar o engajamento da população e realizar articulações territoriais. O que atende as demandas da população por espaços de aprendizado e desenvolvimento para crianças e jovens, além de fortalecer a rede de atendimento e serviços essenciais à garantia de direitos.

Metodologia do projeto

O projeto de desenvolvimento social consolida-se como uma proposta de educação fundamentada nos princípios e valores estabelecidos na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz,⁴ da Assembleia Geral da ONU de 1999. A promoção de ações e estratégias que respondam às reais necessidades e aos anseios da comunidade é vista como essencial pelos pesquisadores e colaboradores da cultura de paz para que seja efetiva. As atividades do ENG se organizam através de quatro eixos: Esporte e Movimento; Cultura e Lazer; Educação e Empreendedorismo e Atenção Social. É em torno desse último eixo que se organizam, por exemplo, a distribuição de cestas básicas, o teleatendimento em saúde mental, a formação de rede e articulação territorial, além de estímulo e apoio ao empreendedorismo comunitário.

Nos demais eixos, uma equipe multidisciplinar articula e promove cerca de 20 oficinas em cada unidade: teatro, artes, trabalhos manuais, desenho, judô, capoeira de Angola e regional, muay-thai, vôlei, basquete, handebol, futebol e tênis de mesa. Há também zumba, danças urbanas, hip hop, roda de rima, balé, treinamento funcional, alongamento e ainda reforço escolar, sala multipedagógica, oficina Perdendo a Timidez – que desenvolve habilidades para o mercado de trabalho –, grupo Jovem de Empreendimento em crochê, informática e inovação tecnológica. Cada unidade conta com uma equipe técnica de dois psicólogos, dois assistentes sociais e um assistente pedagógico, os quais desenvolvem atendimentos e elaboram estratégias singulares para os alunos e grupos familiares, planos de atendimento nas oficinas e articulações de rede para questões individuais ou coletivas.

As oficinas trabalham temas geradores consonantes com os valores da cultura da paz, de forma interdisciplinar, de maneira a suprir necessidades cognitivas, emocionais e projetivas dos

4 “Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz pode ser uma resposta a diversos tratados, mas tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s) e não impostas do exterior. [...] Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não-violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.” (DUPRET, 2010)

inscritos. Elas visam a práticas pedagógicas preconizadas pela professora Laurinda Barbosa, conselheira da Fundação Darcy Ribeiro e que participou da implementação dos CIEPs na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro:

Toda a proposta curricular visava à educação integral. O homem na sua integralidade, de sentimentos, afetos e cognição. Procura-se também a integração dos conhecimentos. Havia uma parte da grade voltada para artes e esportes, além de estudo dirigido, para que alunos que tivessem dificuldades as vençassem. Todos eram acompanhados. A ideia era dar estrutura para essas crianças. Todos tinham direitos. (Carta Capital, 2015)

Para cada época do ano são organizadas apresentações de conteúdo, reuniões e um planejamento integrado para aprofundar os temas, buscando uma abordagem que verdadeiramente ultrapasse meras festividades, por meio de debate e dinâmicas que contribuam com a superação de preconceitos, fobias sociais, além de outras formas e expressões de violência. As oficinas, atividades e dinâmicas são estruturadas em torno de demandas, anseios e particularidades de cada comunidade, resultado da escuta ativa e sensível da equipe pedagógica e técnica de alunos e tutores, tanto no cotidiano quanto em encontros e eventos.

Alunos do Espaço Nova Geração Cantagalo participam da celebração do Dia Mundial da Água, em março de 2020



Histórico de implementação

A unidade do Fonseca foi inaugurada em outubro de 2019, seguida da unidade do Cantagalo, um mês depois. A partir daí, houve contratação de colaboradores, serviços de terceiros, aquisições de material permanente e de consumo. Ao mesmo tempo, os equipamentos passaram por adequação e manutenção para receber as atividades educacionais, esportivas, culturais e de atenção social.

O início das oficinas foi publicizada nos meios de comunicação e também no território para divulgar os espaços, suas atividades e iniciar a pré-matrícula. As atividades começaram com a elaboração das listas de alunos inscritos e as chamadas, processo que passou por diferentes desafios nos dois espaços e que exigiam a ampliação das equipes para alcançar soluções eficientes.

Com a chegada dos novos colaboradores houve um esforço coletivo de organização e digitalização das fichas de pré-matrículas a fim de identificar e sanar eventuais erros, duplicidade ou sobreposição de horário das oficinas. As inscrições eram realizadas por livre demanda, sem qualquer limite, atentando apenas para não haver confronto de horário, assim apostando na liberdade de escolha, na possibilidade de experimentação e na potência que o vínculo com o espaço poderia alcançar.

As férias trouxeram obstáculos para a frequência dos alunos nas oficinas, tais como: a extinção do vale-transporte entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, alunos em situação de guarda compartilhada e alguns responsáveis impossibilitados de levar o aluno até o ENG. Assim, a equipe concentrou-se em procurar resolver o absenteísmo.

A pandemia trouxe novos e complexos desafios, especialmente para a população mais vulnerável, evidenciando o crescimento de expedientes emergenciais para a subsistência. Dessa forma, o ENG manteve a interação para o diagnóstico socioterritorial, organizando propostas eficazes e adequadas à urgência do momento: como a distribuição de cestas básicas, material pedagógico e atividades por meio de plataforma virtual. Mesmo no momento mais agudo do isolamento, o atendimento social às famílias se manteve, assimi-

lando as percepções decorrentes da crise.

Para manter as oficinas em meio à pandemia do novo coronavírus, ampliar a comunicação e organizar uma memória que fosse acessada a qualquer momento, investimos na comunicação. Foi criado um blog online, com distribuição de conteúdo diário, estimulando o contato com alunos, tutores e nossa comunidade. Criamos um perfil em redes sociais (Instagram e Youtube) a fim de reforçar o vínculo no dia a dia da equipe, dos alunos e de seus familiares, alcançando também outros públicos e sublinhando a importância do projeto para as comunidades locais. Inspirada na arquitetura dos CIEPs, a equipe desenvolveu também a identidade e projeto visual do ENG, a partir de uma nuvem de palavras criada de forma conjunta com a coordenação e as equipes pedagógicas e no estudo do material pré-existente, como a logo do projeto.

Para o retorno presencial gradual, as equipes técnica e pedagógica planejaram oficinas adaptadas e simularam a vivência de protocolos sanitários para ajudar os alunos a ancorar o corpo e a mente aos novos hábitos essenciais. A equipe de Comunicação e o Grupo de Trabalho de Protocolos criaram a campanha #CoronaSaiPraLáAssim para chamar a atenção de alunos, responsáveis e funcionários para a pandemia e estimular os cuidados de prevenção a covid-19. A campanha, que observou critérios de representatividade territorial, seguiu as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No momento de elaboração deste capítulo, ainda em meio à pandemia, cada aluno pode se inscrever em no máximo quatro oficinas, as quais contam com um limite de 3 a 10 alunos por turma para manter o distanciamento social adequado. As equipes técnica e pedagógica acompanham os casos de maior complexidade para ampliar o tempo de atendimento.

Metas e indicadores de resultados

O projeto, que tem como fundamento a cultura da paz, entende que ações de diagnóstico socioterritorial são premissas essenciais para atingir os objetivos e as metas estipuladas. Em março de 2020 foi implementada uma pesquisa de satisfação para ampliar o intercâmbio com as comunidades e estabelecer processos avaliativos. Entretanto, o isolamento

social interrompeu o processo e a participação foi reduzida. Assim, os dados coletados não podem ser considerados representativos. Segue abaixo quadro com as metas e seus resultados ao final do ano de 2020

TABELA: METAS E RESULTADOS DO PROJETO EM DEZEMBRO DE 2020

NOME	META	SITUAÇÃO DA META
Satisfação dos participantes com os equipamentos e atendimentos dos Espaços Nova Geração.	Atingir 85% da satisfação dos participantes com os equipamentos e atendimentos dos Espaços Nova Geração.	Ao avaliarem o ENG em uma escala de 1 a 4, as atividades virtuais do ENG foram avaliadas como 48,9% Excelente; 19,6% Muito Bom, 24,7% Satisfatório, 2,1% Como razoável. 4,7% não souberam responder.
Cumprimento de atividades oferecidas de acordo com a especificação do Termo de Referência para cada região.	Cumprir 100% do número de atividades oferecidas de acordo com a especificação do Termo de Referência para cada região.	ENG CIEP Professor Anísio Teixeira: 166% ENG CIEP Esther Botelho Orestes: 165%
Matrículas de alunos nos Espaços Nova Geração.	Manter 500 alunos matriculados nos Espaços Nova Geração.	ENG CIEP Professor Anísio Teixeira: 701 inscritos ENG CIEP Esther Botelho Orestes: 613 inscritos
Vagas no Espaço Nova Geração do Fonseca.	Oferecer no mínimo 800 vagas no Espaço Nova Geração Fonseca.	1.822 vagas ofertadas
Vagas no Espaço Nova Geração do Cantagalo.	Oferecer no mínimo 400 vagas no Espaço Nova Geração Cantagalo.	1.758 vagas ofertadas
Cumprimento de horários e atividades oferecidas.	Cumprir 90% dos horários e atividades oferecidas.	Todas as atividades constantes no quadro de atividades por eixo foram cumpridas.

Pesquisa de avaliação e monitoramento do projeto ENG realizada em 2020. Confecção dos autores.



*Adolescentes
participam
de oficinas de
artes marciais.*

Considerações finais

Ao longo de 2021, o projeto trabalhou com a estrutura de calendário de temas, uma prática consagrada para estimular o debate e a reflexão com alunos e a comunidade em geral, sobre Gênero e Questão Racial, em consonância com o Dia da Mulher e os 21 dias de ativismo contra o racismo; As Questões e Desafios que Atravessam os Povos Indígenas, reverenciando a sabedoria dos povos originários no cultivo da terra e preservação da natureza; e a Superexploração dos Recursos Ambientais pela Indústria da Moda. Tivemos ainda o Mês do Orgulho LGBTQIA+; o Enaltecimento da Cultura Nordestina, estudando a influência dessa na comunidade do Cantagalo; Jogos Cooperativos e a Ética nos Esportes; Direitos Humanos; Acessibilidade e, por fim, Setembro Amarelo, em que a conversa centrou-se na saúde mental e nos impactos cognitivos e emocionais da pandemia.

Nesse trabalho, o ENG contou com múltiplos parceiros, como a Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (Codim), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói (CLIN), o Centro de Cidadania LGBT Paulo Gustavo, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Alguns tópicos passam a integrar o cotidiano do projeto e sua grade de oferta para alunos e tutores como o consumo ético e sustentável e a Horta Comunitária, impulsionados pela #GeraçãoSustentável. O Bazar do Bem, por exemplo, atende a diferentes demandas da comunidade de forma criativa, encorajando a sustentabilidade e tornando o ENG uma instituição de referência para receber doações.

Para os próximos anos, pretendemos aprofundar as discussões sobre gênero, raça e a diversidade desses territórios, promovendo o respeito às diferentes tradições e aos credos de cada comunidade em relação às tradicionais confraternizações e festas de fim de ano. Isso fomenta a cultura de paz e seus fundamentos e permite que a comunidade elabore questões de seus cotidianos a partir de novas perspectivas. Também atendendo às suas expectativas e necessidades, o que vai ao encontro dos objetivos de incrementar a qualidade de vida, a integração comunitária, a construção da cidadania e de projetos de vida significativos.

Alunos do Espaço Nova Geração Cantagalo participam do cabo de guerra na celebração do Dia Mundial da Água, em março de 2020



Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Academia*, S/A. Darcy Ribeiro. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>>. Acesso em: 22 de set. de 2021.
- CIEPS completam 30 anos. *CartaCapital*, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/criados-por-darcy-ribeiro-cieps-completam-30-anos/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.
- Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, 1999. *Comitê da Cultura de Paz*. Documentos Internacionais. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- DUPRET, Leila. *Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea*. Scielo Brasil, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/qN7S-bH7nMvtnmg7qytcJLL/?lang=>>>. Acesso em: 22, set. de 2021.
- MENEZES, Ebenezzer Takuno de. *Verbetes CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública)*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>>. Acesso em 22 set 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Pacto Contra a Violência*, 2018. História do Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Pacto Contra a Violência*, 2019. Espaço Nova Geração. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/projetos-de-prevencao/espaco-nova-geracao/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Plano Niterói que Queremos*, 2020. Escolarizada e Inovadora. Disponível em:

<<https://planoniteroiquequeremos.com.br/escolarizada-e-inovadora/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

Organização das Nações Unidas. *Plataforma Agenda 2030*, 2015. Os ODS. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/os_ods/>. Acesso em: 17 de ago. de 2021.

5

**Programa
Poupança Escola:
a experiência
do Grupo
de Trabalho
Intersectorial de
Busca Ativa**

AUTORES

Ana Vieira

Rubia Secundino

Maria José Pereira

Rodrigo Oliveira

Solange Tubino

Vinicius Wu

Thayana Miller

Vilde Dorian

Introdução

A criação de programas de incentivo educacional, particularmente como mecanismo indutor para a conclusão do ensino médio, pode ser observada em diferentes governos da esfera municipal e estadual, assim como em alguns países. Com o intuito de lidar com o grave problema da evasão escolar, diferentes governos desenvolveram programas de incentivo, como o Poupança Jovem, em Minas Gerais; o Renda Melhor Jovem, no Rio de Janeiro; e o Bolsa Futuro Jovem, em Rondônia.

Estudos realizados apontam que programas de incentivo à conclusão do ensino médio podem aumentar as taxas de aprovação e reduzir as de evasão escolar. Pereira (2016) realizou estudo sobre o Renda Melhor Jovem e identificou fortes evidências sobre o impacto desse programa. Ao comparar o resultado educacional de escolas com diferentes taxas de participação, identificou que para cada aumento de ponto percentual na proporção de alunos elegíveis foi estimado um ganho de 0,095 pp na aprovação e uma diminuição de 0,056 pp nas taxas de evasão. Identificou ainda que ser elegível para receber o incentivo diminuiu as taxas de evasão em 37% e aumentou as de aprovação em 14%.

Em 2018, o panorama na rede pública de Educação, em Niterói, apresentava um cenário preocupante, especialmente no que se refere às taxas de reprovação e abandono no 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, conforme pode ser observado a seguir.

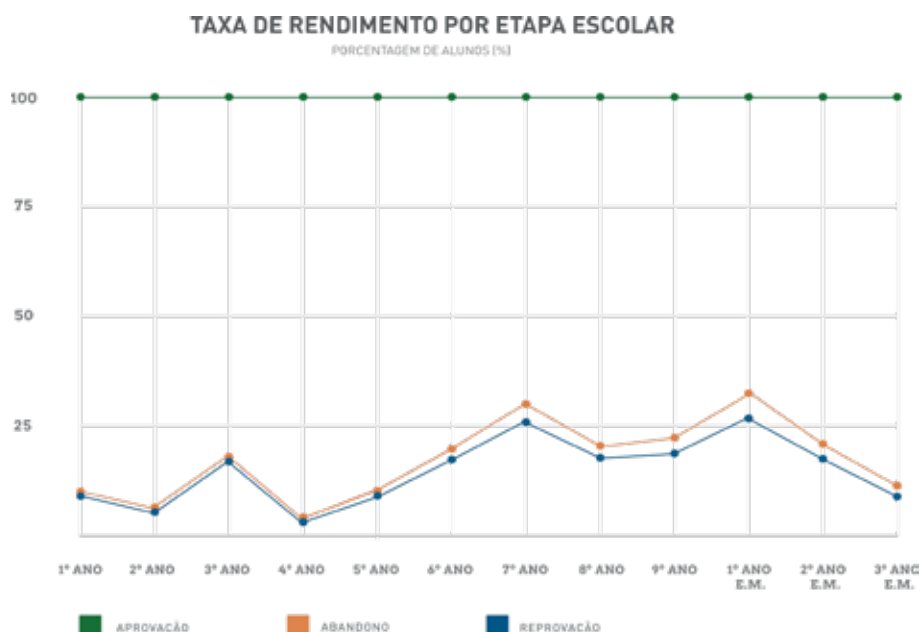


*Logo do
Programa
Poupança
Escola*

QUADRO 1: TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO – NITERÓI - 2018

ANO	REPROVAÇÃO %	ABANDONO %	APROVAÇÃO %
8º ano EF	3,5	0,8	95,7
9º ano EF	13,8	3,6	82,6
1º ano EM	27,4	6,6	66,0
2º ano EM	17,6	3,8	78,6
3º ano EM	9,7	2,3	88,0

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Inep (2018)



Taxas de Rendimento da Rede Pública – Niterói - 2018 / Fonte: QEdu.org.br. Dados do Inep (2018).

Diante do cenário crítico nos indicadores da Educação e a direta relação existente entre a reprovação, abandono escolar e o aumento da pobreza e da criminalidade, conforme apontado no estudo “Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens” (Barros, 2017), o então prefeito, Rodrigo Neves, solicitou à Secretaria de Planejamento e Gestão Governamental (Seplag) a elaboração de estudos para a formulação de um programa de incentivo educacional, tendo por base experiências de outros governos e estudos sobre a efetividade desses programas.

Cabe assinalar que o referido prefeito, no período de

2011 a 2012, coordenou o Plano Rio Sem Miséria¹, alinhado ao plano nacional de combate à pobreza e pobreza extrema, tendo como um dos componentes o Programa Renda Melhor Jovem, cujo objetivo era incentivar a permanência e a conclusão do ensino médio dos jovens de famílias beneficiárias do Programa Renda Melhor/Programa Bolsa Família (Vieira e Campos Filho, 2013). Certamente a experiência no governo do Rio de Janeiro, constituiu-se como fonte inspiradora para a decisão de implantar, com recursos provenientes dos royalties oriundos da exploração e produção de petróleo e gás natural, um programa municipal que tem por objetivo investir na educação e combater a evasão escolar.

Como resultado, em fevereiro de 2018, foi enviado à Câmara Municipal o Projeto de Lei do programa Poupança Escola, aprovado e publicado como Lei nº 3363, em 21 de julho de 2018.

O presente artigo é um relato de experiência que aborda a formação e a atuação do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) de Busca Ativa, realizado no período de agosto a dezembro de 2020, com o intuito de localizar 46 alunos que foram aprovados no ano letivo 2019, mas que não concluíram o processo de adesão e abertura da conta poupança, inviabilizando o depósito do valor do incentivo a que fizeram jus.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta os critérios de elegibilidade e as características do Programa Poupança Escola. A segunda seção apresenta como surgiu a proposição da Busca Ativa, a metodologia usada e o planejamento das atividades. A última seção descreve como se deu a implementação da Busca Ativa, abordando as ações inerentes à implementação de uma ação intersetorial, no contexto da pandemia, e os resultados obtidos.

Sobre o Programa Poupança Escola

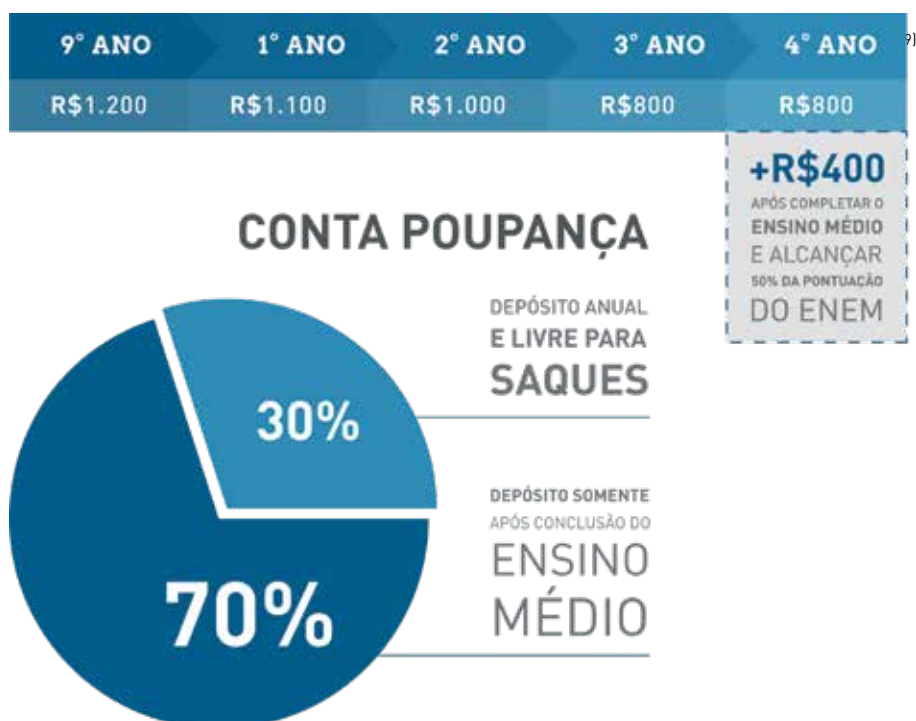
O Programa Poupança Escola (PPE), atualmente sob gestão da Secretaria de Governo, integra o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), e tem como finali-

1 O Plano Rio Sem Miséria, criado pela lei estadual nº 6.088 de 25/11/2011 e suspenso pelo Decreto nº 45.684 de 08/06/2016 em decorrência da crise fiscal do Governo do Rio de Janeiro, chegou a beneficiar 270 mil famílias e tinha como premissa a articulação federativa e o alinhamento à meta presidencial do Plano Brasil Sem Miséria.

dade incentivar o jovem, integrante de família beneficiária do Programa Bolsa Família, morador de Niterói (por no mínimo um ano) e que esteja matriculado e cursando o 9º ano do ensino fundamental – ou em qualquer ano do ensino médio ou profissionalizante integrado –, a concluir o ensino fundamental e ensino médio na rede pública do município.

O aluno elegível faz jus a um incentivo financeiro por cada ano concluído, com aprovação, definido conforme critérios que variam com o alcance das metas de escolaridade, podendo receber de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00. Além de um benefício adicional, concedido ao concluinte que tenha alcançado 50% da pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A prefeitura deposita, no ano subsequente ao da aprovação, 30% do benefício anual. Somente após a conclusão, o aluno poderá receber a integralidade do benefício relativo ao último ano do ensino médio e, também, os 70% restantes dos valores referentes a cada ano cursado.

ESCALA PROGRESSIVA DE PAGAMENTO DOS INCENTIVOS FINANCEIROS DO POUPANÇA ESCOLA.



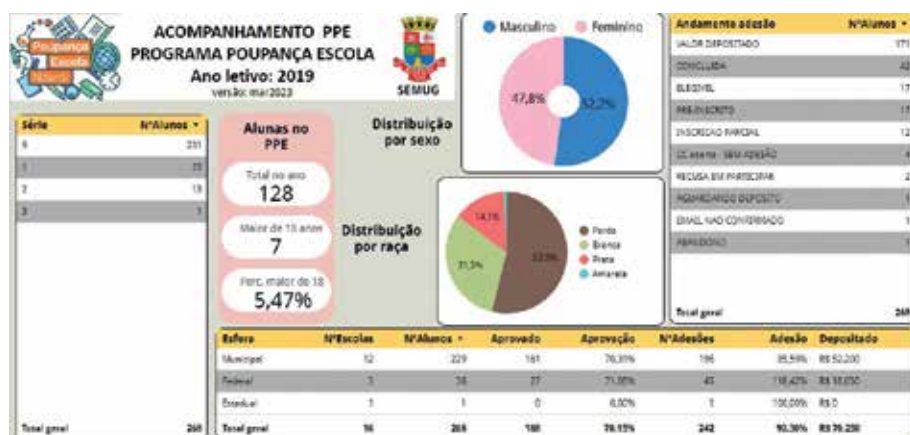
Fonte: Confeção dos autores

Além da aprovação anual sem dependência, frequência anual de no mínimo 75% e cumprimento do Regimento Escolar, o aluno deve participar de atividades extracurriculares oferecidas pelo município ou pela rede pública federal, estadual e municipal, tais como cursos e/ou oficinas sobre educação financeira, empreendedorismo, preparação para o mercado de trabalho, educação em saúde, serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), atividades de caráter cultural e esportivo e outros temas relevantes para o público do Programa.

Para acompanhar a execução e o desempenho do PPE, foi instituída a Comissão de Fiscalização e Gestão do Poupnça Escola (CFGPE), presidida pela então Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e com representação das secretarias municipais de Educação, Planejamento e Fazenda, além da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e os Conselhos municipais de Assistência Social e Educação.

Na figura a seguir é possível observar, dentre outras informações monitoradas pelo programa, o perfil dos alunos vinculados ao PPE, segundo a distribuição por sexo e raça/cor.

PAINEL GERENCIAL DO PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA – ANO LETIVO 2019



Fonte: Painel Gerencial do Sistema de Gestão do Programa Poupnça Escola

Para exemplificar o funcionamento do programa, o contexto no qual foi concebido, seus principais componentes e resultados esperados, apresentamos o Mapa de Processos e Resultados, que se constitui como um importante instrumento para tornar claro os processos críticos e a complexidade de um programa social, cujo público-alvo são famílias em situação de pobreza e pobreza extrema no município (JANNUZZI, 2016).

O programa foi lançado em 5 novembro de 2019 e pagou até o ano de 2020 o incentivo financeiro, relativo ao ano letivo 2019, para 171 alunos das 12 escolas da rede municipal e três da rede federal, sediadas no município.

Concepção e planejamento

Em 21 de março de 2020, a prefeitura de Niterói decretou quarentena total na cidade para reduzir a circulação de pessoas e conter o avanço da covid-19. Assim, as escolas da rede pública municipal e federal tiveram as aulas suspensas e diversas ações da prefeitura previstas para esse ano foram interrompidas, incluindo as relacionadas ao Programa Poupança Escola. Desse modo, as orientações aos alunos para a abertura da conta poupança na Caixa Econômica Federal (CAIXA) foram paralisadas.

A prefeitura de Niterói, em maio de 2020, retomou, de forma gradativa, algumas das atividades do PPE, como a análise sobre os 46 alunos que não haviam concluído a adesão ao programa no ano anterior. Nesse sentido, e como resultado dos encaminhamentos da reunião de integração do Pacto realizada em 31 de julho de 2020, foi proposto e acordado que seria realizada uma ação intersetorial de busca ativa em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMECT) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) para realizar a busca ativa.

No início de agosto de 2020, mediante tratativas realizadas com a Caixa, foi acordada a retomada da abertura das contas poupança dos alunos, mediante agendamento prévio a ser realizado pela Gestão do Programa Poupança Escola

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS DO PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA

<p>PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA NITERÓI — LEI 3363/2018 — EIXO PREVENÇÃO DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA</p>	<p>OBJETIVOS</p> <p>Inventivar os estudantes residentes no município de niterói em situação de vulnerabilidade a iniciarem e concluírem o ensino médio fundamental e médio na rede pública.</p> <p>Melhorar o desempenho e rendimento escolar dos estudantes.</p> <p>Estimular a frequência regular para um melhor processo de ensino aprendizagem e redução do abandono escolar.</p> <p>Reduzir a evasão escolar e os seus efeitos intergeracionais na reprodução da pobreza.</p> <p>Aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de riscos que influenciam os índices de criminalidade na juventude.</p> <p>Incentivar a autonomia do jovem na tomada de decisão sobre o seu futuro.</p>
<p>CONTEXTO</p> <p>Altas taxas de evasão e abandono escolar em 2018.</p> <p>Participação de jovens em delitos criminais.</p>	<p>PÚBLICO-ALVO</p> <p>Alunos integrantes de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família que residem há um ano em Niterói e estão matriculados e cursando o 9º ano do ensino fundamental e/ou qualquer um dos anos do ensino médio regular/profissionalizante integrado na rede pública de ensino - Municipal, Estadual e Federal - localizada em Niterói. (Lei 3363/2018 - Decretos 13.267/2019, 13.428/2019 e 13.922/21)</p>
<p>RECURSOS</p> <p>Orçamento - fonte 138 (recompensação financeira pela exploração de petróleo, gás natural).</p> <p>Comissão de fiscalização e gestão do programa - (Dec 13.377/2019).</p> <p>Parceria com o ospnit/pmnn.</p> <p>Parcerias com o proderj, caixa, escolas públicas, secretarias municipais de assistência social, Educação e saúde, seeduc, conselho municipal de assistência social e de educação.</p> <p>Parcerias para ofertas de atividades extracurriculares.</p>	
<p>AÇÕES</p> <p>Assinatura de convênios interfederativos com a escola da rede federal e com a rede estadual.</p> <p>Identificação dos alunos elegíveis.</p> <p>Realizações de reuniões na escola com alunos/pais.</p> <p>Realização da pré-inscrição do aluno.</p> <p>Abertura conta poupança do aluno.</p> <p>Acompanhamento e cumprimento dos requisitos para recebimento do incentivo financeiro.</p> <p>Oferta de atividades extracurriculares.</p> <p>Busca ativa intersensorial dos alunos aprovados e que não aderiram.</p>	
<p>PRODUTOS</p> <p>Adesão dos alunos.</p> <p>Contas poupanças abertas.</p> <p>Engajamento nas atividades extracurriculares.</p>	<p>PRESSUPOSTOS</p> <p>Engajamento da rede estadual (seeduc, ciência e tecnologia/faetec, escola da pm).</p> <p>Normalização dos serviços públicos pós período pandêmico (COVID-19)</p> <p>Engajamento das escolas (Direção/professores) e famílias.</p> <p>Acesso ao serviços de identificação civil.</p> <p>Condições de comprovação de residência, em conformidade com as exigências da instituição bancária.</p>
<p>RESULTADOS</p> <p>Redução da infrequência.</p> <p>Redução da evasão e abandono.</p> <p>Depósito anual do incentivo na poupança e possibilidade de saque e utilização de parte do incentivo (30%).</p> <p>Educação financeira.</p> <p>Inclusão bancária.</p>	
<p>IMPACTOS</p> <p>Aumento das taxas de conclusão do ensino fundamental e médio.</p> <p>Melhora nas taxas de desempenho do aluno.</p> <p>Aumento da autonomia e do protagonismo do jovem.</p> <p>Aumento na participação do enem.</p> <p>Ingresso no ensino superior.</p>	

Fonte: elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto por Ana Vieira, Lucas Rangel, Luciano Santos, Felipe Mendes e Marco Konopacki, no âmbito do curso Introdução à Avaliação de Políticas Públicas realizado pela Escola de Governo e Gestão (EGG)/Prefeitura Municipal de Niterói em parceria com a UFF (2021).

diretamente com a Agência nº 0174, localizada no centro de Niterói. Em que pese o grande fluxo de atendimento em decorrência do pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal, mesmo assim o banco concordou em atender por agendamento até quatro alunos por dia, em horários intercalados.

Tendo em vista o período pandêmico, a metodologia de trabalho adotada foi centrada no uso de ferramentas digitais, como o telefone celular, e-mail, aplicativo para videoconferência e de mensagens instantâneas WhatsApp.

Em 07 de agosto de 2020, em uma reunião por videoconferência com os representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), da Fundação Municipal de Educação (FME/SEMECT), da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) e do Projeto Escola da Família, definiu-se a estratégia e os procedimentos operacionais relacionados à busca ativa.

Foi estabelecida uma rotina de reuniões remotas, quinzenais, e a criação de um grupo no aplicativo de mensagens instantâneas denominado “GT Busca Ativa 46 PPE”, que dinamizou as discussões e os compartilhamentos de arquivos. Inicialmente, as equipes das secretarias recuperaram dados telefônicos e fizeram contato preliminar para informar aos responsáveis e alunos que a equipe do PPE manteria contato para orientar sobre a conclusão da adesão ao Programa.

No entanto, 16 estudantes não haviam feito sequer a pré-inscrição no site. Então, houve uma etapa prévia, a do atendimento presencial, a exemplo do que foi feito em 2019 em parceria com as 12 escolas municipais, para a pré-inscrição e coleta da assinatura do responsável e do aluno no Termo de Adesão ao PPE e na autodeclaração de residência em Niterói.

A Gerência do Projeto Escola da Família, instalada na Policlínica Especializada Sílvia Picanço (PESP), colocou à disposição equipamentos e infraestrutura para os atendimentos presenciais. Foi uma excelente opção do ponto de vista logístico, porque a PESP, localizada na Avenida Amaral Peixoto, fica a cerca de 400 metros da agência da CAIXA, o que facilitou o acesso de alunos e responsáveis. Em 1º de

setembro de 2020, foi realizada reunião presencial com a diretora da PESP, com o objetivo de apresentar o PPE e organizar o acesso de alunos, familiares e equipe de gestão às instalações.



Para organizar os agendamentos e atendimentos que seriam realizados na sala do Projeto Escola da Família e na CAIXA foram criados quatro instrumentos:

*Reunião do GT
com a Diretora
da PESP
realizada
em 1º de
setembro de
2020.*

TABELA: INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
1 – Controle de Agendamentos/ Atendimento aos Alunos	Informar à coordenação administrativa da PESP os atendimentos que seriam realizados, no período de 10h às 15h, e controlar a entrada no prédio.
2 – Protocolo de Atendimento aos alunos	Prover roteiro com todos os procedimentos a serem observados, incluindo os protocolos sanitários, abrangendo desde o setor da portaria da PESP até a equipe responsável pelo atendimento aos alunos e responsáveis na sala do Projeto Escola da Família.
3 – Ficha de Atendimento ao Aluno	Organizar e agilizar os procedimentos de atendimento e orientação ao aluno para a realização da pré-inscrição no site do programa.
4 Controle de Agendamentos na CAIXA	Informar à CAIXA os dados dos alunos agendados, no período de 9h às 12h, para a abertura da conta poupança, servindo também para o controle e autorização de acesso prioritário à Agência 0174.

Os atendimentos presenciais foram realizados pela equipe de Gestão do Poupança Escola com o apoio da Coordenação de Gestão da Fundação Municipal de Educação – FME-SME, que já fazia o acompanhamento do programa e a mediação com as escolas da rede municipal de educação.

Foi acordado, ainda, com a PESP que a lista com os agendamentos (Instrumento 1) seria enviada por endereço eletrônico até às 12h do dia imediatamente anterior ao do dia de atendimento do aluno. No caso da Caixa, foi solicitado o envio dos agendamentos (Instrumento 4) por endereço eletrônico, com, no mínimo, 2 dias de antecedência do dia de atendimento do aluno.

A implementação da Busca Ativa

Conforme planejado, o Departamento de Supervisão Técnico-Metodológica (Desum) da VIPACAF/FMS-SMS e a Subsecretaria de Assistência Social da SASDH realizaram o mapeamento e atualização dos endereços dos 46 alunos. A partir de uma planilha gerada para cada um dos seus respectivos equipamentos (Atenção Básica à Saúde e Proteção Social Básica), foi feito o contato preliminar com as famílias.

Do total de 46 alunos, 12 foram localizados por meio de

contato telefônico. Para os 34 alunos restantes, o Departamento de Supervisão Técnico-Metodológica/FMS-SMS elaborou duas listagens, considerando o endereço de residência. A primeira com 14 alunos foi encaminhada para as Policlínicas e Unidades Básicas e outra listagem com 20 alunos, para a Coordenação do Programa Médico de Família (PMF).

A relação dos 46 alunos foi redistribuída pela Subsecretaria de Assistência para os dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Foram solicitadas as informações sobre o possível acompanhamento do aluno e da família pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família (PAEF), com o objetivo de ser estabelecido o contato com o aluno e a família. Essas informações eram periodicamente atualizadas e compartilhadas no grupo.

A equipe de Gestão do PPE reiniciou os contatos, por telefone ou WhatsApp, sendo essa segunda opção a que logrou maior êxito. Após as apresentações e explicações sobre o programa, era realizada uma prospecção, normalmente com o responsável pelo aluno, para entender o motivo de a adesão não ter sido realizada. Os alunos já pré-inscritos eram orientados sobre a disponibilidade dos documentos obrigatórios – comprovante de residência e RG do aluno e também do responsável, no caso de aluno menor de 18 anos – para a abertura da conta poupança. Em seguida, era feito o agendamento para comparecer à agência bancária.

Para os casos de estudantes ainda sem a pré-inscrição, eram feitos dois agendamentos para o mesmo dia, em horários compatíveis. Ou seja, primeiro o aluno era atendido na PESP para a inscrição e assinatura dos documentos e, na sequência, encaminhado à CAIXA. Após os contatos, era encaminhado um texto padrão com as orientações sobre as etapas descritas e a solicitação de envio da confirmação do comparecimento.

Os agendamentos na PESP e na CAIXA tiveram início em 08 de setembro de 2020 e foram finalizados até 03 de dezembro de 2020, tendo em vista o prazo limite para os trâmites do pagamento do incentivo, ainda no exercício financeiro de 2020.

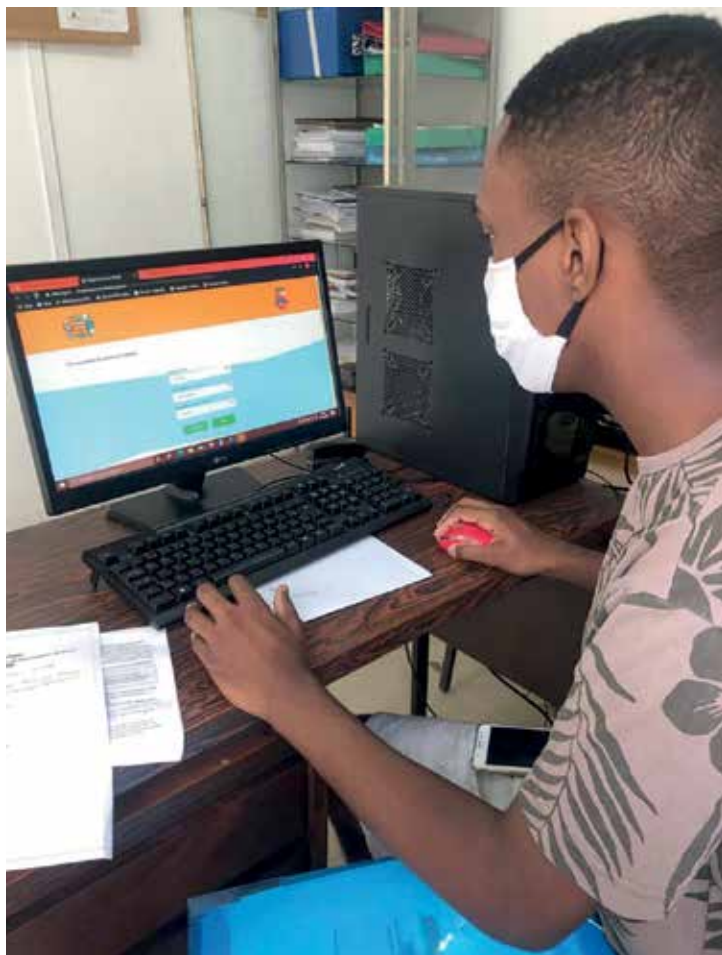
Durante quase três meses, as discussões, avaliações e reflexões do GTI foram intensas. Foram realizadas 24 visitas do-

miciliares pela Subsecretaria de Assistência Social e 22 pelas Equipes do PMF. Durante as reuniões quinzenais, discutiram-se casos emblemáticos, como o de uma aluna impossibilitada de sair de casa por problema de saúde. Após visita domiciliar da equipe do PMF, outras ações no âmbito da atenção à Saúde foram planejadas. Ou, ainda, situações de conflito familiar, mediados por assistente social do PAIF, que esclareceu a um pai que o PPE de fato existia, já que ele suspeitava de fraude, e que era essencial acompanhar o filho à CAIXA.

A parceria estabelecida com a Diretoria Administrativa da Regional Baixadas Litorâneas da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) foi fundamental para a emissão do Registro Geral (RG) de alunos e responsáveis dos alunos, via agendamento no site do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran). A dificuldade de uso de ferramentas e soluções tecnológicas e de acesso à internet ainda são uma barreira para a maioria da população em vulnerabilidade social. Estudos do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) apontam que 55% dos filhos de pais sem instrução não têm acesso à internet. O percentual cai para 4,9%, quando os pais têm curso superior. Cinco carteiras de identidade foram emitidas, de um total de nove alunos/responsáveis sem RG, graças ao apoio da Regional Seeduc, que viabilizou, quando necessário, o transporte do aluno até o posto do Detran, de outro município, permitindo que esses jovens concluíssem a adesão ao PPE.

O aluno acompanhado do responsável ao chegar à PESP era encaminhado à sala do Projeto Escola da Família, onde o atendimento era realizado em duas etapas e quase sempre em paralelo: o aluno recebia a orientação para acessar o site e realizar a pré-inscrição, enquanto a (o) responsável assinava os documentos da adesão. O que a princípio poderia ser um atendimento rápido, invariavelmente, levava um tempo maior em virtude da dificuldade que os alunos, objeto da busca ativa, tinham na utilização de recursos tecnológicos, que não sejam os comumente utilizados nas redes sociais. Nesse momento, também era possível identificar se havia algum obstáculo em relação à documentação obrigatória para a abertura da conta poupança. Situação identificada em al-

guns casos, nos quais a identidade do aluno estava fora da validade ou o comprovante de residência não existia ou estava fora da validade. Os casos sem pendências eram orientados a dirigir-se e identificar-se na agência, de modo a não enfrentar a longa fila do pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal. O colaborador da CAIXA ajudava o aluno com a senha e o local de abertura da conta poupança.



Atendimento presencial do aluno para inscrição no site.

A seguir, apresentamos alguns casos que expressam a complexidade da questão social identificada durante os atendimentos. No primeiro caso temos V.A.C., 17 anos, moradora do Caramujo e aluna egressa da Escola Municipal Paulo Freire. A mãe da aluna, que trabalha como babá, teve dificuldades de ser liberada pela

empregadora. O contato com a mãe foi iniciado em 3 de setembro de 2020 e, depois de diversas tentativas e reagendamentos, em 11 de dezembro ela acompanhou a filha ao banco. A prefeitura depositou o pagamento no último fluxo, em 16 de dezembro de 2020.

Dentre os desafios e obstáculos enfrentados pelos alunos e responsáveis, destacamos a abertura da conta poupança, pois é necessário superar desde a intimidação do ambiente nas agências até as dificuldades que as famílias de baixa renda têm para obter o documento de identidade do aluno/responsável e o comprovante de residência. Grande parte dessas famílias, moram em “aglomerados subnormais” e não possuem os comprovantes de residência normalmente exigidos pelas instituições bancárias, como contas de luz e telefone, sendo necessário nesses casos solicitar às Associações de Moradores uma declaração de residência.

Outro grande obstáculo está relacionado ao conhecimento necessário para saber como usar os recursos tecnológicos e da escrita no meio digital. A maioria dos jovens e seus responsáveis utilizam, com certa facilidade, o telefone celular, o aplicativo WhatsApp e as redes sociais, mas quando é necessário utilizar aplicações web que demandem ações ainda que básicas, por parte do usuário, como o acesso por senha e o preenchimento e confirmação de informações, as dificuldades são grandes e, via de regra, acabam desistindo. Em decorrência da pandemia, essas questões tornaram-se ainda mais graves, pois a grande maioria dos serviços passou a ser disponibilizados exclusivamente de forma digital.

Como resultado da ação intersetorial, 31 alunos (67,43%) completaram a inclusão ao PPE. Do total de 16 alunos sem pré-inscrição, nove concluíram o processo e assinaram o Termo de Adesão e a Autodeclaração de Residência. Até o momento da elaboração deste artigo, 15 alunos ainda estão fora do programa, por diferentes motivos, sendo que apenas seis não foram localizados. Os demais nove alunos, apesar dos contatos e agendamentos realizados, não compareceram e estão com a inclusão pendente.

O quadro a seguir apresenta a situação em dezembro de 2020 sobre a busca ativa.

QUADRO 2: STATUS DA DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS

SITUAÇÃO	QUANT. DE ALUNOS	%
Adesão concluída e valor depositado	31	67,43
Elegível	4	8,69
Inscrição parcial	4	8,69
Pré-inscrito	7	15,22
Total	46	100

Fonte: Equipe de gestão e gerenciamento do PPE. 2020

O pagamento do incentivo aos 31 alunos ocorreu em dois fluxos de pagamento: o primeiro em 2 de outubro de 2020, no qual dos 44 alunos aptos ao pagamento, 19 estavam na busca ativa; e o segundo e último do ano, em 16 de dezembro de 2020, para 12 alunos, todos integrantes da busca ativa.

Considerações finais

A efetiva implantação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais exige a operacionalização de programas na área social, cujos princípios basilares sejam a operação em rede e a intersetorialidade, por meio de parcerias interfederativas e interinstitucionais, como é a experiência em curso no município de Niterói. Há consenso na literatura que o maior desafio da gestão pública é a materialização na prática da intersetorialidade, principalmente, porque demanda mudanças no modelo da estrutura governamental historicamente setorializada.

Segundo Junqueira e Inojosa (1997), “a intersetorialidade consiste na articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”. Em outras palavras, a transição do discurso para a implementação da intersetorialidade na prática, impõe uma engenharia institucional inovadora.

Mesmo considerando as dificuldades inerentes a um aparato governamental tradicionalmente hierárquico e horizontal, desde 2013, a prefeitura de Niterói tem a seu favor

o planejamento estratégico, de curto, médio e longo prazos, denominado Niterói Que Queremos (NQQ). O que foi reforçado pela criação do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV), em 2018, e a regulamentação da Política Municipal de Prevenção à Violência, em 2019, que implementaram um processo participativo e mobilizador intrainstitucional e com a sociedade civil.

No entanto, permanece o desafio de construir e aprimorar os mecanismos e as engrenagens para que a prática intersetorial deixe de ser uma ação episódica e artesanal e passe a ser contínua e institucionalizada. A implementação dessa intersectorialidade demanda não somente um novo modelo de gestão, mas, sobretudo, o investimento e a priorização da gestão da informação como forma de superar a fragmentação do conhecimento e viabilizar de forma sistêmica um modelo operativo. É necessário garantir o compartilhamento da informação para que as diferentes políticas setoriais enxerguem os cidadãos, em especial aquele em vulnerabilidade social, de forma integral. Nesse sentido, nos alinhamos com a perspectiva de Inojosa que afirma:

Sabemos que a vida em sociedade é a expressão do axioma de que a vida está tecida em conjunto. As necessidades e expectativas das pessoas e dos grupos sociais referentes à qualidade de vida são integradas. Não adianta prover escola para uma criança se ela não estiver bem alimentada e saudável. Sem um conjunto de necessidades atendidas, ela não conseguirá realizar seu aprendizado e desenvolver-se. (2001, p.103)

O trabalho desenvolvido pelo GTI foi tecido em conjunto, no qual cada secretaria contribuiu para que a trama tomasse forma. Para além do objetivo inicialmente definido de localizar os alunos, constatamos na prática que o maior aprendizado foi a importância da articulação de saberes, experiências e competências para a superação da exclusão social. É importante sublinhar, ainda, que a experiência da Busca Ativa evidenciou, de forma clara e inequívoca, a prioridade

que deve ser dada, no âmbito das atividades extracurriculares, para a educação financeira e o letramento digital.

Por fim, destaca-se a virtuosa e imprescindível parceria intersetorial e interinstitucional, que contou com a governança do PNCV, e cujo trabalho coletivo e sinérgico, permitiu a localização e o acolhimento de diversas famílias e, principalmente, a resolução de questões nas dimensões da saúde, assistência social e acesso à documentação básica, que impediam ou limitavam o acesso a direitos e benefícios.

Referências bibliográficas

- BARROS, Ricardo Paes de. Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens. INSPER, 2017. Disponível em: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#bibliografia>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersetorialidade. Cadernos FUNDAÇÃO, nº 22, p. 102-110, 2001.
- INSTITUTO MOBILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Sem computador e internet, jovens mais pobres têm menos oportunidades. Disponível em: <<https://imdsbrasil.org/em-pauta/materias>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- JANNUZZI, Paulo; MONTAGNER, Paula. Mapa de Processos e Resultados como instrumento de especificação de pesquisas de avaliação e sistemas de indicadores de monitoramento de programas. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 27:42-54, 2016. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-n-27-sintese-das-pesquisas-de-avaliacao-de-programas-sociais-do-mds-2015-2016/>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
- JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; INOJOSA, Rose Marie. Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária. São Paulo: FUNDAÇÃO, 1997.
- NITERÓI (Município). Lei Municipal nº 3363, de 16 de julho de 2018, que dispõe sobre o Programa Poupança Escola no âmbito do município de Niterói e dá outras providências.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.267/2019, de 26 de junho de 2019, que regulamenta a lei nº 3.363.

- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.377/2019, de 6 de novembro de 2019, que nomeia os membros da comissão de fiscalização e gestão do programa, instituída pelo artigo 13 da Lei nº 3.363.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.378/2019, de 6 de novembro de 2019, que cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV).
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.428/2019, de 19 de dezembro de 2019, que altera o decreto nº 13.267.
- NITERÓI (Município). Decreto nº 13.922, de 23 de março de 2021, que altera os decretos 13.267/2019 e 13.428/2019, delegando à Secretaria de Governo a coordenação e operacionalização do Programa Poupança Escola.
- PEREIRA, Vítor Azevedo. Paying Students to Graduate from High School: Evidence from Brazil. Rio de Janeiro: PUC, 2016.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 46.984 de 20 de março de 2020, que estabelece o estado de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro.
- VIEIRA, Ana Maria Machado; CAMPOS FILHO, Antônio Claret. Portal de Informações Gerenciais: a Inteligência Informacional como Instrumento de Governança do Plano Rio Sem Miséria. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, nº 6, jul/dez/2013. Disponível em: <https://issuu.com/sagi_mds/docs/_rbma_6>. Acesso em: 15 de out. de 2021.



**Por uma Escola da Paz:
contribuições do Pacto
Niterói Contra a Violência
para a difusão da cultura de
paz nas unidades escolares
da Rede Municipal de
Educação**

AUTOR

Ronald dos Santos Quintanilha

Introdução

Esse estudo tem por objetivo apresentar a proposta do projeto Escola da Paz e suas contribuições para a promoção da cultura de paz nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Educação de Niterói. As ideias apresentadas no texto buscam situar o contexto da realidade vivida por algumas escolas com as questões de violências em seu cotidiano, tendo o referido projeto como uma política pública de contrapartida às demandas escolares dessa natureza.

O Projeto Escola da Paz integra o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) e colabora não apenas para a redução dos indicadores de violências no contexto escolar, mas principalmente contribui para a promoção de uma cultura de paz, por meio de ações coletivas envolvendo toda a comunidade. É desenvolvido na rede pública municipal de Educação do município e tem por principal finalidade o desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e profissionais da Educação.

Sua implementação no município de Niterói é um importante marco na história das políticas públicas transversais da cidade, por estabelecer mudanças de paradigmas no trato do fenômeno da violência escolar. Ao focar na prevenção, o projeto contribui para a ruptura de práticas históricas e culturalmente instituídas escolas, sendo essas práticas geralmente representadas por ações de enfrentamento à violência de forma repressora, reguladora e autoritária, sem levar em consideração os processos preventivos que podem dirimir ou mesmo impedir a sua manifestação no interior da dessas unidades. Entretanto, cumpre ressaltar que tais práticas ocorrem de forma isolada na rede de educação municipal, não



*Logo do
Projeto Escola
da Paz*

representando a realidade de todas as Unidades Escolares.

A escola é um importante espaço de fala, escuta e reflexões, em que as habilidades como autoconhecimento, autonomia, pensamento crítico, sociabilidade, respeito às diferenças, valorização da diversidade e tomada de decisão responsável, dentre outras, são tematizadas e, mais ainda, experienciadas nas linguagens da arte, da cultura e do corpo.

Assim sendo, a escola assume uma função social importante ao incorporar em suas práticas pedagógicas projetos interdisciplinares que auxiliam na produção de conhecimento sobre a cultura de paz e na consolidação de novas práticas de sociabilidade, que visam o desenvolvimento da inteligência emocional em sua comunidade. O Projeto Escola da Paz é uma importante política pública para promover, nas escolas da rede municipal de Niterói, uma nova realidade num cenário de violências que só pode ser ressignificado com o conhecimento e com formação permanente.

A proposição de novas estratégias de prevenção e de intervenção, a partir da construção coletiva e do compartilhamento de saberes, é uma forma de contribuir para esse processo. Esse movimento reflexivo aponta para práticas curriculares que colaboram para tornar a instituição de ensino um lugar de novos sentidos e de novas possibilidades de paz nos territórios. Sendo assim, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) podem ser revisitados e reelaborados a partir de tal premissa, de forma a estabelecerem um diálogo mais próximo com os objetivos do projeto macro.

Na esteira do debate sobre prevenção à violência e difusão da cultura de paz, algumas ações vêm sendo realizadas pelos governos nas diferentes esferas e pela Sociedade Civil Organizada, com foco na implementação de projetos que privilegiam as dimensões dos Direitos Humanos. No âmbito dessas ações, o Programa Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) é uma das referências. Institucionalizado pela Prefeitura do Município de Niterói (RJ), é definido como “uma política pública de segurança e prevenção à violência por meio do estímulo e do fortalecimento da cultura da paz, da valorização da vida, do potencial do ser humano e da participação conjunta do poder público e da sociedade civil” (Boletim do PNCV, s/d). A violência é um complexo fenômeno histórico e social, portanto,

refletir sobre ela num sentido mais amplo é não naturalizá-la e sim, compreendê-la, problematizá-la, preveni-la e enfrentá-la com ações inteligentes e estratégicas, integradas entre o poder público e a Sociedade Civil Organizada.

Metodologia

A pesquisa é fundamentada em estudos bibliográficos e busca estabelecer duas propostas metodológicas. A primeira se pauta em estudos teóricos, ainda que apresentada de maneira objetiva para o propósito deste artigo. O resgate de informações sobre o processo inicial de elaboração do projeto Escola da Paz e do Pacto por meio das fontes disponibilizadas por suas assessorias também compõem parte da estrutura metodológica do texto. Outra proposta da estrutura consiste na entrevista com dois profissionais da Educação contemplados pela formação realizada no âmbito do projeto. As narrativas buscam dialogar com a pesquisa e apresentar relatos de experiências desses profissionais sobre as contribuições que o projeto apresenta em suas formações e experiências profissionais no contexto escolar, com base nas metodologias adotadas pela instituição formadora.

Problema e justificativa do projeto

No debate sobre a Educação na perspectiva dos Direitos Humanos, dentre os temas que integram suas diversas pautas, destacamos as questões relacionadas à violência social e sua relação com o contexto da Educação formal. Esse debate assume relevância porque contribui para as reflexões necessárias sobre os fatores determinantes da violência escolar e exige de toda a sociedade a criação de alternativas para a sua superação no contexto social.

Neste sentido, indaga-se como as questões da violência social impactam o cotidiano das escolas públicas do município de Niterói e produzem um cenário em que as relações humanas são profundamente afetadas pela dimensão dos conflitos interpessoais caracterizados, mais especificamente, por meio da violência psicológica, física e simbólica. Com base nas experiências do autor com o acompanhamento das situações de violência escolar na rede municipal, constata-se que, entre os

anos de 2016 e 2019, ocorreu uma complexa dinâmica sobre as distintas expressões de violência no interior de algumas Unidades Escolares. As maiores incidências envolveram os alunos adolescentes, na condição de agentes violadores e de sujeitos com direitos violados. Tal realidade justifica a implementação do Projeto Escola da Paz na rede de Educação.

Diante de tais argumentos, destaca-se sobre este projeto que:

Sua implementação deriva de uma nova concepção de Segurança Pública, na qual o problema da violência passa a ser tratado por meio de “políticas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas”, em que o gasto público adota também uma forma preventiva, baseada em conhecimentos científicos sobre os diversos fatores que envolvem a questão da violência. Nesta perspectiva, as “forças sociais e institucionais” são convocadas para a construção de estratégias integradas que promovam a “reconstrução do tecido social e da cultura de paz”, com enfoque especial nas ações de prevenção. (Boletim do PNCV, s/d).

Ao refletir sobre o conjunto de alternativas para a prevenção e para o enfrentamento da violência na escola, pode-se mencionar a implementação de projetos estratégicos de natureza interdisciplinar como ferramenta a ser utilizada, principalmente, pela comunidade escolar. O trato da temática precisa assumir bases pedagógicas, pois tanto as reflexões quanto as ações desenvolvidas pela instituição de ensino partem de concepções educativas. Assim, a concepção do objeto neste estudo parte desta premissa e o lugar que demarca a posição assumida neste texto é o da Educação. O olhar da Educação sobre a violência deve assumir uma concepção de natureza pedagógica, contudo, em constante diálogo com outras áreas do conhecimento.

Projeto Escola da Paz: por uma Niterói acolhedora

A cidade de Niterói, por meio dos projetos desenvolvidos no âmbito do Pacto, tem avançado na implementação das políticas de segurança pública para prevenir e enfrentar a violência, com ações transversais no território envolvendo o go-

verno e a sociedade civil organizada. Nesse sentido, tomando por referência a integralização das políticas, destaca-se o Projeto Escola da Paz, como uma das ações que integram o Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência.



Para a realização do citado projeto, a Prefeitura de Niterói estabeleceu parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Viração Educomunicação. Por meio de chamada pública, a empresa propõe, no âmbito do Programa de Aprendizagem Socioemocional, o desenvolvimento de um trabalho focado no processo formativo coordenado por profissionais especializados, utilizando-se de recursos teóricos e pedagógicos para contribuir com os estudos sobre violência nas escolas. O processo participativo no projeto envolve toda a comunidade escolar – estudantes, profissionais das escolas e famílias – na melhoria da convivência escolar.

Como já destacado, o projeto integra uma linha de ação pactuada pelo princípio da transversalidade e da integração entre as diferentes áreas do governo da Prefeitura Municipal de Niterói/RJ. O mesmo se articula com a área do Niterói Que Queremos (NQQ), sob as diretrizes do eixo Niterói Inclusiva, já que as ações de prevenção à violência colaboram para superar práticas de exclusão ocasionadas pela manifestação do fenômeno no ambiente da escola. Nesse sentido, o projeto

*Alunos
da Escola
Municipal
Anísio Teixeira*

também se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente com o objetivo de número 16, o qual busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

O projeto Escola da Paz se assenta na premissa que concebe o município de Niterói como cidade educadora que, dessa forma, inova ao promover uma política pública, cuja disseminação da cultura de paz é o fio condutor que eleva o Pacto como uma macropolítica no território. Ele abarca todas as Unidades Escolares públicas da rede municipal e tem um avanço considerável em sua proposta, quer seja a inclusão não apenas de professores nas formações que oferece, mas também privilegia a participação de outros sujeitos no processo, como as famílias e operadores de direitos que integram a rede de atenção integral à criança e ao adolescente da cidade. A execução do projeto está prevista para ocorrer num período de dois anos, entre 2020 e 2022.

Inicialmente, no primeiro semestre do ano de 2021, 11 Unidades Escolares aderiram ao projeto. Foram 75 profissionais inscritos, todavia, apenas 36 concluíram o curso no primeiro ciclo formativo, estando habilitados para a certificação. Os impactos provocados pela pandemia da covid-19 foram fatores que trouxeram entraves no desenvolvimento das ações do projeto no primeiro semestre de 2021. A formação inicial contou ainda com a participação de profissionais do quadro técnico da Fundação Municipal de Educação, das áreas de Psicologia e de Serviço Social, atuantes em frentes de trabalho voltadas aos Direitos Humanos dos alunos da rede. A constituição dos novos ciclos formativos integra a proposta de formação dos três ciclos, cada qual com cerca de 32 Unidades Escolares.

O cenário educacional no território municipal: algumas considerações

Ressalta-se que a violência escolar não é uma realidade recorrente em todas as escolas da Rede Municipal de Educação de Niterói, apesar de ser reconhecida como um fenômeno histórico e complexo, presente em todas as estruturas sociais.

Seria um equívoco afirmar que não existe escola que não vivencia de alguma forma experiências de manifestação da violência em seu recinto. Nesse sentido, é preciso levar em consideração as distintas experiências que retratam tal realidade nas Unidades Escolares.

O município de Niterói atualmente é constituído por uma Rede Municipal de Educação composta por 94 Unidades Escolares, sendo a maioria delas Unidades Municipais de Educação infantil (UMEIS). Cada uma dessas 94 unidades vivencia de maneira diferente essa relação com as expressões de violências em seus recintos, aspecto que será abordado mais adiante. A Rede se apresenta da seguinte forma: UMEIS (creche e pré-escola); Escolas de Ensino Fundamental (primeiro e segundo segmentos) e escolas de Educação de Jovens e Adultos.

Tomando por referência os dados apurados por meio de equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação que atua com esse tema na rede, dentre os casos envolvendo práticas de violência no contexto escolar entre os anos de 2016 e 2019, destacam-se a violência física, violência psicológica, violência simbólica, violência de gênero e violência institucional. Boa parte dos episódios identificados ocorreu no interior de algumas U.E. e envolveu práticas entre alunos e alunos e alunos e professores. Em alguns casos, discentes atuaram como agentes violadores das regras institucionais, em outros foram considerados vítimas das violações perpetradas por seus pares (outros alunos), ou mesmo por seus professores. A referência aludida à violência institucional pode ser traduzida pelas práticas exercidas pela escola, de um modo mais sutil, em situações como classificação e hierarquização dos alunos, autoritarismo e outras práticas inseridas em sua cultura. Essas ações geralmente se enquadram no conceito de violência simbólica, que segundo Bourdieu se define como:

violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa rela-

ção pareça natural.(1997, p. 204).

Dentre as ações, destacam-se algumas: práticas de agressão física entre alunos e entre professor e aluno; práticas excludentes das U.E. por meio de sucessivas suspensões, abuso de autoridade docente e falta de manejo profissional com questões no âmbito das condutas indisciplinadas. Da parte discente ocorreram uso de armas brancas por alunos adolescentes; exposição em redes sociais sem autorização e de forma abusiva (entre alunos, envolvendo violência de gênero); ameaças de alunos contra professores.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação, atenta a tais desafios, apresenta um trabalho pedagógico preventivo para dirimir as situações de violência no contexto escolar, buscando incorporar tal estratégia por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das Unidades Escolares, assim como por meio do trabalho de suas assessorias técnico-pedagógicas, as quais acompanham regularmente as U.E. e realizam encontros formativos para atualização e desenvolvimento profissional e rodas de conversa com os alunos sobre temas relacionados ao convívio social.

Diante da realidade que apresenta a questão da violência como um fenômeno social que afeta o cotidiano da escola, a Secretaria Municipal de Educação também desenvolve ações transversais junto a outras secretarias municipais, como a Secretaria de Saúde (Programa Saúde na Escola e Saúde Mental Infanto-Juvenil) e a Secretaria Municipal de Ordem Pública, sendo essa, por meio de ações articuladas com a Patrulha Escolar, vinculada à Guarda Municipal. As parcerias entre escola e esses setores se firmaram com ações estratégicas de regime de colaboração, desenvolvidas ao longo do tempo como forma de mitigar as situações de violência no contexto escolar, envolvendo práticas educativas, como formações, palestras, fóruns, projetos transversais interdisciplinares, oficinas e outras.

Com o início do Projeto Escola da Paz na rede no primeiro semestre do ano de 2021, em contexto de pandemia, foi necessário ajustar suas atividades para o formato remoto para atender as medidas de segurança sanitária. Sua concepção inicial se voltava para as atividades presenciais, porém o projeto bus-

cou se adequar a realidade imposta pelo atual contexto pandêmico. A formação desenvolvida pela OSC Viração Educomunicação ocorreu entre os meses de abril e maio de 2021. A proposta do projeto é envolver toda a rede nos ciclos formativos, sendo previsto aproximadamente 32 unidades escolares por ciclo.

Do total de 72 profissionais inscritos no primeiro ciclo, entre professores e pedagogos, 40 participaram dos encontros formativos. Com base nas narrativas que serão apresentadas no texto, constatou-se que o acúmulo de conhecimento desses profissionais agregou considerável valor à sua formação, não apenas como servidores públicos, mas também, como cidadãos que têm compromisso com o projeto de pacificação do território, vislumbrando uma escola e uma cidade permeadas pela cultura de paz.

*Alunos
da Rede
Municipal de
Educação*



Experiências e Narrativas: Impactos do Projeto Escola da Paz na Formação dos Profissionais da Educação de Niterói

Como forma de retratar objetivamente as experiências concretas com o projeto, serão apresentadas narrativas que expressam as vivências e as percepções de duas profissionais participantes das formações no primeiro ciclo formativo. Para efeito de aproximações com um projeto que se encontra em fase inicial, como experimento piloto, contemplou-se na pesquisa duas servidoras, sendo uma delas professora, com formação em psicologia, lotada na gestão da SME, e a outra

servidora com formação em pedagogia lotada em uma Unidade Escolar. Com esses dados é possível compreender os inter cruzamentos entre as percepções das profissionais que, apesar de ocuparem distintos lugares, atuam coletivamente na defesa por uma escola pública de paz. Essas narrativas demonstram as percepções sobre o projeto a médio e a longo prazos, a partir de quem assessora e acompanha a escola, além de quem está na instituição de ensino, em contato direto com o seu cotidiano, com suas vivências.

O envolvimento de todos os profissionais da Educação nos processos formativos é sublinhado na literatura (campo da formação de professores) como um ato de produção coletiva do conhecimento. Nas análises de André (2016), uma escola reflexiva é aquela que envolve todos os seus membros na construção coletiva de novos ideais, de novos horizontes com vistas à instauração de um clima favorável em seu recinto.

Ao destacar a importância da formação para refletir sobre o cotidiano da escola no macro contexto social, há autores que afirmam “em outras palavras, por conta de seu potencial indutor de mudanças, a escola precisa conhecer seu ‘clima escolar’ e o ‘perfil de seu conflito’ e de sua violência para fazer escolhas maduras no que diz respeito à implantação ou não da mediação”’. (CHRISPINO e CHRISPINO, 2011: p. 68).

Narrativas em análise: relatos de experiências sobre o processo formativo

A seguir, serão apresentadas, de forma breve, algumas narrativas de profissionais envolvidas na formação, as quais refletem a importância do projeto com base em suas avaliações.

Narrativa 1

“O Curso como formação para os professores da Rede Municipal de Niterói, bem como, para os professores lotados na Gestão da Secretaria mostrou sua importância na qualidade dos profissionais da Ong Viração-Edu. A metodologia adotada não se baseou apenas na projeção de slides, mas em narrativas de experiências de campo, referências bibliográficas, dinâmicas e uma escuta atenta e sensível às falas dos cursistas. O as-

sunto de relevância, que diz respeito à prevenção das violências e vulnerabilidades existentes nos cotidianos da vida em si, apresentou – se o tempo todo no curso, de forma a compreender cada território das escolas que ali estavam representadas. Entendo como uma necessidade contínua a Formação de professores, onde obtemos a oportunidade de (re)ver o ofício. Professores apresentaram uma didática esclarecedora e organizada, o que facilita a compreensão de novos conceitos e discussão dos já existentes”.

(Professora lotada na Sede da SME, que atua em frentes de Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e de Mulheres)

Narrativa 2

“A proposta do curso é ousada e muito oportuna. Nunca como antes, precisamos refletir, discutir e buscar estratégias para uma aprendizagem socioemocional. Os temas foram extremamente relevantes. Fizemos um percurso instigante que passou por temáticas circundantes da família e da violência. Suas marcas históricas e desafiantes. Da função social da escola e as mudanças necessárias em um tempo marcado pela efemeridade e dos modelos que colocam a economia acima da vida acirrando a desigualdade brutal. Tivemos acesso a conceitos atuais, como a Edcomunicação, novo modus comunicandi, bem como uma gama de autores que discutem as temáticas de outros lugares, nos obrigando a sair do conforto dos conceitos e preconceitos já arraigados em nós. A metodologia buscou nos provocar e levar ao debate. Tivemos muitos clipes, músicas, dinâmicas variadas e estratégias provocantes como o mapeamento do entorno da escola e seus possíveis parceiros. A escuta foi boa, apenas o foco mais voltado ao conteúdo, extenso e necessário, nos limitou um pouco na troca das experiências também muito ricas. Enfim, minha avaliação foi positiva. Fui surpreendida pela qualidade e boa preparação dos professores, além da grata surpresa de partilhar saberes com professores trans, nunca antes vivido por mim,

mas totalmente coerente com a proposta de transgredir, no sentido da criação e provocação de novos lugares de escuta e fala, tão potentes e não vistos; muitas vezes, até mesmo silenciados.”

(Pedagoga da U.E. de Ensino Fundamental Primeiro e Segundo Segmentos e EJA)

A análise sobre ambas as narrativas comprova que o Projeto Escola da Paz é uma ação em potencial para a promoção da cultura de paz no contexto escolar. Ainda que tais depoimentos não expressem a avaliação da totalidade dos profissionais que participaram do Curso no primeiro grupo, eles nos aproximam de uma perspectiva que amplia as possibilidades de engajamento dos membros da comunidade escolar nas ações coletivas de prevenção e de enfrentamento à violência na escola.

A percepção em torno do tema ampliou a compreensão crítica das profissionais entrevistadas, levando-as a ressignificar conceitos, metodologias e, inclusive, o próprio lugar da escola neste debate. Para estudos posteriores sobre o tema, novas vozes serão incorporadas à pesquisa, como as dos alunos e dos responsáveis, os quais também são atores importantes que serão alcançados pelo projeto em breve e que poderão contribuir com suas experiências e com as suas percepções em relação a um tema tão afeto a toda sociedade.

Considerações finais

As ações do projeto Escola da Paz encontram-se na fase inicial do processo e representam um marco no curso da evolução da estrutura das políticas públicas do município de Niterói. Espera-se aprofundar esse estudo posteriormente, ampliando as reflexões e estabelecendo apontamentos críticos que possam ser desenvolvidos a partir das experiências que se consolidarão nas formações com os profissionais da Educação e público-alvo da proposta. A partir de seus objetivos, no âmbito do que propõe o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), a cidade de Niterói fortalece a difusão da cultura de paz, da Educação em Direitos Humanos, a favor dos direitos de cidadania e da promoção da vida.

Considera-se a partir desse estudo que o Projeto Escola da

Paz tem sua relevância na agenda das políticas públicas, por inserir as habilidades socioemocionais como estratégia metodológica que prioriza, por meio das ações educativas, a prevenção da violência na escola. Ao contemplar os aspectos relacionais e emocionais, contribui para uma cultura da comunicação não violenta, da gestão dos conflitos, do convívio social saudável e da ressignificação do espaço escolar como um lugar possível de disseminação da paz e de promoção da cidadania.

O projeto pode ser concebido como uma ação experimental, considerando que o processo inicial de sua consolidação ainda é recente no território municipal. Espera-se que as experiências de sua implementação possam resultar em práticas pedagógicas e sociais que logrem êxito na comunidade escolar, considerando as distintas experiências de cada unidade da Rede Municipal no território com o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos instituintes.

As narrativas apresentadas neste texto conferem a importância do Projeto Escola da Paz para a comunidade escolar, principalmente porque avaliam o quanto a prática formativa é fundamental para se iniciar o processo de um grande trabalho preventivo na escola e que amplia a análise crítica dos profissionais em torno do tema central citado.

Sobre as narrativas dos participantes do projeto, espera-se que num próximo estudo complementar, mais dados possam subsidiar a pesquisa, de forma a melhor compreender a avaliação do público-alvo sobre a sua importância e eficácia para o efetivo trabalho de disseminação da cultura de paz no cotidiano escolar.

Referências bibliográficas

ABED, Anita Lilian Zuppo. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. Construção psicopedagógica. São Paulo, v. 24, nº 25, p. 8-27, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

ABRAMOVAY, Mirian. CUNHA, Ana Lúcia. CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convi-

- vência nas escolas. 2. ed. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana-RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Seedef, 2010).
- ANDRÉ, Marli. "Formar Professor Pesquisador Para um Novo Desenvolvimento Profissional". In: *Práticas Inovadoras na Formação de Professores*. ANDRE, Marli (Org.). Campinas: Papirus, 2016. [Prática Pedagógica].
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.
- _____. *Meditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.
- CHRISPINO, Álvaro e CHRISPINI, Raquel. S. P. *A Mediação do Conflito Escolar*. São Paulo: Biruta, 2011.
- CROCHIK, José Leon. Fatores Psicológicos e Sociais Associados ao Bullying. *Psicologia Política*. Vol. 12. nº 24, pp. 211-229, maio-junho, 2012.
- FILHO, Gérson Pereira e BRAGA, Maria Helena. "Sobre Violência e Educação: de um olhar filosófico a uma ação pedagógica". In: *Violência e Educação: a sociedade criando alternativas*. Luísa Elena I. Ribeiro do Valle e Maria José Viana Marinho de Mattos (Org.). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- QUEIROZ, Letícia Dias. *O papel da educação na prevenção à violência: A construção do projeto Escola da Paz no município de Niterói/RJ*. Klarissa Almeida Silva Platero, orientadora. Niterói, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Segurança Pública e Social), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, UFF. Niterói, 2020.
- Programa Pacto Niterói Contra a Violência e Projeto Escola da Paz. Disponível em: <<http://www.educacao.niteroi.com.br/wp-content/uploads/2021/Boletim-Pacto-Niteroi-Contravio-lencia-pdf>> e <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2021.
- CENÁRIO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL 2020. Fundação Abrinq. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <<http://www.agenda2020.org.br>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.



Implementação do Projeto Escola da Família: desafios e perspectivas

AUTORES

Alexandre Teixeira Trino

Ana Eppinghaus

Claudia Marcia Osório Xavier de Almeida

Jaime Everardo Platner Cezario

Kátia Regina de O. A. Rocha

Luciano dos Santos Avelar

Maria Célia Vasconcellos

Maria José Soares Pereira

Mariana Ramos G. F. de Almeida

Myrian Coelho C.da Cruz

Odila Curi

Rodrigo Alves T. Oliveira

Rosidaili dos Santos Santana

Introdução

“As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e esperança”

[Zilda Arns Neumann]

No contexto da Saúde Pública, a violência tem se constituído em um grave problema que acarreta danos em várias áreas do desenvolvimento humano e precisa ser enfrentado com políticas públicas integradas e preventivas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como: “O uso intencional da força ou do poder físico, de fato ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, ou um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações” (OMS, 2002, p.27). Esses três grandes grupos estão divididos sob a perspectiva do autor da violência: violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida); violência interpessoal (intrafamiliar/doméstica e comunitária); e violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias).

Para o presente artigo, destaca-se o conceito de violência intrafamiliar por tratar-se de um problema de saúde pública relevante para o Sistema Único de Saúde (SUS), materializado na reprodução do ciclo de violência. Enquanto estratégia para a política municipal de Segurança Pública, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) intervém sobre essa situação por meio de projetos e programas, de forma inovadora, ao incorporar as ações de prevenção à violência. Nesse sentido, dialoga com as orientações do Ministério da Saúde sobre violência intrafamiliar, que compreende:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito



*Logo do
Projeto Escola
da Família*

ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. (BRASIL, 2002, p. 15)

Coube à Secretaria Municipal de Saúde/Fundação Municipal de Saúde de Niterói (SMS/FMS) implementar o Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência, em consonância com a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV), situado no campo da Prevenção Primária em estreita correspondência com o pilar de Promoção da Saúde, do Plano Municipal de Saúde.

O público-alvo são as gestantes munícipes de Niterói, em acompanhamento no pré-natal da rede pública municipal da Atenção Primária à Saúde (APS), pais e cuidadores. O Projeto Escola da Família (PEF) integra as áreas do Planejamento Estratégico Niterói Que Queremos (NQQ), com vinculação à área Niterói Saudável. Enquanto integrante do PNCV, o PEF relaciona-se à área Niterói Organizada e Segura, compondo as ações universais de caráter preventivo, com foco nos fatores de proteção para crianças e adolescentes da cidade.

O PEF articula-se ainda com a Rede Cegonha, estratégia do Governo Federal, com vistas à qualificação das condutas relacionadas à gestação, ao parto, ao pós-parto e ao desenvolvimento da criança até os 2 anos. O que possibilita o provimento de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementa o desempenho do SUS em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária e eficiência econômica das ações de atenção à saúde materna e infantil.

A meta do PEF é enfrentar a violência intrafamiliar como fenômeno complexo e multicausal, um problema de Saúde Pública, potencializado por outras formas de violência, em ambientes domésticos e em situação de rua. Essas relações são vinculares (homens e mulheres, pais e filhos, entre irmãos, adultos e crianças, gestantes, idosos pessoas com deficiência, cuidadores), intergeracionais e de gênero.

Estudos desenvolvidos nas áreas de prevenção à violência confirmam que os cuidados físicos, estímulos cognitivos e aspectos emocionais na primeira infância, desde a concepção, estão na gênese do bem-estar psicológico, social e biológico dos adultos, enquanto que carências de cuidado nesses domínios – e ainda mais acentuadamente, o abandono e os maus-tratos – podem deflagrar uma situação de “estresse tóxico precoce infantil”, com efeitos duradouros, fenômeno interpretado por alguns autores como a “gênese da violência na primeira infância” (FILHO, 2016). Durante o acompanhamento do pré-natal, o PEF promove a qualificação de dinâmicas educativas e intersetoriais de formação parental para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, agregando valor às ações de promoção da saúde e prevenção de violências em curso na Rede de APS.

Pretende-se com este artigo relatar a implementação do PEF, considerando seus componentes de base e, sob um olhar crítico-reflexivo, demonstrar os fatores facilitadores e críticos do seu desenvolvimento, assim como os desafios e as perspectivas para o seu seguimento. Este artigo inclui a introdução, os componentes estruturantes do PEF, os desafios e resultados da implementação e a conclusão. Para realizar este trabalho, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, incluindo legislações, relatórios gerenciais do projeto, relatórios de monitoramento do PNCV e questionário aplicado às gestantes.

Ao longo de seus três anos, o PNCV vem ganhando materialidade por meio de seus programas e projetos sociais, com gestores e profissionais empenhados em sistematizar as condutas em curso, garantindo a tomada de decisão para a melhoria dos processos, a produção de evidências na área e, sobretudo, devolvendo à sociedade os resultados dessa política pública inovadora de prevenção à violência.

Componentes estruturantes do Projeto Escola da Família Estrutura de Governança

Em 2018, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS) instituiu a Gerência do Projeto Escola da Família, criada para elaborar e implantar o Projeto Escola da Família. Formou-

-se, então, o grupo de trabalho (GT) de gestão, denominado GT Escola da Família, que aprovou as etapas de construção e definição das estratégias de implementação do PEF, numa gestão compartilhada, observadas as diretrizes da Gestão na área da Saúde e da Coordenação do PNCV. Foram realizadas reuniões periódicas do GT com vistas à elaboração do PEF, que contou com a participação de representantes da Assessoria Técnica da Coordenação do Eixo Prevenção do PNCV e da Assessoria do Instituto Comunitas.



Contexto epidemiológico

O GT reconhece que ações estratégicas devem ser pautadas em informações e evidências. Nesse sentido, a Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Coordenação de Vigilância em Saúde de Niterói (VIGDANT/COVIG) disponibilizou dados sobre o comportamento epidemiológico da violência em Niterói, reunidos pelo Sistema de Informação de Agravos e Notificação (Sinan). Os dados revelaram um contexto em que predomina uma perversa realidade de violência intrafamiliar, que vitima crianças das mais diversas formas, o que motivou a implantação do Projeto Escola da Família.

Segundo o perfil de Violência Interpessoal/Autoprovocada fornecido pela VIGDANT/COVIG de Niterói, a partir de dados extraídos do Sinan, no período de 2010 a 2020, foram notifica-

dos 964 (18,68%) episódios de agressão contra crianças de 0 a 9 anos, residentes em Niterói (Tabela 1). Dessas, 52,59% são do sexo feminino e 47,10% do sexo masculino.

PERFIL VIOLÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA, EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA POR CICLO DE VIDA DA VÍTIMA NO PERÍODO DE 2010 A 2020.													
CICLO DE VIDA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	%TOTAL
CRIANÇA (0 A 9 ANOS)	122	91	74	66	38	53	82	99	137	82	120	964	18,68
ADOLESCENTE (10 A 19 ANOS)	66	71	46	93	103	206	159	226	224	248	218	1679	32,55
ADULTO (20 A 59 ANOS)	4	25	30	53	115	218	164	195	195	355	558	2130	41,29
IDOSO (60 ANOS OU MAIS)	0	2	12	6	4	34	32	80	60	58	80	306	7,48
TOTAL	192	169	162	218	242	511	437	590	586	798	814	5159	100

Fonte: Sinan/COVIG/VIPACAF/FMS-Niterói / atualizados em 20/04/2021

Quanto ao tipo da violência que afeta crianças (0 a 9 anos), predomina a negligência (53,08%), seguida pela violência física (18,92%) e sexual (15,50%). O maior número de casos registrados de violência sexual atinge crianças. Referente aos autores das agressões, de forma geral, os principais responsáveis foram mães (48,75%) e pais (28,05%); e o local de maior ocorrência (55,39%) é a residência (NITERÓI, 2021).

Os dados demonstram a multiplicidade de situações que envolvem a violência intrafamiliar, sobretudo contra a criança, em espaços onde ela deveria estar protegida. Contudo, cabe aprofundar o debate sobre como a violência perpetrada contra a criança por refletir as consequências da produção e reprodução do ciclo de violência social, em suas diversas formas, atingindo de forma significativa os grupos mais vulneráveis, incluindo mulheres gestantes.

No período de 2010 a 2020, o Sinan reuniu 245 notificações de gestantes vítimas de violência residentes em Niterói. De 2010 a 2020, houve um aumento das notificações, o que pode ser explicado pela intensificação da notificação por parte das instituições ou pelo aumento de casos ocorridos (NITERÓI, 2021). A partir da análise dos dados do Sinan sobre a violência nos diferentes ciclos de vida, evidenciou-se que apesar de as mães serem as principais autoras das agressões contra crianças de 0 a 9 anos, elas também eram vítimas, mesmo em período gestacional. Portanto, tornou-se fundamental refletir sobre a violência contra a mulher, sob a ótica da não estigmatização.

Desenho operacional do Projeto Escola da Família

A partir da imersão de temáticas relacionados à violência e à primeira infância na literatura, nas legislações vigentes, nos dados disponíveis, em planos, programas e protocolos, elaboramos o desenho operacional do PEF e seus principais elementos estruturantes com base no Mapa de Processos e Resultados – MaPR que “remete à ideia de representar um programa a partir de seus componentes internos e efeitos esperados” (JANNUZZI, 2016).

A sistematização do MaPR do PEF Perfil Violência Interpessoal/Autoprovocada contou também com a contribuição das reflexões da equipe do Observatório Segurança Pública (OSPNit) e dos alunos integrantes do GT formado no Curso de Avaliação de Políticas Públicas Promovido pela Escola de Governo e Gestão da Prefeitura de Niterói, conforme quadro a seguir:

MaPR - Mapa de Processos e Resultados do Projeto Escola da Família

O PEF foi pactuado em todas as instâncias gestoras, reunindo as condições para sua implementação, em um contexto, até então favorável, marcando a fase de implantação do Projeto.

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS DO PROJETO ESCOLA DA FAMÍLIA

CONTEXTO	RECURSOS	
	<p>Alto índice de violência contra as crianças de 0 à 2 anos, cometidas no âmbito intrafamiliar, tendo os pais como principais perpetradores.</p>	<p>Recursos financeiros: Contratação de OSC especializada; Incentivo pecuniário ao Pré-Natal Seguro.</p> <p>Recursos humanos: Profissionais da Rede Primária de Atenção à Saúde. Parceria com órgãos internos da Prefeitura.</p> <p>Infraestrutura: estrutura das UBS; estrutura de TI (internet, conectividade, rede lógica); equipamentos (audiovisuais, multimídia, informática)</p> <p>Recursos normativos: leis, decretos, portarias;</p> <p>Material educativo e institucional.</p>
ATIVIDADES	<p>Atualização do Projeto Escola da Família;</p> <p>Elaboração da Lei e Decreto do Incentivo ao Pré-Natal Seguro e Portarias;</p> <p>Inclusão do projeto nos instrumentos de Planejamento da Saúde e da Gestão municipal com abertura de orçamento;</p> <p>Contratação de OSC por Termo de Parceria por Chamamento Público;</p> <p>Formação parental dos profissionais de Saúde;</p> <p>Sensibilização de gestores das UBS, policlínicas e PMF/MMF;</p> <p>Mobilização e cadastro das gestantes;</p> <p>Cadastro das Unidades com mapeamento dos</p>	<p>territórios por Regional de Saúde;</p> <p>Cadastro de Rede de Colaboradores;</p> <p>Implementação do Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental;</p> <p>Divulgação do programa Escola da Família (Unidades de saúde, territórios e sociedade civil);</p> <p>Elaboração de material educativo e instrucional;</p> <p>Elaboração de indicadores;</p> <p>Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação;</p> <p>Publicação de artigos e congêneres;</p> <p>Articulação Intersetorial com programas e órgãos da Prefeitura.</p>
PRODUTOS	<p>Projetos atualizados e inseridos na PAS, PMS, LOA, LDO, PPA;</p> <p>Projeto aprovado no CMS e instâncias gestoras do PNCV;</p> <p>Leis, decretos e portarias instituídas, publicadas e atualizadas;</p> <p>Orçamentos abertos;</p> <p>OSC contratada por meio de Termo de Cooperação;</p> <p>Documentos operacionais elaborados;</p> <p>Pesquisa de opinião das gestantes concluintes do ciclo de práticas;</p> <p>Oficinas de Formação Parental realizadas;</p> <p>Gestores das Unidades de Saúde sensibilizados;</p>	<p>Unidades de saúde cadastradas com territórios regionais mapeados;</p> <p>Gestantes cadastradas - Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental;</p> <p>Habilitação das gestantes;</p> <p>Divulgação realizada através da de material educativo;</p> <p>Base de indicadores elaborada;</p> <p>Equipe de gestão qualificada com participação em eventos;</p> <p>Parcerias intersetoriais no PNCV e na Prefeitura estabelecidas.</p>
RESULTADOS	<p>Gestantes concluintes dos círculos de práticas educativas de formação parental;</p> <p>Gestantes beneficiárias do Incentivo Pré-Natal;</p> <p>Profissionais capacitados nos domínios da parentalidade;</p> <p>Acesso das gestantes e familiares à rede de Proteção, aos programas do PNCV e da Prefeitura efetivado;</p> <p>Sensibilização sobre as questões de parentalidade difundida no âmbito do público-alvo; entre gestores, gerentes, técnicos e parceiros;</p>	<p>IMPACTOS</p> <p>Melhora na percepção de violência (gestantes e sua família) atendidos;</p> <p>Laços e vínculos fortalecidos;</p> <p>Prevenção, redução e rompimento do ciclo de violência intrafamiliar.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Gestantes residentes ou em situação de ruas no município de Niterói, em acompanhamento no Pré-Natal da rede pública municipal de saúde.</p>	<p>PRESSUPOSTOS - PRODUTOS</p> <p>Arcação técnico-jurídico;</p> <p>Projeto, leis e orçamento;</p> <p>Parceria e Convênio estabelecidos com OSC.</p>
		<p>PRESSUPOSTOS - RESULTADOS</p> <p>Engajamento da rede de Saúde;</p> <p>Engajamento dos parceiros intersetoriais;</p> <p>Recurso financeiro-orçamentário.</p>
		<p>OBJETIVO</p> <p>Promover a qualificação, durante o acompanhamento do Pré-Natal, das práticas parentais com afeto, sem violência, através da implementação de práticas educativas e intersetoriais de formação parental, com vistas à redução e prevenção da violência intrafamiliar, agregando valor às ações de promoção da saúde e prevenção de violências em curso na Rede Primária de Atenção à Saúde.</p>

Dimensões da implementação

A operacionalização do projeto foi organizada em três dimensões com as respectivas metas e ações estratégicas (Quadro 2), a saber:

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DE DIMENSÕES, METAS E ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

DIMENSÕES	METAS	ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO
Dimensão (Educacional – Formação Parental	500 profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde (APS) capacitados	Contratação de organização da sociedade civil (OSC) para realizar a formação parental dos profissionais de Saúde do Município de Niterói, assim como monitorar e acompanhar a aplicação da metodologia formativa para execução do “Projeto Escola da Família, promovendo práticas parentais com afeto, sem violência”, como estratégia de prevenção à violência, por meio de termo de colaboração com a Prefeitura Municipal de Niterói.
Dimensão do Cuidado Integral no contexto da Prevenção Primária (disparadores de processos)	4.570 gestantes (Público-alvo: gestantes em acompanhamento no pré-natal da APS - residentes em Niterói)	Grupos Educativo de Formação Parental com mulheres gestantes, pais e cuidadores composto por oito encontros com profissionais da APS para gestantes, pais e cuidadores 1ª fase - Piloto - gestantes em situação rua; 2ª fase - gestantes de toda Rede de APS, após capacitação dos profissionais.
Dimensão Monitoramento, acompanhamento e avaliação	8 equipes de Apoiadores Regionais	A- Acompanhamento e avaliação do processo formativo dos profissionais por Apoiadores Regionais mediante visita in loco, reuniões de supervisão e acompanhamento remoto. B- Monitoramento dos indicadores de implementação do PEF, em conjunto com as equipes de apoiadores regionais, equipe de Gestão Local do Projeto, equipe de Monitoramento do PNCV e Observatório de Segurança Pública de Niterói.

Fonte: Elaboração dos autores

O Núcleo de Gestão da Informação (NGI) e a área técnica de Saúde da Mulher subsidiaram PEF com informações técnicas para dimensionar o quantitativo de gestantes a serem contempladas pelo projeto. A área técnica de violência do Departamento de Supervisão Metodológica (Desum) subsidiou e forneceu informações técnicas sobre ações de prevenção à violência no município. A estimativa total de contempladas no PEF, no período de novembro de 2019 a novembro de 2021 (24 meses), foi de 4.570 gestantes, cadastradas no pré-natal da Rede de APS, contemplando oito Policlínicas Regionais, quatro UBS, a Policlínica de Especialidades em Atenção à Saúde da Mulher Malu Sampaio (PESM) e 43 unidades do PMF, incluindo um Consultório na Rua, com duas equipes.

Dinâmica processual das atividades educativas de formação parental

Os grupos Educativos de Formação Parental são desenvolvidos pelos profissionais das unidades de Saúde da APS (Policlínicas Regionais de Saúde, UBSs, PMF) junto às gestantes munícipes (em acompanhamento do pré-natal), pais e cuidadores, em oito encontros sobre temáticas previstas para todas as unidades de Saúde, de acordo também com as demandas das gestantes.

Temáticas para Grupos Educativos de Formação Parental - Ressignificando relações:

- Encontro introdutório de sensibilização: parentalidade e violência;
- O lugar social da mulher gestante, pais e cuidadores;
- Gestação, parto, nascimento e puerpério com afeto, sem violência;
- Ciclo de desenvolvimento infantil até os 2 anos com enfoque nas necessidades de cuidado físico, emocional e cognitivo a partir da gestação e as relações com a prevenção da violência;
- Estilos e condutas parentais e a relação com os tipos de violência, durante os primeiros 1.000 dias (da gestação ao final do segundo ano de vida);
- A vigilância das violências e a rede de proteção familiar, comunitária e social;

- Alimentação saudável e as relações com a proteção infantil, familiar e comunitária – banco de alimentos na comunidade, reaproveitamento de alimentos, cozinha experimental;
- Superando as vulnerabilidades e rompendo com o ciclo da violência – empoderamento de gestante, pais e cuidadores por meio de acesso a qualificação, geração de renda etc.

As atividades educativas constituem-se em disparadores de processos e demandas para o cuidado e “práticas parentais com afeto, sem violência” que deverão contar com o suporte da Rede Intersetorial de Proteção e Prevenção à Violência. Não constituem fim em si mesmo, mas uma estratégia de incorporação sistemática de intervenções relacionadas à prevenção à violência no cotidiano das rotinas de cuidado durante o pré-natal de acordo com as diretrizes da Rede Cego-nha e a Rede Prevenção à Violência.

Incentivo ao Pré-Natal Seguro

O Incentivo ao Pré-Natal Seguro, parte integrante do PEF, consiste em transferência de renda de R\$ 1.000,00 para a gestante apta a receber o benefício, ou seja, ter participado e concluído as atividades do Grupo Educativo de Formação Parental, além do cumprimento das demais exigências previstas. O objetivo é incentivar a participação da gestante, pais, cuidadores e familiares nas Atividades Educativas de Formação Parental, sem onerar as famílias.

No período de votação do Projeto de Lei referente ao incentivo, o debate foi intenso e polêmico envolvendo diversas interpretações, tanto de ordem depreciativa como de valorização da iniciativa na perspectiva do estímulo à participação nas ações educativas de prevenção à violência e ao fortalecimento do cuidado no pré-natal e ênfase na prevenção da sífilis congênita. O incentivo não se destina a remunerar a gestante pelo pré-natal nem pela gravidez. Trata-se de uma estratégia de adesão para que elas e seus familiares participem da qualificação das relações parentais, a fim de prevenir a violência desde a gestação.

Indicadores para o monitoramento do projeto

O debate sobre a formulação dos indicadores envolveu a equipe do GT Escola da Família, a Assessoria Técnica da Coordenação do Eixo Prevenção do PNCV, a equipe do Observatório de Segurança Pública e a Coordenação do Pacto. O consenso para elaboração dos indicadores apontou para priorizar aqueles que refletissem o processo de implementação, sendo os indicadores abaixo discriminados os mais factíveis para a etapa atual do projeto:

- Proporção de Profissionais concluintes da Oficina de Formação Parental
- Proporção de Gestantes participantes do Projeto Escola da Família
- Proporção de gestantes cadastradas no Projeto Escola da Família
- Proporção de gestantes com Adesão ao Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental
- Proporção de gestantes concluintes do Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental
- Proporção de Gestantes beneficiárias do Incentivo ao Pré-Natal Seguro
- Proporção de Gestantes referenciadas para acesso a Rede Intersetorial de Proteção e Prevenção à violência
- Proporção de Unidades de Atenção Primária em Saúde com o Projeto Escola da Família implementado.

Reunião do GT do Projeto Escola da Família e da equipe do OSPNIt.



Os desafios e resultados da implementação

O projeto-piloto

O início do projeto-piloto aconteceu, em novembro de 2019, com a criação do Grupo Educativo de Formação Parental junto às gestantes cadastradas no pré-natal do Consultório na Rua, a partir da expertise de agentes para o manejo educativo com as gestantes em situação de rua, sem necessidade de capacitação prévia. A equipe de Gerência do PEF deu suporte operacional e administrativo às atividades educativas de formação parental, que abordaram temas sensíveis, usando dinâmicas dialógicas e participativas.

Os principais componentes do projeto, como o Incentivo ao Pré-Natal Seguro, concedido às gestantes concluintes, foram fundamentais para garantir as condições de operacionalização do projeto-piloto, estimulando a participação dessas mulheres e dando apoio financeiro para aquisição do enxoval do bebê, para o autocuidado e para a reestruturação familiar.

Das sete gestantes inscritas no Projeto Piloto desenvolvido pelo Consultório na Rua, quatro atenderam às condições em conformidade com a Lei do Incentivo ao Pré-Natal Seguro se tornando beneficiárias, enquanto as outras três grávidas não conseguiram chegar à etapa final em virtude da interrupção das atividades educativas em março de 2020 em decorrência da pandemia de covid-19.

O desenho do projeto com seus componentes (fundamentos, contexto, recursos humanos e financeiros, normativas legais e de planejamento) contribuiu para que o piloto do PEF fosse desenvolvido pela equipe do Consultório na Rua contemplando as gestantes em acompanhamento no pré-natal, orientando a ação em direção aos objetivos do PEF.

Foi possível dimensionar o alcance do projeto para as gestantes a partir de seus depoimentos expressos no questionário respondido ao término das atividades educativas pelas quatro gestantes concluintes. Os resultados relacionados ao fortalecimento de vínculos afetivos foram muito significativos viabilizando o retorno para o contexto familiar. Entre os depoimentos cabe destacar alguns fragmentos textuais significativos, a saber:

“Através do grupo aprendi a me expressar melhor, a me proteger mais da violência nas ruas.”

(T.C.S.)

“A minha vida mudou depois que conheci o projeto. Tive uma relação bem melhor com minha mãe.”

(B.)

Estes resultados preliminares, a partir do piloto, foram fundamentais para reconduzir o PEF, interrompido precocemente com a pandemia de covid-19. Os resultados obtidos “foram além do esperado” (TREINO, 2020). Durante a pandemia, uma pequena luz vinda dos depoimentos das gestantes em situação de rua, que participaram dessa experiência inovadora, num contexto de extrema vulnerabilidade, deixou claro o quanto foi significativo para suas vidas. Esse foi um dos principais estímulos para a retomada e reorientação do PEF, que tem como valores a dignidade humana, a justiça social e a cultura da paz.



*Reunião
do Grupo
Educativo de
Formação
Parental -
Gestantes do
Consultório na
Rua*

O atravessamento da pandemia e seus impactos

O advento da pandemia de covid-19 que assolou o mundo provocou mudanças estruturais na sociedade, alterando o curso da vida privada e da vida pública, provocando descon continuidades e rupturas nos processos em curso na sociedade, com evidentes impactos econômicos, sociais e culturais. No contexto das Políticas Públicas, alterou sensivelmente o curso das prioridades e a capacidade de financiamento das ações e dos projetos que estavam sendo desenvolvidos. Além disso, modificou condições operacionais, fluxos e os processos de trabalho nas unidades de Saúde.

Não menos importante foi o impacto no âmbito das relações intrafamiliares, com aumento significativo da violência. Estudos recentes têm evidenciado o impacto da pandemia Covid-19 no estado de saúde mental da população, tanto no plano individual quanto coletivo. Este fenômeno que assola o mundo implicou em mudanças estruturais nos contextos familiares, que reforçam cada vez mais a necessidade de intervenções preventivas de combate à violência.

A incerteza da sobrevivência e do futuro, dificuldades socioeconômicas e mudanças na rotina das famílias são processos estressantes que podem ter consequências na saúde física e mental dos membros, bem como favorecer um ambiente familiar violento.

O isolamento social imposto pela pandemia pode ser um disparador e/ou potencializador de processos de violência intrafamiliar, que por ocorrer na esfera privada, já é difícil de ser desvendada, comumente silenciada pela insegurança da vítima em denunciar o agressor.

No contexto pandêmico, a casa torna-se o ambiente seguro para proteção contra a contaminação da covid-19, porém, pode passar a ser o local mais inseguro para as vítimas de violência, sobretudo, mulheres, crianças e adolescente. Em lares violentos, o isolamento pode ampliar a manipulação do agressor sobre a vítima, considerando a restrição de acesso das vítimas aos familiares e/ou rede de apoio.

O PEF não passou imune pela pandemia de covid-19 e teve o fluxo de desenvolvimento alterado. Em março de 2020, as atividades Educativas do projeto-piloto foram interrompidas,

e o edital de contratação da OSC, suspenso. Assim, o início da ampliação das demais unidades de saúde foi adiado e os prazos estabelecidos inicialmente para a segunda fase na Rede de APS sofreram reajustes.

A retomada do PEF com o Plano de Retomada Gradual

As atividades do PEF, suspensas em março de 2020, foram reiniciadas em julho do mesmo ano, seguindo as orientações do Plano de Retomada Gradual ao Novo Normal do município de Niterói, mas ainda com restrição às aglomerações e consequentemente para as atividades em grupo. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria de Planejamento (Seplag), a Secretaria Executiva (Sexec) e a Coordenação Executiva do PNCV vêm tomando as providências para sanar os dilemas orçamentários e financeiros relacionados às ações do PEF, incluindo a contratação da OSC selecionada e o Incentivo ao Pré-Natal Seguro.

O piloto do PEF, inicialmente desenvolvido pelo Consultório na Rua, foi reativado com ampliação de seu escopo, invertendo a lógica da dinâmica processual. O grupo presencial deixou de ser o fio condutor da implementação. Foi implantado o cadastro das gestantes, que inclui entrevista socioparental, detalhando o tipo de violência sofrida, praticada ou percebida; e a identificação de demandas para intervenções intersetoriais relacionadas à prevenção à violência intrafamiliar e outras formas de violência.

Nessa nova configuração, as atividades de prevenção à violência ampliaram suas possibilidades, incluindo o atendimento virtual e/ou presencial com abordagem individual. O Grupo Educativo de Formação Parental foi reconfigurado como Ciclo de Práticas Educativas de Formação Parental. O ciclo trata de temáticas do Projeto e ações para o fortalecimento da rede intersetorial de proteção e prevenção à violência, cujas dinâmicas tiveram que lançar mão de recursos e ferramentas digitais. O PEF foi se reorganizando e, ao mesmo tempo, apoiando as iniciativas locais.

O aumento da violência intrafamiliar no período pandêmico foi outro fator que impulsionou a retomada e ampliação da cobertura. Isso foi possível graças ao aumento da imunização

da população e exigiu um olhar atento às mudanças sociais, já que os “programas não são processos estáticos, mas dinâmicos, e sua capacidade de se adaptar ao contexto é aspecto desejável para aderência à realidade social” (JANNUZZI, 2015-216).

Para essa tarefa complexa foi preciso dialogar com os diversos atores - gestores, profissionais, parceiros - e, sobretudo, os beneficiários dos serviços públicos. Todos os componentes do projeto foram revistos, incluindo o contexto político-institucional, os recursos orçamentários, financeiros, passando pelos recursos humanos e informacionais até o desenho do projeto e os arranjos de implementação. As questões de financiamento estão sendo examinadas pela macrogestão para viabilizar as ações previstas. A confecção do folder para subsidiar as atividades educativas foi concluída. A revisão da Lei do Incentivo ao Pré-Natal Seguro com vistas à adequação ao contexto atual está em andamento. A continuidade das atividades com ampliação do escopo se constituiu em novas possibilidades para a segunda fase do projeto, possibilitando novas e importantes mudanças de rota com perspectivas positivas e os seguintes resultados preliminares:

- Implantação do PEF em cinco Unidades Básicas de Saúde: Policlínica Regional Dr. Guilherme Taylor March (PR GTM); UBS de Santa Bárbara; UBS da Engenhoca; Módulo Médico de Família (MMF) Teixeira de Freitas; e MMF do Viradouro. Foram realizadas visitas técnicas às unidades para elaborar estratégias conjuntas, como a implantação do cadastro informatizado de gestantes, com realização de entrevistas presenciais e atendimento remoto pela equipe da UBS. Assim, foi possível criar um banco de dados, com informações de identificação, gestação, perfil socioparental, identificação de demandas e intervenções junto à rede intersetorial. Essa estratégia foi solidificada na PR GTM pela equipe do PEF e está sendo disseminada para as demais unidades.
- As 37 gestantes atualmente cadastradas no PEF da PR GTM foram encaminhadas ao CRAS para acompanhamento familiar, para a inclusão no cadastro no CADÚnico e a participação no Mutirão para regularização de documentos. Vinte

receberam o kit bebê pelo Instituto Dr. March, em parceria com a PR GTM e o Grupo de Artesãs Teart. Três foram encaminhadas ao ambulatório de Saúde Mental. Vinte e cinco integram um grupo de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, que compartilha informações e orientações (gestação, amamentação, práticas parentais), dirimindo dúvidas e auxiliando nas demandas das gestantes. O MMF do Viradouro, o PMF Teixeira de Freitas, a UBS Engenhoca e a UBS Santa Bárbara seguiram com as atividades de implantação do Projeto. O Consultório na Rua segue com a implementação do projeto na medida em que tenham gestantes em acompanhamento no Pré-Natal.

- As parcerias foram fortalecidas com a Coordenadoria de Políticas do Direito das Mulheres (Codim), Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, com indicações de propostas para desdobramento no âmbito do território.
- A Rede Urban 95, com a qual mantemos importantes intercâmbios e diálogo permanente, vem apoiando as ações de Atenção à Primeira Infância no município. Entre os projetos em parceria está o Pré-Natal no Trânsito, sob a condução da Niterói Transporte e Trânsito (Nittrans).

Apesar da alteração no escopo do projeto com mudanças na forma de execução das atividades educativas de Formação Parental, incluindo a modalidade virtual pela PRGTM, a essência do projeto não mudou. Ou seja, os enfrentamentos à violência intrafamiliar no contexto das rotinas de cuidado durante o pré-natal permanecem. As intervenções pelo Consultório na Rua e pela PRGTM foram igualmente importantes. Cabe ressaltar que não se trata de substituir os cuidados no pré-natal, mas introduzir sistematicamente as intervenções de prevenção à violência no cotidiano de forma participativa e dialógica, para a ressignificação das relações socioparentais.

Revisitando a trajetória do processo de implementação do PEF, percebe-se a dimensão do esforço, do tempo despendido e do investimento empreendido para conceber e colocá-lo em prática, o que nunca é uma tarefa simples. Segundo Worthen et al. (2004), “Programas e projetos sociais são empre-

endimentos complexos, seja em termos de contexto político-institucional, escala, arranjos de implementação e pessoal técnico” (*apud* JANNUZZI, 2014, p. 31).

Considerações finais

O percurso trilhado prova o caráter inovador dessa política pública de prevenção à violência que é o PNCV. Todos os componentes que constituem sua base estruturante - o que inclui o contexto, os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, as informações e as legislações - foram fundamentais para sua elaboração e execução. Mesmo o piloto demonstrou resultados significativos. No entanto, o seu curso de implementação foi impactado pela pandemia de covid-19. Isso exigiu uma reavaliação para recompor o que não era mais adequado, o que seria mantido, o que seria incorporado e o que seria necessário resolver para colocar o projeto novamente em ação.

A readequação e a ampliação do escopo tornou possível retomar o caminho. O que incluiu ouvir as gestantes que participaram do piloto pelo Consultório na Rua, dialogar com as unidades de saúde - que também tiveram que se reinventar para atender a população no território -, recorrer à tecnologia, introduzir o cadastro informatizado com o levantamento do perfil social e parental e fortalecer as parcerias governamentais e da sociedade civil.

O primeiro desafio foi recolocar o projeto em andamento, o que já foi executado com êxito, juntamente com a competência da nossa equipe e a incorporação de novos atores, que não mediram esforços para resolver as pendências no âmbito da macrogestão. Ainda são inúmeros os desafios a vencer, como finalizar o novo desenho do projeto com a revisão da legislação do Incentivo ao Pré-Natal Seguro, adequações orçamentárias e financeiras, melhor delineamento das ações estratégicas educativas de Formação Parental junto às gestantes, pais e cuidadores, e a realização da capacitação de Formação Parental dos Profissionais.

Colocar em prática programas e projetos sociais de uma política pública inovadora representa uma tarefa complexa, exige uma engenharia também complexa e o constante diálogo com todos os atores governamentais e não governa-

mentais. Eles devem estar alinhados com a realidade social para que os propósitos sejam atingidos e o público-alvo seja atendido em suas necessidades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e Cultura de Paz. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Secretaria de Vigilância à Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/downloads>. Brasília: 2018. Acesso em:

_____. Gabinete do Ministro. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de out. de 2017, p. 61.

_____. Portaria nº 1.459 que institui a Rede Cegonha, 2011.

_____. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Criança, adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências, 2010.

_____. Lei nº13.257. Marco Legal da Primeira Infância, 2016.

FILHO, José Martins. A Primeira Infância e os Desafios do Milênio, sob o olhar do Pediatra. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/maisartigos/a-primeira-infancia-e-os-desafios-do-milenio-sob-o-olhar-do-pediatra-jose-martins-filho-2016>. Acesso em:

JANUZZI, P. M. Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referências de quem a realiza. Tema em destaque. Est. Aval. Educ. São Paulo. V. 25. nº 58. p. 22-42. Maio/agosto, 2014.

_____. Mapa de Processos e Resultados de Programa Sociais como Instrumento para Especificação de Pesquisas de Avaliação e Sistemas de Indicadores de Monitoramento. Cadernos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, 27: 42-54, 2015-2016.

KRUG, E. G. et. al. eds. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

NEUMANN, Z. A. Pastoral da Criança – Último discurso. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 70, n. 277, p. 205-214, 27 de fev. de 2010.

NITERÓI. Lei nº 13.378 cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói. PMN, 2019.

_____. NITERÓI, Câmara Municipal de Niterói. Lei nº 3437: dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências, em 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hxrqu>

_____. Decreto nº 13.475. Regulamenta a Lei 3.437 que cria o Incentivo ao Pré-Natal Seguro. PMN, 2020.

_____. DECRETO Nº 13.521. Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate da disseminação do coronavírus (COVID 19) no Município de Niterói e dá outras providências. PMN, 2020.

8

**Modos de vida e de existência
de mulheres gestantes em
situação de rua:
promoção do cuidado e
proteção social através
do Consultório na Rua e do
Programa Escola da Família**

AUTORES

Alexandre Teixeira Trino

Fabíola Rodrigues de Miranda

Laurimar Auxiliadora Lopes

Maria José Soares Pereira

Maria Martins de Almeida

Philippe Rocha Silva

Raimundo Nonato Nascimento

Introdução

A mulher em situação de rua está sujeita a diversas vulnerabilidades, condições de violência e abandono que se repercutem em riscos à sua saúde. Tendo essa realidade em vista, este artigo procura fazer um relato da experiência do Consultório na Rua do Município de Niterói envolvido na execução do *Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência*. O projeto Escola da Família tem como objetivo contribuir para qualificação das práticas parentais exercidas por gestantes, pais e/ou cuidadores, com afeto, sem violência, por meio de atividades educativas, acolhimento e construção de vínculos com a gestante e seu grupo familiar.

Tendo em vista a necessidade de enfrentamento a grave situação relacionada à violência, em 2014 a Prefeitura de Niterói construiu uma estratégia municipal de Segurança Pública, denominada Pacto Niterói contra a Violência, estruturada de forma participativa, com base numa visão inovadora de Segurança Pública, que permeia diversos setores e secretarias, nos seguintes eixos de ação: Prevenção, Policiamento e Justiça, Convivência e Engajamento dos Cidadãos e Ação Territorial Integrada. Assim, coube à Fundação Municipal de Saúde de Niterói o *Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais como afeto, sem violência*, vinculado ao eixo dos Projetos de Prevenção.

Os estudos têm demonstrado que práticas parentais autoritárias ou negligentes comprometem o desenvolvimento infantil e se constituem em fatores de risco para a violência, no sentido oposto, práticas parentais positivas e participativas contribuem para o desenvolvimento infantil saudável formando crianças seguras e resilientes à violência. O principal problema a ser enfrentado compreende a “violência intrafamiliar” como fenômeno complexo e multicausal e um grave problema de Saúde Pública, potencializado por outras formas de violência, em ambientes domésticos e em situação de rua, envol-

viendo relações vinculares (homens e mulheres, pais e filhos, entre irmãos, adultos e crianças, gestantes, idosos pessoas com deficiência, cuidadores) intergeracionais e de gênero.

Os Consultórios na Rua integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e desenvolvem ações de Atenção Básica, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Atuam frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, inclusive na busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas, atuando também na promoção do cuidado junto a gestantes em vulnerabilidade social e em situação de rua (BRASIL, 2011).

Os Consultórios na Rua do Município de Niterói são formados por 2 equipes multiprofissionais, modalidade 3, compostas cada equipe por 4 profissionais de nível superior (1 Médico, 1 Enfermeiro, 1 Psicólogo, 1 Assistente Social) e 2 profissionais de nível médio (1 Técnico de enfermagem e 1 Agente Redutor de Danos). Prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua *in loco*, mas também na Unidade Básica de Saúde (UBS) onde está lotada integram o conjunto ações da Secretaria Municipal de Saúde/FMS/VIPACAF/PMF.

O Projeto Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, e sem violência, em interface e interações com o Consultório na Rua contribui, de forma significativa, para potencializar as ações do Plano Municipal de Prevenção à Violência (PMPV), instituído pelo Decreto nº13.378/2019, consubstanciado na ODS 16 que versa sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes e no Planejamento Estratégico – Niterói Que Queremos, área Niterói Saudável e Niterói Segura e Organizada.

Modos de vida e de existência de mulheres gestantes em situação de rua

A rua é assim, tal como uma “sereia”, seduz e atraiçoa. (RIBEIRO, 2003, p. 623)

Abordaremos aqui a importância de se conhecer as características e especificidades das mulheres em situação de rua, chamando a atenção do leitor sobre eleição de critérios prioritários de cuidado e atenção à saúde de mulheres em condição de ex-

trema pobreza e cercadas de alta vulnerabilidade, que suscitam um amplo espectro de demandas e necessidades no campo do cuidado. Importante levar em consideração o direcionamento de ações em saúde para esse público específico, conhecer melhor sua complexidade e promover estratégias que fortaleçam a atenção integral à saúde da mulher em situação de rua.

A maioria dos censos de população em situação de rua realizados nas principais cidades brasileiras detecta a predominância do sexo masculino em detrimento do sexo feminino, em uma razão de 70 a 80 % de homens para 20 a 30% de mulheres. A presença predominantemente masculina nas ruas pode ser um fator que aumenta ainda mais o grau de invisibilidade das demandas e necessidades da mulher.

Via de regra, as pessoas em situação de rua, com quadros de sofrimento psíquico e/ou em uso de álcool e/ou outras drogas, são consideradas “vulneráveis”. Nessas ocasiões, o papel do Estado deveria se direcionar a promover ações para o fortalecimento desses sujeitos, agindo a partir de demandas e especificidades que apresentam. Contudo, assistimos a relatos de frequentes violações dos direitos humanos e desrespeito ao arcabouço legal que determinam os direitos da criança e da família, fenômeno paradoxal, uma vez que tem sido respaldado por instituições que deveriam ser as guardiãs da justiça. Vê-se que este é um campo de permanentes disputas em que entram em cena o sistema judicial, o sistema de proteção social e o sistema de saúde, operando uns sobre os outros (BARROS DE SOUZA, 2018).

A vida nas ruas faz com que a mulher enfrente uma série de dificuldades, cotidianamente passando por violências de toda ordem, alimentação incerta e em baixas condições de higiene, água de baixa qualidade e pouco disponível, privação de sono, privação de afeto, variações climáticas, falta de tempo para buscar atendimento para o cuidado da saúde, vergonha por sua situação, entre outras situações de vulnerabilidade extrema.

Essas especificidades exigem dos profissionais de saúde uma maior atenção na construção da anamnese, na promoção de estratégias de autocuidado e na construção de propostas de adesão ao tratamento e acompanhamento. Além disso, cabe destacar o papel dos trabalhadores da saúde na produção de pontes de acesso dessa população.

As situações de rua em lugares insalubres e a falta de higiene favorecem a suscetibilidade a doenças infectocontagiosas, sendo as principais morbidades que acometem pessoas em situações de rua: tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais, doenças de pele, feridas nos pés e pernas, gravidez de alto risco, bem como sofrimentos psíquicos, transtornos mentais severos e uso abusivo de álcool, crack e outras drogas. Além disso, as mulheres são vítimas de fortes rótulos e estigmas, consequência de preconceitos, permeados por altos índices de violência moral e física, desigualdades de gênero e de direitos sociais.

A prática do acolhimento ao usuário de drogas ainda não está livre de preconceitos por parte dos profissionais, e não é diferente com a mulher e menos ainda com a gestante usuária de drogas, uma vez que a conduta é considerada incompatível com o que a sociedade e a cultura estabeleceu como papel feminino, principalmente em relação à maternidade (CHAGAS & ABRAÃO, 2018).

As mulheres em situação de rua lidam com circunstâncias que envolvem muitas questões de gênero e subjetividades com seu corpo, sua sexualidade, relações sociais na rua e muitas delas ainda se deparam com os desafios de cuidar dos filhos que também estão em situação de rua ou do drama de serem separadas de seus filhos, no momento imediato ao parto, sendo muitas vezes excluídas de serem mães.

Nesse sentido, cabe aos profissionais de saúde, em especial aos da Atenção Básica, acompanhar as mulheres grávidas, mesmo nas ruas, oportunizando todos os cuidados e atenção necessária, para que a gestação possa se constituir em um processo onde laços sejam realizados. Laços entre a mãe e a criança, entre a gestante e a equipe de saúde, entre mulheres e companheiros, entre mulher e maternidade, enfim, entre tantos outros.

Existem muitos casos de mulheres em situações de rua que sofrem violência obstétrica através de ofensas verbais ou físicas desde o pré-natal até o puerpério, em estabelecimentos hospitalares, postos de saúde, unidades básicas de saúde e consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher grávida. Muitas dessas ocorrências se dão

de forma agressiva, grosseira, zombeteira por piadas sarcásticas que recriminam a mulher grávida ou parida por qualquer comportamento como gritar, chorar e ter medo, vergonha ou dúvidas. Tais situações acontecem com maior frequência com mulheres grávidas que vivem na rua, criminalizando-as, ignorando suas queixas e dúvidas, tratando-as de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, e tratando-as como incapazes, sobretudo as que têm história de vida pregressa de uso abusivo de álcool e outras drogas.

A problemática vivenciada pelas gestantes usuárias de drogas nos desafia para uma necessária e urgente quebra de paradigmas na reversão da lógica discriminatória e excludente presentes, inclusive, na rede de proteção. Uma mudança cultural abrangente se faz necessária, pois mesmo diante dos novos arranjos familiares, o modelo nuclear burguês é ainda a referência e, apesar de avanços no que diz respeito às relações de gênero, subsiste a representação feminina circunscrita ao ambiente doméstico e como principal provedora do cuidado dos filhos. Desta forma, a mulher acaba sendo responsabilizada por suas fragilidades e culpabilizada por possíveis falhas na proteção de sua família. Revela-se a necessidade de um árduo trabalho coletivo e conjunto dos diferentes atores que compõem o universo do cuidado e proteção às mulheres usuárias de drogas em situação de rua e/ou vulnerabilidade social: os trabalhadores das equipes da saúde, da assistência, os operadores do direito e mesmo os gestores que planejam a política, para que a possibilidade da garantia do exercício da maternidade se desenhe no horizonte destas mulheres. (BELLOC, et al., 2018)

Em muitos casos, ocorre a esterilização de mulheres em situação de rua no momento do parto, com laqueadura compulsória de trompas, sem o consentimento da usuária, com finalidades de conter a natalidade, o que incide em grave violação de sua condição de sujeito de direitos, contrariando frontalmente o artigo 2º, parágrafo único, e artigo 12 da lei 9263/1996, que proíbe a realização dos procedimentos previstos na lei de Planejamento Familiar com a finalidade de exercer controle demográfico, bem como é vedada a indução individual ou coletiva à prática da esterilização cirúrgica. (BRASIL, 1996)

Trabalho em Rede

O trabalho em rede e as estratégias de cuidado e proteção social para pessoas em situações de rua estão sempre demarcados por modelos em disputa. Os paradigmas da proteção integral e das práticas de cuidado em liberdade são atravessados por modelos interventivos e tutelares que nem sempre produzem autonomia e emancipação. Por outro lado deve haver esforço constante para que os sujeitos não sejam mais de intervenção e tutela, mas sim sujeitos de direitos e deveres, com contratualidades de acolhimento e vínculo com o objetivo de individualização e singularização da vida com qualificação da ação intersetorial e experiências territoriais.

Reitera-se aqui a necessidade do acompanhamento da mulher em situação de rua em sua gestação, na tentativa de não tornar o parto um procedimento sem história, sem a participação e envolvimento de diversas pessoas e instituições, coresponsáveis nesse processo de cuidado e proteção social. Assim, outras redes intersetoriais como os serviços municipais da Assistência Social (CRAS, CREAS, CentroPOP¹, abrigos, dentre outros) são dispositivos importantes para proteção e reinserção social e que podem ser articulados no período gestacional caso seja do interesse da mulher.

Dentre os diversos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Município, destaca-se o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como uma opção de cuidado. Em muitos casos em que a gestante é usuária de drogas, esse ponto de atenção, na sua modalidade Álcool e Drogas (AD), atua com estratégias de redução e danos para atenuar as consequências do uso abusivo de álcool, crack e outras drogas e nos casos de mulheres gestantes com quadros psiquiátricos, os CAPS modalidade 2 ou 3 são indicados para a atenção psicossocial da usuária.

Outro ponto importante é assegurar acesso à água e à alimentação adequada a essa mulher através da garantia prioritária de acesso no restaurante popular do município e outras instâncias da rede de saúde e ou intersetorial que forneçam esta alimentação. Essa articulação vem se dando pela equipe

¹ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua da Prefeitura de Niterói.

do Consultório na Rua, mas também pode ser realizada por qualquer outro ponto de atenção da rede que esteja na coordenação do cuidado e da proteção social da usuária.

Muitos serviços da rede fazem a mulher grávida acreditar que precisa de uma cirurgia cesariana quando não há real necessidade, utilizando-se de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam a parturiente e o recém-nascido. Mais que isso, em muitos casos retiram da mulher parida, após o parto, o direito de ter seu filho ou filha ao seu lado na enfermaria coletiva e de amamentar em livre demanda.

Faz-se necessário capacitar os hospitais e maternidades para o acolhimento da mulher em situação de rua e do seu bebê recém-nascido, bem como de sua própria família, no sentido de sempre tentar viabilizar com que essa mãe permaneça com seu bebê mesmo que em abrigos, ou através de reinserção social e familiar, assegurando a ela a possibilidade de sua maternagem. Qualificar a maternidade na ampliação do acesso ao banco de leite, para bebês que estão impedidos de serem amamentados por prevenção à transmissão do HIV pela mãe e também acesso às principais vacinas para proteção deste bebê.

Os efeitos das vulnerabilidades sociais de mulheres em situação de rua e gestantes, como a exposição pré-natal ao uso abusivo de álcool, crack e outras drogas, requerem promoção de cuidado e proteção social por parte de serviços do SUS como as equipes de Consultórios na Rua, Unidades Básicas de Saúde com a Estratégia de Saúde da Família, visando o fortalecimento do acesso a serviços da atenção básica com ações efetivas de redução de danos junto a mulheres em alta vulnerabilidade social.

No que diz respeito à atenção prestada às mulheres, é fundamental que essas tenham acesso aos cuidados nas UBS, tendo em vista que existe uma série de procedimentos e exames do campo da saúde da mulher que necessitam da densidade tecnológica das unidades. Seja por conta do caráter asséptico exigido, ou pela necessidade de momentos mais reservados para a consulta ginecológica, ou mesmo na perspectiva de garantir o direito de acesso ao SUS. O equilíbrio entre a atenção prestada nas ruas e o cuidado que acontece dentro da UBS realizado pelo próprio Consultório na Rua ou

Equipe de Saúde da Família, torna-se ainda mais importante no que se refere à atenção.

Os itinerários terapêuticos que se desdobram pela coordenação e compartilhamento de cuidados mãe /bebê em situação de rua devem ser protagonizados pela equipe do Consultório na Rua e por toda a Rede Cegonha. Dessa forma, garante-se a legitimidade desse ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir das diretrizes basilares que regem a atenção integral à população em situação de rua e, sobretudo, dos desafios da complexidade de cuidar de mulheres gestantes em alta vulnerabilidade social e em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas.

Esta estratégia recomenda maior qualificação de toda a rede SUS, cabendo destaque aqui para as estratégias de Educação Permanente que os Consultórios na Rua devem promover junto à rede local, enfatizando o cuidado materno infantil, qualificando os demais serviços para que o acesso, a continuidade do acompanhamento seja oferecida em tempo oportuno, de forma articulada e de maneira resolutiva.

Importante sinalizar a necessidade de formulação de linhas-guia de cuidado com vistas a tornar os itinerários terapêuticos e seus fluxos mais sinérgicos para o compartilhamento do cuidado e em rede, através do conceito de redução de danos, como uma ética de cuidado e assim considerar a relevância de dar mais concretude e operatividade a essas estratégias junto a mães e gestantes que fazem uso abusivo de drogas.

Desta forma, importante haver articulação da atenção básica e sua inserção na rede de atenção psicossocial com vistas a buscas ativas por parte dos pontos de atenção dessas redes que estão mais próximas dos territórios mais vulneráveis na cidade e com nichos de concentração de população em situação de rua, no sentido de detecção precoce de mulheres gestantes na rua. E assim, construir vínculos necessários ao início da realização de pré-natal que podem ser feitos por equipes de consultórios na rua, equipes de redução de danos e equipes da Estratégia de Saúde da Família.

Considerando a atenção integral à saúde da mulher, frente às questões de gênero e todos os rótulos sociais que giram em torno de mulheres e gestantes que fazem uso abusivo de

álcool, crack e outras drogas, em alta vulnerabilidade social e a relação disso com inúmeras barreiras de acesso na rede de atenção à saúde bem como a rede intersetorial, a qualificação de profissionais da rede SUS é de fundamental importância para a promoção do cuidado junto a esse público específico.

Assim, operar a potência das estratégias de cuidado dos consultórios na rua junto à população em situação de rua e a fundamental necessidade de articulações intersetoriais junto a instâncias da assistência social, conselho tutelar, órgãos da justiça, dentre outros, são de vital importância para a proteção social da mãe e do bebê sempre no sentido de evitar e prevenir a separação de ambos, no momento de pós-parto.

O projeto Escola da Família vem promovendo e induzindo essa perspectiva de integração de redes intra e intersetorial. A seguir, apresentamos a experiência do Consultório na Rua de Niterói nesse sentido.

Desenvolvimento da experiência

As ações do Projeto Escola da Família tiveram seu início em novembro de 2019 contemplando as gestantes em situação de rua que fazem acompanhamento do Pré-Natal pela equipe do Consultório na Rua. No sentido de incentivar a participação da gestante e seus familiares, foi instituído o Incentivo ao pré-natal seguro, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para cada gestante que participar do grupo educativo de formação parental, observando os critérios estabelecidos na Lei nº 3437 que institui o Incentivo ao Pré-Natal. (NITERÓI, 2019)

Desta forma, houve priorização inicial para a qualificação e acompanhamento das equipes do Consultório na Rua, contemplando assim especificidades na metodologia das atividades educativas planejadas em 8 oficinas temáticas, com vistas à contextualização da complexidade abordada no texto acima. Portanto, os Grupos Educativos de Formação Parental com foco nas “práticas parentais com afeto, sem violência” foram estruturados a partir de metodologias ativas de educação para a saúde, com vistas a potencializar o protagonismo dos participantes compondo as seguintes temáticas apresentadas no quadro a seguir:

TEMÁTICA	TEMA DO GRUPO	ASSUNTOS ABORDADOS
Encontro Introdutório de sensibilização: parentalidade e violência.	“A mulher em situação de Rua: reconhecimento de situações de violência no contexto da rua”.	- Drogas, Mulheres, estigmas e preconceitos; - Desigualdades de gênero e a situação de rua.
Conscientização da desmaternização da mulher em situação de rua.	“Garantias de direitos junto à mulher em situação de rua”.	- Fortalecimento de vínculos; - Pré-natal Seguro, maternagem e paternagem responsivos com ênfase na prevenção da Sífilis
Fortalecimento de laços afetivos e proteção social para gestantes em situação de rua.	“Encontro na Maternidade Alzira Reis sobre parto humanizado”.	- A importância da Puericultura com ênfase nos cuidados; - Cuidados responsivos de criação; - Gestação, parto, nascimento e puerpério humanizados, com afeto e sem violência.
Fortalecimento de laços afetivos e proteção social para gestantes em situação de rua.	“A relação mãe/pai/família – bebê e sua influência no desenvolvimento da criança”.	-Fortalecimento de vínculo; -Comunicação não violenta; - Estilos parentais participativo, autoritário, permissivo e negligente; -Práticas parentais negativas e positivas.
Estilos e práticas parentais – vigilância das violências e a rede proteção social familiar, comunitária e social.	“A relação mãe – bebê e sua influência no desenvolvimento da criança”.	- Promoção da Saúde e cultura da Paz; - Tipos de violência x práticas e estilos parentais; - Notificação de violência; - Ações intersetoriais.
Segurança Alimentar e Orientações sobre o incentivo ao pré-natal seguro.	“Alimentação Saudável e as relações com a Proteção infantil, familiar e comunitária”.	-Aleitamento materno e Alimentação Infantil -Alimentação da Nutriz; - Banco de alimentos, reaproveitamento de alimentos e cozinha experimental; - Como utilizar o incentivo ao pré-natal seguro.
Superando Vulnerabilidades e rompendo com o ciclo da violência.	“Culminância com encontro entre mães e círculo familiar mais próximo para fortalecimento de vínculos e laços afetivos”.	- Empoderamento da mulher gestante, pais e cuidadores; - Oportunidades de Qualificação; - Geração de renda, empregabilidade e economia solidária.

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe ressaltar que o desenho metodológico proposto e os temas abordados não constituem um fim em si mesmo mas devem ser compreendidos e trabalhados a partir de uma dinâmica processual que os considere como disparadores e ativadores de reflexão crítica acerca da realidade que se vive, para que assim, ganhe capilaridade no cotidiano das práticas desenvolvidas pelos profissionais de Saúde, no âmbito da Atenção Primária em Saúde, e produza sentidos para as mulheres participantes dos grupos.

Importante ressaltar que a metodologia desenvolvida deverá sempre considerar o contexto sociocultural do público-alvo do projeto, propondo estratégias qualificadas que garantam o envolvimento dos mesmos nas atividades da Escola da Família e a consequente efetividade do trabalho desenvolvido.

*Gestantes
e equipe do
Projeto Escola
da Família*



Para participar das atividades educativas de Formação Parental as gestantes formalizaram a adesão através de assinatura do termo de adesão, termo de autorização de imagem e voz, e assinatura de frequência de participação nos encontros.

No último encontro, foi previsto o preenchimento de um questionário de avaliação pelas gestantes com as seguintes

perguntas: Como você avalia até aqui o Projeto Escola da Família? De que forma os encontros em grupo lhe ajudaram? Depois que o projeto se iniciou, houve alguma mudança na sua vida? Quais as sugestões que você daria para o projeto?

Os documentos citados acima, denominados documentos comprobatórios, foram incluídos nos processos de pagamento de cada gestante com vistas à instrução dos referidos processos para que cada gestante recebesse o Incentivo ao Pré-Natal Seguro.

Resultados e impactos

Na primeira fase do projeto, 07 gestantes em situação de rua aderiram ao Projeto, sendo que, 04 gestantes cumpriram as condicionalidades em conformidade com a legislação vigente e 03 gestantes não cumpriram as condicionalidades em decorrência da suspensão das atividades educativas em face à emergência da pandemia.

Do total de gestantes inscritas, as 04 gestantes que cumpriram as condicionalidades receberam o Incentivo ao Pré-Natal Seguro que representa 100% das gestantes aptas.

Nessa primeira fase o número de gestantes participantes do projeto, ainda que bem reduzido em relação ao estimado para o total do projeto, foi bastante significativo pelo que representou para as gestantes e seus familiares.

Gestante participando de atividade do Projeto Escola da Família





Foi possível constatar que houve fortalecimento de vínculos e laços afetivos com aproximações e acolhimento pela família; escuta e acolhimento pela equipe do Consultório na Rua, possibilitando troca de vivências, apoio mútuo e espaço para diálogos.

Essas situações observadas foram expressas em alguns depoimentos das gestantes: *“Achei o projeto bem interessante pois eles nos escutaram”, “Me ajudou em relação a minha mãe, voltamos a nos falar normalmente”, “Poderia acontecer mais vezes, pois só aqui no projeto eu me abro, eu converso e eu escuto”, “através do grupo eu aprendi a me expressar melhor a me proteger mais da violência nas ruas”, “melhorou muito minha vida pois eu consegui encontrar com outras mulheres que também passaram pela violência nas ruas”.*

Desta forma os primeiros resultados demonstram que os encontros produziram desdobramentos importantes de resgate de vínculos familiares e maior consciência da importância de reconstituírem laços parentais para prevenção e proteção a saúde da mãe e do bebê.

Durante a pandemia, a equipe do Consultório na Rua manteve contato com as gestantes e com as mães que já tiveram

Gestantes participando de atividade do Projeto Escola da Família

os seus bebês realizando atividades de acolhimento e monitoramento com o objetivo de fortalecer as práticas parentais exercidas por gestantes, pais e/ou cuidadores. No início da pandemia, as participantes receberam kits de higiene e orientações sobre a prevenção à covid-19, como a importância do isolamento social. Nesse período, a equipe do consultório na Rua providenciou acolhimento para uma das gestantes do Projeto no Hotel Social², CRIADO PELA Prefeitura de Niterói com o objetivo de acolher pessoas em situação de rua e garantir as medidas preventivas (quarentena) frente à pandemia de covid-19.

Kit maternidade



² Projeto desenvolvido no âmbito da Prefeitura de Niterói e coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária - SMASES, consistiu no arrendamento de vagas/quartos em hotéis da cidade para acolher e hospedar provisoriamente pessoas em situação de vulnerabilidade e violência, sobretudo em situação de rua. O projeto garantia condições de repouso, banho, higiene pessoal, alimentação e acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos.

Considerações finais

Os resultados iniciais obtidos a partir da implementação do Projeto no Consultório na Rua demonstraram que os encontros produziram desdobramentos importantes de resgate de vínculos familiares, maior consciência da importância de reconstituírem laços parentais para prevenção da violência intrafamiliar e a necessidade de oportunizar espaços de troca, escuta e apoio a essa população vitimada pelas diversas formas de violência.

Desta forma, cabe ressaltar a importância da sustentabilidade do *Projeto Escola da Família como política pública: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência*. Nesse sentido, cabe aos profissionais de saúde, em especial aos da Atenção Básica e da RAPS, acompanhar as mulheres grávidas, mesmo nas ruas, oportunizando todos os cuidados e atenção necessária para que a gestação possa se constituir em um processo onde laços sejam realizados. Laços entre a mãe e a criança, entre a gestante e a equipe de saúde e a rede intersetorial, entre mulheres e seus companheiros, entre mulher e maternidade, entre tantos outros, com vistas à promoção da coesão social para a prevenção à violência e a proteção do binômio mãe-bebê.

A partir dos significativos resultados obtidos, tem sido possível contribuir para disseminação do conhecimento produzido caminhando em direção à produção de evidências e se constituindo em ferramenta potente para o processo de Educação Permanente.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei Nº 9.263: regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, 1996.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 122. Diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html
- BARROS DE SOUZA, et al. Mães Órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade. 2018; 4(Supl.1):27-36. Disponível em: <https://doi.org/>

g/10.18310/2446-48132018v4n1suplem
CHAGAS; ABRAÃO. “Desobediência Civil na produção singular de cuidado em rede: outros olhares”. In: Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):61-73. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-48132018v4n1suplem.1818g260.2018v4n>
BELLOC, et al. “A desmaternização das gestantes usuárias de drogas: violação de direitos e lacunas do cuidado”. In: Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):37-49. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-48132018v4n1suplem.989g258>
NITERÓI, Câmara Municipal de Niterói. Lei nº 3437: dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências, 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hxrqu>

9

**Acolhimento e
Reinserção Social**

AUTORES

Anderson Pipico Rodrigues

Carlos Mário Neto

Daiani Castanheiro

Maira Lacerda Santa Fé

Introdução

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa Justiça Presente foi lançado nacionalmente em janeiro de 2019, com apoio do Ministério de Justiça e Segurança Pública. Tem como objetivo aprimorar “as condições de cumprimento de penas e medidas socioeducativas, bem como ampliar as políticas a pessoas egressas no Brasil” (LANFREDI et al., 2020, p. 10 d).



**REDE
ACOLHER
NITERÓI**



ESCRITÓRIO SOCIAL
Concretizando direitos

Um dos eixos do Programa trata dos subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, e se dedica, dentre outras ações, à construção de uma política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional no bojo da qual se insere o fomento à instalação de escritórios sociais nas unidades federativas. (LANFREDI et al., 2020, p.10 a).

A Lei de Execuções Penais (LEP), Lei federal nº 7210/1984, teve um grande papel de redemocratização no país, compreendendo novas conexões na mudança social, estabelecendo diretrizes para a reinserção dos egressos do sistema penal. A definição de egresso encontra-se expresso em seu artigo 26, que caracterizado como “I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova”. E, a assistência a eles prevista, conforme o artigo 25 desta Lei, consiste “na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade” e na “concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabele-

*Logos dos
Projetos Rede
Acolher e
Escritório
Social.*

cimento adequado, pelo prazo de dois meses” (BRASIL, 1984).

Em Niterói, o programa foi iniciado a partir de um projeto voluntário em 2017, chamado Clínica da Justiça, implementado nas comunidades da cidade por alunos de direito e advogados em parceria com as associações de moradores, coordenado pelo Secretário Anderson Pipico Rodrigues. Os voluntários eram levavam informações sobre processo penal, funcionamento do serviço carcerário e serviços públicos aos familiares de egressos do sistema carcerário. Com a implantação do Pacto Niterói Contra a Violência, a Clínica da Justiça passou a fazer parte do Programa Rede Acolher, que é composto, também, pelos projetos Escritório Social e Recomeçar, todos relacionados à política de atenção aos egressos e seus familiares.

Em busca de mais informações e parcerias, foi articulado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a implementação do Projeto Escritório Social no município. Neste sentido foi estabelecido um Termo de Cooperação da Prefeitura de Niterói com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinado em 29 de novembro de 2019.

A dimensão política do Escritório Social é estimular a pessoa em privação de liberdade em direção às opções que ele tem para a sua ressocialização:

(...) o Escritório Social se constitui como: Equipamento público de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo, responsável por realizar o acolhimento e encaminhamento de pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para a rede, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão social que se correlaciona e demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, sistema e atores da sociedade civil. Os princípios éticos para o trabalho dos escritórios sociais são: Adesão voluntária; Respeito às diversidades e combate às discriminações; Reconhecimento das determinações e consequências da prisão; Referência nos direitos de cidadania. (LANFREDI, 2020, p. 25 a)

Em 20 de abril, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou o lançamento do aplicativo Escritório Social Virtual. Em seu discurso no canal do conselho no Youtube, o ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do órgão, Luiz Fux, ressaltou a importância desses equipamentos “para que o egresso, aquela pessoa oriunda do sistema prisional, encontre a verdadeira liberdade cidadã”.

No mês de maio, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um bate-papo online sobre a Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais. O evento marcou a assinatura da CNM e do CNJ de um Termo de Cooperação Técnica com a finalidade de apoiar tecnicamente os municípios na implantação de políticas e serviços penais. Um dos assuntos abordados foi a possibilidade de recebimento de recursos para desenvolver ações no âmbito das políticas penais.

Em 16 de julho de 2021, o Escritório Social de Niterói foi lançado pelo prefeito Axel Grael, no Teatro Popular, em cerimônia que contou com representantes do CNJ, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre outras autoridades e convidados. O Escritório Social prevê uma equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, advogados e educadores sociais), que realiza o atendimento e mapeia as demandas individuais. Isto é, todo o processo visa à composição de um Plano Individual de Atendimento que identifica as necessidades de cada egresso. Posteriormente, a equipe realiza os devidos encaminhamentos para os serviços de saúde, educação e qualificação profissional, entre outros.

Origens do atendimento às pessoas egressas

A preocupação com o atendimento da pessoa egressa do sistema prisional é concomitante às primeiras discussões em torno do tema prisão e encarceramento. Os congressos penitenciários internacionais, que tiveram também repercussão no Brasil, foram realizados na Europa a partir da segunda metade do século XIX e reiteraram a cada edição a necessidade de existência de mecanismos públicos e privados para atendimento das pessoas no retorno à vida em liberdade. Nessa direção, em 1910, o Ministério da Justiça brasileiro

propôs a criação de um patronato de egressos das prisões, mas esse nunca entrou em funcionamento.

O Decreto nº 16.751/1924 regulamenta “o livramento condicional – estabelecido ainda pelo Código Penal de 1890 – e, com ele, a criação dos Conselhos Penitenciários” (LANFREDI et al., 2020, p. 26 a). Ali se reconheciam os patronatos públicos privados “como auxiliares do Conselho Penitenciário no amparo, na proteção e na vigilância dos liberados condicionais, estendendo-se essa qualidade aos Patronatos análogos nos Estados” (ALMEIDA, 1933, p. 167).

A Proposta dos patronatos foi recepcionada em 1984 pela Lei de Execução Penal¹, inclusive dispondo-os como um dos órgãos da execução penal (artigo 61) e ampliando suas funções para o acompanhamento de penas e medidas alternativas. “No entanto, nesse tempo de vigência da lei, poucos avanços foram verificados, tanto na quantidade de instituições criadas como na abrangência do trabalho realizado e em sua necessária atualização com os avanços advindos da Constituição de 1988.” (LANFREDI et al., 2020, p.17 b). Entre os anos 1924 e 1984, foram criadas leis penais com o objetivo de ajudar as pessoas condenadas pelo sistema de justiça para que tivessem seus direitos assegurados.

Apesar dos avanços constitucionais em matéria de direitos sociais, os egressos e seus familiares seguem fragilizados em relação à sua efetivação e/ou negados à grande parte da população. A isso se agrega o fato de que, nas últimas décadas, tivemos um aumento exponencial da população carcerária, que, assim como nos números da violência do Estado, mostra a vulnerabilidade dos jovens negros e pobres. No caso das pessoas egressas, as limitações impostas pela falta de acesso a direitos são potencializadas pelo histórico de violência no sistema de justiça criminal e da prisão, percursos esses que imprimem, além de estigmatização e preconceito, degradação física, social, psicológica, moral e intelectual, e que permanecem marcando a trajetória daqueles e daquelas que, já em liberdade, tentam seguir adiante.

1 Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>.



O escritório social de Niterói

As atividades desenvolvidas no âmbito do Escritório Social em Niterói dão-se através de parcerias. Além do atendimento multidisciplinar ao egresso e seus familiares, é realizado o auxílio ao egresso para emissão de documentos, entre outros. Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), em junho de 2019, 1.488 pessoas residentes em Niterói encontravam-se em situação de privação de liberdade e 680 pessoas estavam cumprindo penas alternativas.

Com o recrudescimento da pandemia de covid-19, em 2020, o processo de implantação do Escritório Social de Niterói, em consonância com o Programa Fazendo Justiça do CNJ e do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD)², foi adiado para 2021. Em 31 de março foi realizada uma reunião entre a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) e a Secretaria Municipal de Participação Social (SEMPAS) objetivando a discussão do Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho entre o Governo do Estado do RJ e a Prefeitura de Niterói. Esta parceria é de suma importância para que o Escritório Social acolha os pré-egressos, egressos e seus familiares, informando sobre o funcionamento e os serviços disponibilizados pelo Escritório.

A chegada do egresso ao espaço do Escritório Social de Ni-

*Reunião com
Representantes
do Programa
Fazendo Justiça
Conselho
Nacional de
Justiça – CNJ,
SEMPAS e
gerente do
projeto.*

² Esses órgãos contaram com as parcerias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, SEAP RJ, OAB Niterói, Fundação Santa Cabrini e diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói.

*Lançamento
da Rede
Acolher e
Inauguração
do Escritório
Social de
Niterói no dia
16 de julho
de 2021, no
Teatro*

terói, no Terminal Rodoviário de Niterói Presidente João Goulart, não está dissociada de outras experiências de escritórios sociais no Brasil, visto que chegam manifestamente desconfiados, cautelosos e com a marca dos estigmas do sistema prisional. A equipe técnica, constituída provisoriamente por profissionais de Serviço Social e do Direito, se encarrega do agendamento, da escuta ativa e da identificação das demandas e atuação, de acordo com os interesses e necessidades.

Por isso, são indiscutíveis a importância e a necessidade da ação proposta pelos escritórios sociais, buscando, ao mesmo tempo, criar possibilidade de acesso às políticas sociais existentes e constituir um espaço de reconhecimento identitário, de suas especificidades e das demandas de quem passou pela experiência prisional. E, inegavelmente, o reconhecimento identitário perpassa pela compreensão dos marcadores da diferença como categorias – historicamente – de seleção penal. (LANFREDI et al, 2020 p.11 b).



Os primeiros beneficiários são majoritariamente afrodescendente, com idade subdividida em duas faixas etárias distintas: 60% na faixa etária entre 24 e 28 anos e 40% na faixa etária entre 47 e 49 anos. O gênero se encontra equilibrado. As principais demandas se entrecruzam entre a inserção no mercado de trabalho e, no caso específico do pré-egresso,

são os que se encontram em liberdade seja de condicional ou por monitoração eletrônica (tornozeleira). O resultado do Acolhimento e Reinserção Social, que inclui o Escritório Social de Niterói, mostra sua importância ao contribuir para a redução dos índices da criminalidade na cidade. Suas atividades encontram-se relacionadas à ODS16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, cuja meta estipulada para o Brasil consiste no fortalecimento do Estado de Direito e na garantia de acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade (IPEA,s./d).

Considerações finais

O Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) materializa um realinhamento estratégico assumido pela Prefeitura Municipal de Niterói com uma concepção inovadora em segurança pública, que transcende o tratamento da violência limitado a ações relativas ao crime. Nesse sentido, o Escritório Social se insere em um conjunto de ações que visam ao enfrentamento da violência, objetivando o acolhimento, a inserção social e acompanhamento de apenados e seus familiares, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade na cidade. “Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na execução dessa agenda em escala nacional.” (LANFREDI, 2020 d). O PNUD conta, ainda, com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). O egresso sai do sistema prisional com muitas dificuldades de ser reinserido nos espaços promotores de cidadania. Por exemplo, para voltar para a escola, ele já tem alguns estigmas, então é fundamental o Escritório Social para facilitar o reingresso junto à Rede de Apoio.

Desde a inauguração do Escritório Social de Niterói em junho de 2021, foram atendidos cerca de 60 egressos do Sistema Prisional e seus familiares. É importante mobilizar a opinião pública para ações que colaborem com a reintegração social da pessoa egressa do sistema prisional. Nesse sentido, a ampliação da discussão com a população em geral, sobre

os preconceitos e discriminações que recaem sobre as pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, visa a fortalecer os direitos e favorecer a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Contribuição do Brasil: sessões e resoluções da conferência penal e penitenciária realizada no Rio de Janeiro em junho 1930. Imprensa: Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1933.

LANFREDI, Luís Geraldo Sant'Ana et al. Política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2020 a.

_____. Caderno de gestão dos escritórios sociais III: Manual de gestão e funcionamento dos escritórios sociais / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 b.

_____. Caderno de gestão dos escritórios sociais I: Guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 c.

_____. Manual de gestão para as alternativas penais / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020 d.

10

**Complexo do
Viradouro:
os Desafios
de Políticas
Públicas e seus
Impactos na
Inclusão Social**

AUTORES

Guilherme Ribeiro

Níneve Belangieri

Introdução

O Complexo do Viradouro situa-se na zona Sul do município de Niterói, entre os bairros de Santa Rosa, Ititioca e Largo da Batalha, abrangendo as comunidades do Viradouro, Morro da União, Alameda do Vale, Papagaio, Cruz, Africano e Travessa Santa Maria. Sua extensão é de, aproximadamente, 358,2 km² e corresponde à área de intervenção urbanística onde estão sendo implementadas as intervenções urbanísticas e as ações territoriais integradas vinculadas ao Pacto Niterói Contra a Violência. No território há uma população de 4.562 habitantes, a maioria de negros e pardos, correspondendo ao número total de 2.739 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. O seu nome se origina da linha de bonde de tração hidráulica, que operou entre 1904 e 1916 e fazia o retorno na atual Rua Mário Viana, em direção à região central.

Extensão do bairro de Santa Rosa, a comunidade se formou nos anos 1940 e 1950, época marcada pela expansão urbana do município. Sua origem remonta ao período em que José Lopes, dono de um armazém local, trocava as dívidas acumuladas dos fregueses pela posse de seus terrenos. Ao longo dos anos 1960 e 1970, com o crescimento populacional provocado por processos migratórios e pelo pós-guerra, quando muitos ex-combatentes sem renda se instalaram em espaços não valorizados pela urbanização formal, surgiram ali habitações precárias. Há no local uma forte presença da Igreja Católica, o que inclui obras de caridade até hoje em funcionamento, das quais se destaca a Creche Comunitária Cidade dos Menores, fundada pela madre Mary Marcelino. Os Vicentinos atendem aos mais necessitados distribuindo cestas básicas e roupas. A Associação de Moradores, fundada em 1970, e a Capela Nossa Senhora das Graças, construída em 1946 pelo padre salesiano Luiz Frás, demonstram até hoje as articulações dos moradores que se organizaram de

acordo com suas políticas de convivência.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica e a falta de infraestrutura urbana básica, como água, luz e saneamento, são marcas deste aglomerado subnormal em que apenas 979 residências contam com abastecimento de água e esgoto, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010. À medida em que a população aumentava, as moradias construídas em áreas com restrição à ocupação, suscetíveis a desastres naturais, como encostas de morros e barrancos, se expandiram.

São diversos os problemas que dificultam a qualidade de vida dos moradores no Complexo do Viradouro. O crescimento desordenado, cujas construções ultrapassam as áreas edificantes, como taludes com risco iminente de desabamento, é o principal deles. As equipes da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Defesa Civil identificaram, inclusive, casas que usavam vegetação para apoio estrutural. Essa situação se agrava por não haver dados facilmente acessíveis sobre índices pluviométricos na cidade. A tragédia ocorrida em Niterói, no ano de 2010 em razão das fortes chuvas, ficou marcada na memória recente dos moradores da cidade por causa do Morro do Bumba, onde um deslizamento de terra matou 46 pessoas e deixou 267 desaparecidos. Porém, as fortes chuvas que duraram dias também afetaram diretamente outras comunidades da cidade. Entre elas, o Complexo da Viradouro e o Morro da União.

O levantamento das demandas do Complexo do Viradouro e Morro da União identificou a urgência da intervenção do poder público em obras de urbanização e saneamento básico para melhoria da infraestrutura. Outro fator de deterioração territorial é o tráfico de drogas promovido pelo crime organizado, que se instalou nos anos 1980, impondo um poder paralelo, transformando os moradores, na sua maioria trabalhadores sem ou com baixa qualificação profissional, em reféns do terror e da violência.

Os residentes mais antigos contam que, em frente ao Campo dos Padres, onde fica a obra para a implementação dos novos projetos de esporte, lazer e inclusão tecnológica, havia a Escola Municipal (EM) Padre Leonel Franca e uma clínica do Programa Médico de Família (PMF) - inspirado no modelo de Medicina de Cuba, depois da revolução socialis-

ta de 1959, que disponibiliza, a partir das diretrizes do SUS, serviços de saúde para famílias em risco social -, entretanto, ambas tiveram suas sedes removidas, segundo os agentes públicos que atuam no território, em razão do agravamento das situações de violência.

A EM Leonel Franca prestava atendimento exclusivo para crianças em situação de vulnerabilidade extrema. Os professores eram preparados pelo município para cuidar das crianças e de suas famílias - quando a vulnerabilidade social no Viradouro interferia no cotidiano escolar - e reforçar o ensino escolar, numa época em que começava o processo de informatização. A professora Regina Coeli de Azevedo Guedes se destacou por seu trabalho junto às crianças especiais. Segundo relatam os moradores, os servidores desses equipamentos se sentiram ameaçados pelo crime organizado, que abordava quem circulasse na Rua Nossa Senhora das Graças, principal via da comunidade, e onde se instalou o comércio ilegal de drogas. O medo, a insegurança e os tiroteios constantes provocaram o afastamento desses profissionais. Dessa forma, houve naturalmente um maior distanciamento entre a população local e os serviços públicos essenciais antes existentes.

Em agosto de 2020, a Prefeitura Municipal de Niterói formou um comitê gestor para manter reuniões frequentes com a sociedade civil e os órgãos da prefeitura com a finalidade de resgatar a cidadania e as políticas públicas no Complexo do Viradouro e Morro da União. A dinâmica realizou o mapeamento das demandas locais, como obras de infraestrutura, e apon- tou ações e atividades que pudessem aproximar a população dos serviços públicos. Porém, a pandemia afetou diretamente a mobilização dos participantes, prejudicando o planejamento de encontros presenciais, sendo realizado o diálogo através de grupos criados em plataformas digitais de troca de mensagem.

O processo de diagnóstico de território deu origem aos projetos que compõem o Eixo Ação Territorial Integrada do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), composto por projetos como a Intervenção Urbanística, que abarca obras e implantação de novos equipamentos públicos no território; e de Ações Territoriais Integradas, que articula o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida. Além das ações de educação

ambiental, que preveem parceria com a creche Cidade dos Menores e as comunidades para a criação de hortas comunitárias e reciclagem de lixo; e de educação, cultura, esporte e lazer, que visa implantar políticas públicas concebidas a partir das necessidades dos moradores. Todos esses projetos partem de uma nova concepção integrada e preventiva de Segurança Pública e Prevenção à Violência para o município de Niterói.



*Obras da
intervenção
urbanística em
andamento
(2021)*

Caminhos metodológicos

Ao realizarmos uma extensa pesquisa etnográfica, verificamos que informações estatísticas sobre o local – seja o índice de criminalidade, a taxa de crescimento ou o adensamento das moradias – eram inacessíveis ou sistematizadas de forma genérica. As reportagens e notícias publicadas apresentavam um território violento, conflituoso e vulnerável. O que reforçava os estereótipos sobre o território de seus habitantes, que eram vítimas da criminalidade e insegurança, sem apontar suas potencialidades. A favela como ethos de economia criativa, inovação e empreendedorismo social foi o ponto de partida basilar para escrevermos o presente trabalho.

A redução das desigualdades é o décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 10) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), e subsidia o estudo para melhoria da localidade, inclusive pela implementação de projetos de sustentabili-

dade e de educação ambiental que visem a minimizar o aquecimento global. Esse compromisso foi adotado pelo município de Niterói para melhorar a qualidade de vida de sua população. Além dele, o Plano Estratégico Niterói que Queremos (NQQ) 2013-2033 também formula ações que contemplam a paz e a segurança percebidos a partir das intervenções na comunidade do Viradouro.



A pesquisa qualitativa foi nossa escolha metodológica. Usamos relatórios de campo elaborados pela equipe do Trabalho Técnico Social da Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa) e de alunos de Serviço Social, Psicologia e Segurança Pública que realizavam estágio no local. A partir de visitas a projetos implementados em outros territórios da cidade - Plataforma Digital, na Engenhoça; e o Parque Esportivo e de Inclusão Social, no Caramujo -, buscamos conhecer seu funcionamento e traçar possíveis desdobramentos que as obras abertas na principal rua do bairro trarão ao entorno.

A observação e entrevistas informais com moradores nos aproximaram e ajudaram a compreender as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Também mapeamos os projetos, os anseios latentes e as necessidades dos que trabalham e vivem nesse espaço. Conversamos com moradores, líderes comunitários, religiosas da Creche Comunitária Cidade dos

*Obras da
intervenção
urbanística em
andamento
(2021)*

Menores, agentes públicos, envolvidos no projeto, e com a equipe da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura que participam das intervenções urbanísticas em andamento, a fim de recuperar, a partir da memória coletiva, as percepções sobre as ações territoriais integradas.

Ações territoriais integradas

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010), o índice de analfabetismo no Viradouro atinge 270 pessoas e aponta para o risco que representa equipamentos de educação de difícil acesso para a formação de crianças, adolescentes e jovens da comunidade e de Niterói. A distância das unidades que as atendem é um dos gargalos da evasão escolar e contraria o ODS 4, referente à Educação de Qualidade, um dos compromissos firmados pela prefeitura com a Agenda 2030, da ONU.

A ausência de equipamentos de educação soma-se à falta de lazer e acesso à informação, aumentando o risco social de crianças e adolescentes. Atualmente, a Creche Comunitária Cidade dos Menores é uma das poucas instituições que resistem ali, porém, sem escapar do impacto da evasão escolar. Segundo os relatos das religiosas, atualmente a creche tem 130 crianças matriculadas, mas já atendeu a mais de 300 crianças. A creche também oferecia serviços - como biblioteca, cursos de informática, costura industrial, bazar, carpintaria e consultório com psicólogo, dentista e enfermeiro - que estão temporariamente suspensos.

O grupo de gestores, composto por pessoas e entidades civis atuantes na comunidade, serviu como informante, como são definidos em ciências sociais os agentes facilitadores do trabalho de campo. Essas integrações entre os atores que representam diversos perfis de residentes são essenciais para o conhecimento do território, além de servirem como balizadores para a avaliação de nossa atuação e os respectivos resultados. A chegada ao território aconteceu em agosto de 2020, durante a pandemia de covid-19.

A aproximação foi inicialmente pacífica e a prefeitura realizou uma parceria com esses grupos para compreender a realidade no complexo e suas necessidades. Esse período

também ficou marcado pela ocupação realizada pela Polícia Militar, que delineou três fases para a operação de ocupação: a instalação de um ônibus na entrada da Estrada Francisco da Cruz Nunes; o patrulhamento e as rondas no bairro; e uma base avançada do 12º Batalhão de PM. E, a partir dessa ação da PM, a prefeitura decidiu agir para reaproximar os moradores do Complexo da Viradouro dos serviços e políticas públicas. Bem como, a presença do policiamento na comunidade também possibilitou a ampliação da circulação das pessoas no território, dentre elas, os trabalhadores e prestadores de serviços das obras que estão ocorrendo em toda sua extensão.

Apesar de necessário, a medida retardou algumas ações e o cronograma das obras. As reuniões com os líderes comunitários passaram a ser online e o planejamento das ações territoriais sofreu limitações. Para consolidar a presença do poder público para além das intervenções urbanísticas, foram acordadas estratégias de convivência e mediação de conflitos com os moradores a fim de solucionar e prevenir os problemas de segurança. O gerente do projeto, Guilherme Ribeiro, que atua na articulação local, conta uma história interessante: “Uma vez o secretário de ordem pública e gestor do Eixo Segurança e Justiça do PNCV, coronel Paulo Henrique de Moraes, me falou, ‘a sua função é melhorar a vida das pessoas, você tem que estar próximo a elas para ver como podemos atuar melhor’. Com essa diretriz, tenho trabalhado junto dos moradores”, conta.

As iniciativas do projeto de Ação Territorial Integrada consolidam a presença do poder público no Complexo do Viradouro, que foi negligenciado por décadas, ao mesmo tempo em que constroem redes de participação com a população, consolidando a cidadania plena. A gestão desse projeto alterou a lógica impositiva da intervenção estatal nesse espaço, não mais concebida de cima para baixo, mas, partindo da população para as instituições. Segundo o autor indiano C.K. Prahalad (2005), professor de Administração em Harvard, as verdadeiras oportunidades surgem da base da pirâmide.

O projeto do governo municipal favorece a atribuição da Emusa em prover uma Plataforma Digital e um Parque Esportivo e Social, além de canais de esgotamento sanitário,

para melhorar a rede de drenagem, rampas de acessibilidade, escadarias, contenção de encostas e outras demandas reunidas pela Defesa Civil de Niterói e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Uma nova iluminação pública também está prevista, contribuindo para uma política pública inovadora de prevenção à violência e segurança pública no município de Niterói, que exige a inclusão e a transformação das comunidades.

Na primeira fase, o PNCV, centrou os investimentos nas localidades do Viradouro, da Estrada Francisco da Cruz Nunes (conhecida como Garganta) e do Morro da União; e na segunda fase, da Grota, do Morro Souza Soares e do Vital Brasil. As crianças, em pouco tempo, encontrarão na própria comunidade um ambiente de fácil acesso para se desenvolver, seja na Plataforma Digital - que oferecerá cursos de robótica, línguas, profissionalizantes, cinema ao ar livre, entre outros -, ou no Parque Esportivo e de Inclusão Social (PESC), que terá aulas de badminton, futebol, artes marciais e outras modalidades. As intervenções, como a construção de muros de contenção, a estabilização de encostas, a retirada de árvores e casas em risco de desabamento, estão em fluxo contínuo de trabalho.

Considerações finais

Em resumo, a escuta está sendo o grande aprendizado dessa implementação, pois ao pensar no projeto com um olhar de uma pessoa que não reside no local, as intenções de melhoria se tornam distantes da real necessidade dos moradores, principalmente na locomoção e nas facilidades do dia a dia. Assim, valorizamos o diálogo e a percepção de cada ocupante do complexo do Viradouro.

“Bom, para mim e para todos os moradores está sendo ótimo. Essa luta veio de muitos anos e Graças a Deus conseguimos, pois nunca esperei que fosse acontecer isso aqui. A gente sempre veio lutando, mas nunca esperei. Graças a Deus conseguimos e está aí. O que eu espero é que dê mais oportunidade para os moradores com trabalho porque eles estão precisando. Adoles-



Deslizamento parcial do terreno de uma residência e obras de recuperação



cente também precisa de trabalho, que possa abranger outros lugares também.”

(Leila Luiza Monteiro Ventura, moradora do Complexo do Viradouro)

“Só tenho a agradecer o que está acontecendo na nossa comunidade, dando dignidade às pessoas e o direito de elas saírem de casa sem sujar os pés que, antigamente, era uma coisa muito ruim. A gente tinha que sair com o saco de lixo na perna para não sujar e essas obras vêm trazendo muitas coisas boas para nós. Esse projeto da plataforma digital dar curso pode tirar as crianças das ruas.”

(Ubiratan Rubio, presidente da Associação de Moradores do Viradouro)

A meta atual é finalizar a reforma urbanística, o Parque Esportivo e Social e a Plataforma Digital, garantindo segurança e novas oportunidades para os moradores. Essas iniciativas têm como área de resultado o eixo Niterói Organizada e Segura do Plano Estratégico NQQ, além de contemplar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ligados principalmente à Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Redução das Desigualdades (ODS 10), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Educação de Qualidade (ODS 4), além da Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9).

A conclusão das intervenções está prevista para 2022, porém, seus efeitos já podem ser vistos na nova rotina de coleta regular de lixo, na instalação dos canais de água - a Concessionária Águas de Niterói regularizou a tarifa social para as famílias de baixa renda - e nas vias reformadas com rampas de acessibilidade. A efetiva presença do poder público trouxe segurança para os moradores, trabalhadores e visitantes do Complexo do Viradouro. As aulas da Creche Cidade dos Menores foram retomadas, em setembro de 2021, deixando no passado a interferência do crime organizado. As aulas remotas, implantadas durante a pandemia do covid-19, estão sendo substituídas pelas presenciais, seguindo as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde. Há ainda um novo espaço social construído, que conta com incentivos educacionais e diversas parcerias.

Por fim, a intervenção nessa área de extrema vulnerabilidade social a tornou mais segura, social e humana. Crianças, adolescentes, jovens e suas famílias têm à sua disposição diversos cursos de formação e inovação tecnológica e poderão usufruir da quadra poliesportiva, do espaço cultural, e de três praças de convivência, além da reforma da sede da Escola de Samba Folia do Viradouro.

Dessa forma, baseado no Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Niterói, o projeto Ação Territorial Integrada se torna valioso para avaliações posteriores para a orientação orçamentária de gastos relacionados a educação, segurança, inclusão social, saúde, dentre outros parâmetros, tornando o projeto Ação Territorial Integrada um marco de sinergia entre as diversas secretarias e atores da prefeitura.

Referências bibliográficas

- A Escola. Unidos do Viradouro. Disponível em: <https://unidosdoviradouro.com.br/historia/>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- ALMEIDA, Emily. Deslizamento de terra no Morro do Bumba completa 10 anos. Band News, 2020. Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/deslizamento-de-terra-no-morro-do-bumba-compl>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 1 de ago. de 2021.
- Capela Nossa Senhora das Graças. Capela Nossa Senhora das Graças. Disponível em: <https://capelansdasgracas.webnode.com.br/>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- GUEDES, André Luis Azevedo; SOARES, Carlos Alberto Pereira; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente (Orgs). Smart Cities - Cidades Inteligentes nas Dimensões: Planejamento, Governança, Mobilidade, Educação e Saúde. 2021. Disponível em <http://www.smart.rio.br/e-book/> Acesso em: 8 de set. de 2021.
- MENDES, Carlos. Bondes no Brasil. Novo Milênio, 2011. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/bonden20.htm>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.
- PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- RIO DE JANEIRO. Manual de Elaboração do Plano Plurianual PPA 2022-2025. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão. Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: <http://seplag.niteroi.rj.gov.br/Manual%20do%20PPA%202022-2025.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2021.
- TEIXEIRA, Suely C. S; MONTEIRO, Valéria de O; MIRANDA, Verônica A.. Programa médico de família no município de Niterói. Rio de Janeiro, 1999.
- Tragédia do Morro do Bumba, em Niterói, completa 10 anos sem entrega de moradia às famílias. G1 Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/30/

tragedia-do-morro-do-bumba-em-niteroi-completa-10-a-nos-sem-entrega-de-moradias-as-familias.ghhtml→. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

Urbanização chegará às comunidades do Viradouro e Morro da União. Emusa, 2019. Disponível em: <https://emusa.niteroi.rj.gov.br/obras/urbanizacao-chegara-as-comunidades-do-viradouro-e-morro-da-uniao/>. Acesso em: 5 de ago. de 2021.

VENTURA, Leila. Entrevista concedida a Nívea Belangieri. Complexo do Viradouro, 10 de ago. de 2021

Viradouro. Cultura Niterói. Disponível em: <http://www.cultura-niteroi.com.br/blog/?id=312>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

11

Disque-Denúncia

AUTOR

Francisco Lima Torres

Introdução

O Disque-Denúncia é uma central de atendimento especializada em receber relatos da população sobre ações criminosas, testemunhadas ou sofridas. As denúncias são recebidas por ligações anônimas e, imediatamente, repassadas às autoridades responsáveis, segmentadas por tipo de ocorrência. O Disque-Denúncia não é um serviço governamental, mas de uma organização da sociedade civil, o Instituto MovRio, contratada por convênio. Em virtude dessa parceria, regularmente, são encaminhados relatórios diários e semanais pela MovRio à prefeitura e às forças policiais da cidade, com o objetivo de acelerar monitoramentos e investigações de ocorrências.



*Logo do
Projeto Disque
Denúncia*

Niterói saiu na frente de outras cidades e se destacou como o primeiro município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a ter uma estação de trabalho específica dentro do Disque-Denúncia¹. Esta metodologia de trabalho² em segurança pública se reverteu em uma das ações do Pacto Niterói contra a Violência (PNCV). A Câmara Municipal de Niterói³ tornou compulsória a divulgação do Disque-Denúncia – telefone (21) 2253-1177 – em locais públicos e transportes urbanos, publicizando a comunicação de violações, com garantia de anonimato. A lei também fortaleceu o atendimento das chamadas em Niterói.

A implementação do programa, desenvolvida em consonância com os demais objetivos e projetos do PNCV, sensibilizou a população para a necessidade de participação e esforço coletivos para a queda dos índices de criminalidade. Quanto maior o número de denúncias, maior o êxito nas estratégias dos órgãos que operacionalizam a segurança e a ordem pública.

1 Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

2 O Termo de Fomento nº 001/2018 estabeleceu a parceria entre o município e o Instituto MovRio.

3 Lei nº 3.369, de 22 de agosto de 2018.



*Assinatura
do Convênio
com a MovRio
com Zeca
Borges (in
memorian).*

Além disso, inúmeras denúncias relacionadas à covid-19 chegaram às centrais telefônicas, informando sobre violações às normas de segurança sanitária e controle da pandemia. As mais recorrentes foram o descumprimento do isolamento e distanciamento social, orientado pelas autoridades de Saúde, preços abusivos e venda e/ou produção de itens adulterados, como álcool em gel e máscaras. Houve também relatos sobre ameaças de saques ao comércio e funcionários obrigados por seus empregadores a trabalhar sob risco de contágio.

Em reportagem realizada publicada pelo jornal O Fluminense⁴ em 31 de março de 2020, foram destacadas a importância do serviço para gestão das ações de ordem pública durante o período de isolamento social:

“A participação da população, por meio das denúncias, deixa muito claro o apoio às autoridades no combate à covid-19 e a confiança no serviço que já existe há quase 25 anos. Podemos muito pouco sem essas importantes informações”, afirmou, Zeca Borges, coordenador do Disque-Denúncia. O secretário municipal de Ordem Pública, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, contextualizou que: ‘O Disque-Denúncia tem sido muito importante para ajudar na questão de segurança. E agora se mostrou um parceiro com o recebimento de denúncias que nos ajudam a elabo-

⁴ <https://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/2020/03/1137509-disque-denuncia-ajuda-niteroi-na-guerra-contra-o-coronavirus.html>

rar ações de Ordem Pública nas ruas com as equipes da Guarda Civil Municipal, agentes da SEOP e fiscais de posturas. Além disso, contribuiu para não ocorrer sobrecarga no número 153. Toda a ajuda é muito bem-vinda neste momento. A cada dia as pessoas vão se conscientizando mais. Mesmo assim não vamos relaxar nessa missão.”

A parceria firmada com a OSC MovRio possibilitou a instalação de uma estação de trabalho para receber, exclusivamente, denúncias de Niterói, acelerando o fluxo de envio das ocorrências para as instituições que atuam no município, além de divulgar melhor o serviço, que pode ser acionado também pelo aplicativo Disque-Denúncia RJ. Na área de segurança, as denúncias recebidas são repassadas para as instituições de segurança pública do Estado⁵. O presente texto foi confeccionado a partir do levantamento de documentos, notícias e reportagens e relatórios do convênio, assim como a memória dos processos de implementação a partir de entrevistas com agentes envolvidos em seu desenvolvimento.

O Disque-Denúncia Niterói

O Disque-Denúncia envolve um conjunto complexo de conhecimentos e ferramentas para auxiliar órgãos e poderes constituídos. Deve estar disponível à população, interagindo e compartilhando informações, além de fornecer conteúdo para a elaboração de políticas públicas pautadas em microdados e mapeamentos precisos. A eficácia e eficiência do serviço depende de visão estratégica, uma rede atuante e com objetivos em comum, que otimizem a gestão pública, permitindo decisões rápidas e de resultados imediatos e exitosos.

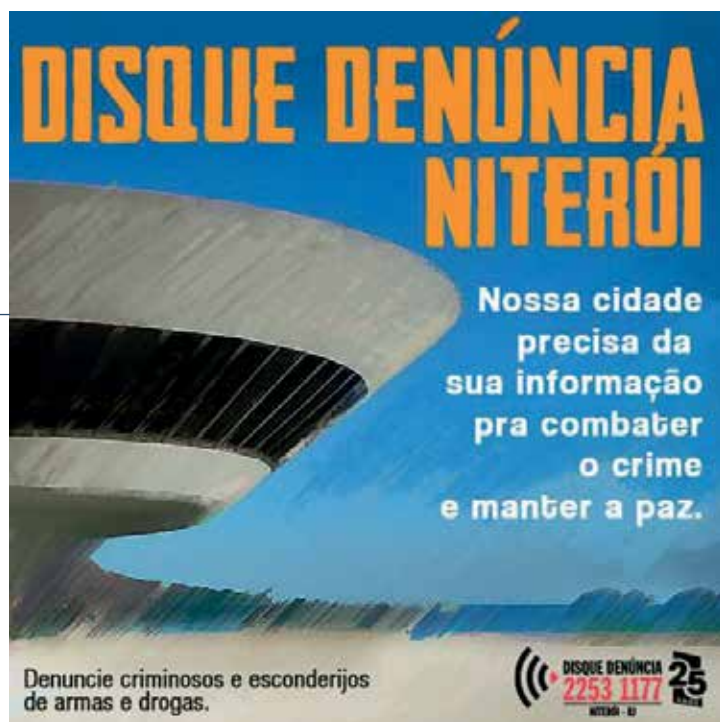
O aprimoramento do Programa Disque-Denúncia no município visa a construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável e com participação social ampla. Somente com a sociedade civil organizada e atuante, os objetivos da Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)⁶ serão alcançados.

⁵ Através do Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial (DO) do município, no dia 24 do mesmo mês e ano, a Gestão do Disque-Denúncia foi transferida da estrutura da Secretaria Executiva para a Secretaria Municipal de Ordem Pública.

⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam

Responsável pela gestão de diversos programas e projetos no estado do Rio de Janeiro, desde 1995, o Instituto MovRio⁷ articula-se em torno da produção de conhecimento, comunicação, articulação e incidência. Em função da pluralidade de temas e programas, o instituto tem como objetivo principal incidir no fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio da produção de conhecimento.

Os pilares estratégicos que tornam o serviço de denúncia efetivo se baseiam em trabalho em rede, mobilização social e a garantia do anonimato. Há uma cadeia de atividades criminosas que torna a repressão uma tarefa complexa, que envolve a dinâmica e a comunicação entre diversos atores. Por isso, o programa estabelece convênios para intercâmbio de informações e constrói rotinas de reuniões com agentes e instituições interessadas em participar da rede.



desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

7 Organização da Sociedade Civil que existe desde 1995 e atuou à frente do Programa Disque-Denúncia, Programa Procurados, Programa Desaparecidos, Direitos Humanos, Programa Linha Verde, Análise de Dados, Prêmio Tim Lopes e o Prêmio Destaque Policial. Disponível em: <www.morvio.org.br>.

O trabalho em rede permite ao programa conhecer novos casos e com isso oferecer apoio aos órgãos na elaboração de relatórios, cenários e dossiês; compartilhar informações sobre casos solucionados e para a solução de crimes; orientar, motivar e estimular a população a denunciar crimes; e gerar indicadores e padrões sobre temas que resultem em estratégias de prevenção e políticas públicas.

A mobilização social é a principal aliada das autoridades para conhecer as dinâmicas dos territórios e, assim, atuar e planejar o investimento de recursos, otimizando os resultados e agindo preventivamente. Nesse sentido, as campanhas de engajamento do cidadão reforçam a importância da participação social com informações e relatos sobre ações delituosas. E, por fim, pela garantia do anonimato, firmamos a credibilidade que foi conquistada ao longo de tantos anos, pois damos ao denunciante essa certeza, sendo ela a única forma do cidadão participar da segurança pública sem se colocar em risco.

A equipe de Comunicação, a partir da larga experiência com comunicação ativa, parcerias e foco no cidadão, coordena campanha com abordagens e com enfoque em ações de estímulo para o recebimento de denúncias anônimas da população, inclusive sobre temas de interesse do município. Sem esse trabalho, não é possível obter a participação de todos.

Nesse contexto, considera-se fundamental uma atuação voltada para a comunicação ativa com a população em geral utilizando mídias sociais e os mais diversos veículos de imprensa com os quais mantemos parceria constante. A divulgação de campanhas é parte do processo de contato, “diálogo” e escuta, expertise do Programa Disque-Denúncia há 25 anos, que compõe o conjunto de ações desenhadas a partir da realidade e da experiência do próprio morador local.

As campanhas promovidas pelo projeto apresentam estratégia de comunicação para áreas identificadas como foco e realizam a busca de canais de comunicação mais diretos e efetivos no local, contemplando a utilização de redes sociais próprias e de canais que têm maior alcance para o público-alvo. Também consideramos importante o uso de linguagem adequada inclusive através da influencer digital, a Dora, que pode se valer de um vocabulário mais informal e receptivo tendo diálogo com o

usuário. Já as campanhas com abordagens priorizam o contato com públicos que não estão diretamente envolvidos no debate. Esse envolvimento acaba acontecendo naturalmente em função do anonimato garantido pelo Disque-Denúncia.

As campanhas são elaboradas considerando a metodologia do Disque-Denúncia, que envolve diversos veículos promovendo o engajamento e atuação conjunta e em rede com diversos atores que têm interesse em comum em enfrentar os desafios na área de segurança pública. Além disso, promovem a divulgação de resultados, textos e conteúdos diversos que buscam despertar o interesse do cidadão e chamar atenção para os mais diversos temas, trabalhando a conscientização e treinando o olhar da população.

Os resultados do projeto: números totais e parciais

Desde setembro de 2019, foram registradas 6.768 denúncias em Niterói. Somente em um ano, entre setembro de 2019 e setembro de 2020, foram feitas 3.623 denúncias, uma média de 302 registros por mês. No período anterior, entre setembro de 2018 e setembro de 2019, o número chegou a 3.557, com média mensal de 296. No período de setembro de 2020 até o encerramento deste levantamento, foram apresentadas 3.003 delações, média de 429, por mês. A projeção esperada é de 5.148 comunicações até setembro de 2021, um aumento estimado de 42,09%, na base de dados do Disque-Denúncia.

Do início da parceria até o encerramento deste balanço, o tema mais em evidência relacionou-se com a covid-19, com 1.810 denúncias (26,74%). No entanto, em tempos de normalidade, não receberia mais do que 0,03% das chamadas, em Niterói. Outras relacionadas ao tráfico de drogas ficaram em segundo lugar, com 1.733 denúncias (25,61%). No período anterior à pandemia de covid-19, o comércio ilegal de entorpecentes correspondia a cerca de 37% das chamadas.

Assalto a transeuntes, roubos de carros e tiroteio também são assuntos classificados entre os mais comuns. Paralelamente ao tráfico, a maior parte das denúncias tem relação com o crescente conflito entre traficantes. Houve também aumento nas chamadas sobre a ação de milicianos, em Niterói, o que ficou mais aparente nas disputas por territórios, como as do Complexo do Fonseca e do Morro do Estado.



*Divulgação
do Disque-
Denúncia nas
redes sociais da
Prefeitura de
Niterói*

Considerações finais

O projeto Disque-Denúncia vem se mostrando estratégico para a área de segurança pública, somando-se ao conjunto de esforços do PNCV, os quais vêm promovendo a diminuição dos índices de violência na cidade. Desde o início, a parceria possibilitou que uma gama imensa de denúncias chegasse à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Guarda Civil Municipal, à Fiscalização de Postura e a demais órgãos do poder público, ajudando em investigações, na prevenção de delitos e na elucidação de casos.

A participação da sociedade tem sido de primeira grandeza, pois, diretamente interfere no combate de delitos, construções irregulares, maus-tratos contra idosos, crianças e minorias. O programa, dentre outros do Pacto, é vetor de aproximação da sociedade com a segurança pública ao fornecer informações que vão ajudar os órgãos públicos a criar um ambiente de bem-estar social. Isso gera um sentimento de pertencimento, reforça a cidadania e fomenta a credibilidade do serviço público.

Referências bibliográficas

- A TRIBUNA. Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil. 15/07/2019. Disponível em: <Niterói é a não capital mais desejada do país, diz pesquisa - A Tribuna RJ>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- BRASIL. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: <L13019 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.
- FACEBOOK. Disque Denúncia Niterói. 21/05/2021. Disponível em: <[2] Disque Denúncia Niterói — Publicações | Facebook>. Acesso em: 21 de maio de 2021.
- NITERÓI. Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021. Transfere, sem aumento de despesas, a gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Gestão do Disque-Denúncia, da Secretaria Executiva (SEXEC), para a estrutura da secretaria municipal de Ordem Pública (SEOP) e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 14065 2021 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.
- O GLOBO. Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil. 09/02/2019. Disponível em: <Niterói é eleita a não capital mais desejada do Brasil - Jornal O Globo>. Acesso em: 21 de set. de 2021.
- O SÃO GONÇALO. Foragido da Justiça de Sergipe é preso em Niterói. 10/06/2021. Disponível em: <Foragido da Justiça de Sergipe é preso em Niterói | JORNAL O São Gonçalo On-line (osaogoncalo.com.br)>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.
- PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA. Em 2018, Niterói saiu à frente e se destacou como a primeira cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a ter uma estação de trabalho específica dentro do Disque-Denúncia. Disponível em: <Disque-Denúncia | Pacto Contra a Violência (niteroi.rj.gov.br)>. Acesso em: 21 de set. de 2021.

12

**Plano de
Fortalecimento
da Guarda Civil
Municipal de
Niterói**

AUTORES

Etienne Mello Roiffé

Daianny Cristine Arruda de Jesus

Paulo Roberto Brito Junior

Renato Pacheco

Rodrigo Costa Rodrigues

Introdução

O Município de Niterói criou a sua Guarda Civil Municipal (GCM) na década de 1930, uma das organizações mais tradicionais do município, cuja tradição e história contabilizam mais de 80 anos de atuação no ordenamento público. Imbuída desses dois fortes elementos, tradição e história, e consciente da importância de seu papel institucional, a GCM vem passando por transformações de finalidade, atribuições, organização estrutural, vinculação administrativa e limitações de competência, buscando uma constante evolução e fortalecimento para atender as demandas da sociedade.

De acordo com o Estatuto¹ da Guarda Civil Municipal, a corporação atuava em diferentes funções na estrutura administrativa do município: (a) proteção do Paço Municipal; (b) proteção dos próprios municipais; (c) proteção das instalações dos serviços municipais; (d) exercer a vigilância dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins); (e) preservar a moralidade e o sossego público; (f) proteger a arborização das praças e jardins, a rede de iluminação, monumentos e outras obras públicas; (g) colaborar com os demais órgãos municipais no exercício do poder de polícia administrativo que lhes competir; (h) colaborar com as autoridades federais e estaduais, sempre que solicitada, de acordo com as diretrizes expedidas pelo órgão municipal de segurança.

Em um cenário de constantes mudanças e diversificação das demandas, foram realizadas alterações legislativas, federal e municipal, modificando e expandindo as atribuições da GCM. Gradativamente a instituição vem absorvendo essas mudanças, com vistas à sua redefinição legal, fortalecimento, proximidade junto à população e legitimidade da identidade profissional dos agentes. Essa redefinição trouxe novos con-



*Logo da
Guarda Civil
Municipal de
Niterói*

¹ Instituído pela Lei Municipal nº 2.838/2011.

tornos para sua missão de zelar pela ordem pública e manifesta-se como um de seus maiores desafios.

Para ilustrar como o plano aproxima a instituição das demandas cotidianas da cidade, destacamos um caso emblemático, acontecido em agosto de 2019. O agente André Luiz Taranto, guarda do grupamento motorizado de trânsito, socorreu Estefani Maniere Guimarães, grávida em trabalho de parto, durante um engarrafamento no Barreto, que foi provocado pelo sequestro de um ônibus interurbano. A situação interditou a Ponte Rio-Niterói e suas vias de acesso ao município. Diante da urgência, Taranto tentou abrir caminho em meio ao congestionamento, sem sucesso. Com a permissão do marido e da sogra de Estefani, o agente conduziu a gestante até o hospital, onde chegou a tempo do parto de uma linda e saudável criança. O agente ainda retornou ao Barreto para buscar Ronald Natam, o pai da criança, para que ele conhecesse a filha. “O guarda foi um anjo que apareceu na minha vida e na vida da minha filha”, disse a mãe em depoimento à imprensa.

*Agente GCM
acompanha
saída da
puérpera do
hospital*



Metodologia

Para a construção deste capítulo, revisamos a literatura de diversos instrumentos de planejamento e gestão que direcionam a atuação da Administração Municipal, a saber:

- O Projeto Niterói Que Queremos (NQQ) 2013-2033: elaborado em 2013, apresentou o Plano de Desenvolvimento Estratégico da cidade, com ampla participação social e previu objetivos estratégicos traçados até o ano de 2033. Nele temos as atividades direcionadas à Guarda, atribuições que são tratadas no eixo Niterói Organizada e Segura, em que também encontramos apontamentos diversos para a implementação de ações com foco no fortalecimento da GCM de Niterói.
- O Pacto Niterói Contra Violência (PNCV) lançado em 2018 pela administração do município. Trata-se de uma estratégia inovadora, elaborada com ampla participação da sociedade e que se articula de acordo com os desafios e objetivos previstos no NQQ. Ele aponta caminhos para a elaboração do Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói, especificamente, no que tange aos desafios constantes do eixo Convivência e Engajamento;
- O Plano Decenal da Guarda Civil Municipal², fruto do esforço e engajamento da corporação e de gestores do município. Esse plano, por sua vez, foi importante para a construção do Plano de Fortalecimento da Guarda, por conter dados, informações técnicas e estatísticas, diagnosticar necessidades e alinhar estratégias de planejamento e metas da instituição para a próxima década.

Também foi realizada análise de legislações, orçamento, organogramas, regimento interno, instrumentos de orientação operacional e relatórios da GCM. Consideramos o Planejamento Estratégico da Guarda Civil Municipal de Niterói, que contou com a colaboração de Arthur Trindade, vinculado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma importante obra técnico-científica, cujo conteúdo foi construído a partir

² O plano pode ser acessado, na íntegra, através do site do PNCV. <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/convivencia-e-engajamento/fortalecimento-da-guarda-municipal/>. Acesso em 02/02/2023.

do levantamento de legislações, dados e observação direta em relação à GCM de Niterói. Assim, o plano estratégico serviu como base para a construção do Plano Decenal, e foi a partir dessas referências nacionais e insumos pesquisados que o Plano de Fortalecimento da GCM, que representa um dos eixos no Plano Decenal, se alicerça.

Por sua complexidade, observamos que os municípios têm um importante papel na tomada de decisões para o desenvolvimento e execução de políticas públicas de segurança, da prevenção e enfrentamento à violência e à criminalidade. Niterói foi um dos municípios pioneiros no planejamento de ações inovadoras no segmento da Segurança Pública, com propostas de caráter preventivo, que atendem às demandas sociais e urbanas. Os investimentos e a atenção à formação dos agentes profissionais, que prezam pela qualificação que supera o aspecto legal das Políticas Públicas de Segurança Municipal, são pontos importantes.

Os investimentos na qualificação dos agentes da GCM mostraram-se ainda mais necessários diante do enfrentamento da crise sanitária e econômica na esteira da pandemia do novo coronavírus. Durante esse período a GCM assumiu novas atribuições na atuação junto à população, realizando ações voltadas à contenção do vírus como a aferição de temperatura corporal, fiscalização do uso de máscaras e bloqueios em locais estratégicos para monitoramento da mobilidade da população.

*Resgate
de animais
silvestres
pela Patrulha
Ambiental*



A partir da análise de um conjunto de dados qualitativos e quantitativos a seguir, apresentamos o projeto Plano de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal de Niterói. Ele aponta para a importância do planejamento em investimentos com vistas ao aperfeiçoamento, modernização e crescimento desta força, adequando sua estrutura física e humana – das rotinas operacionais, da ampliação e aprimoramento nas áreas de logística e de pessoal até a necessidade de reestruturação do Plano de Carreiras desta categoria profissional – a fim de acompanhar as constantes mudanças nas dinâmicas das políticas públicas de segurança.

O Plano de Fortalecimento da Guarda Municipal de Niterói

O Departamento Operacional (DOP), responsável pelo plano estratégico organizacional da GCM, planeja aprimorar os serviços prestados à população e aos órgãos públicos municipais de Niterói, refletindo o compromisso da categoria com o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida de seus munícipes. Elencamos os seus pontos principais:

- I - Integrar ações com as secretarias, outros órgãos públicos e os segmentos diversos da sociedade de modo a atender de forma rápida, eficaz e eficiente às demandas da população, mantendo a ordem pública e a percepção de segurança, promovendo a reestruturação da Patrulha Escolar e sua integração com a Secretaria municipal de Educação; da Coordenadoria de Trânsito e sua integração com a Niterói Transporte e Trânsito (NitTrans); da Coordenadoria de Apoio ao Serviço Social e sua integração com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SAS-DH); da estruturação do Núcleo de Atendimento ao Servidor e sua integração com a Secretaria Municipal de Saúde (MS) e Secretaria de Esporte e Lazer (SMEL); criação e estruturação da Coordenadoria Patrimonial e sua integração com a Secretaria Municipal de Administração (SMA);
- II - Reestruturar o DOP, racionalizando processos internos de tomada de decisão, fortalecendo sua estrutura e gestão interna por meio dos avanços da tecnologia da informação

à disposição, da elaboração de Procedimentos de Operação Padrão (Pops) uniformizando os protocolos operacionais, da implantação do Boletim de Ocorrência Eletrônico e implantando o Programa de Gestão de Resultados com indicadores e metas de desempenho;

III - Elaborar a matriz de responsabilidade para grandes eventos;

IV - Promover a formação, capacitação e desenvolvimento de competências dos guardas civis municipais, por meio de um novo modelo de formação continuada com planos de capacitação de trilhas de aprendizagem;

V - Fortalecer as estruturas físicas e materiais da GCM e garantir a eficiência alocativa dos recursos humanos;

VI - Construir as bases regionais, além de reformar e adequar as instalações existentes;

VII - Criar a Coordenadoria de Patrimônio;

VIII - Promover o Prêmio Guarda Cidadã de valorização de boas práticas e reconhecimento dos profissionais;

IX - Promover o fortalecimento e participação efetiva da GCM no Conselho Comunitário de Segurança, ampliando sua representatividade nesse segmento;

X - Reestruturar o plano de carreira, cargos e remunerações.

Assim sendo, o presente projeto, que compõe o Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, avançou algumas etapas e permanece implementando os demais eixos temáticos previstos no Plano Decenal, objetivando a construção e promoção de uma gestão democrática, com o desenvolvimento integrado das ações desse setor de segurança, dialogando com diversas áreas do poder municipal³ e com a sociedade. A dinâmica de trabalho adotada visa à constante melhoria e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados, observando a garantia dos direitos humanos e a cultura de paz na cidade.

3 Cabe citar algumas dessas áreas: a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Administração (SMA), a Secretaria Municipal de Educação (SME), assim como outros segmentos públicos como o Conselho Tutelar e o Corpo de Bombeiros.

Redefinição da missão da Guarda Civil Municipal em atendimento às demandas

A função da GCM se restringia à proteção dos municipais (praças, prédios públicos, hospitais), mas atualmente foi direcionada para o desempenho de diferentes funções na estrutura administrativa do município. As atividades desenvolvidas no cotidiano dos agentes vai desde a vigilância de logradouros públicos até a prestação de serviços municipais, colaborando com demais órgãos de segurança municipais e estaduais, no exercício do poder de polícia e no auxílio às atividades de segurança pública.

Para a elaboração desse novo cenário, foi necessário avaliar as alterações no sistema legal e estrutural que define as atribuições da GCM. Isso para que haja maior concentração das suas atividades no zelo pela ordem pública, proteção dos próprios munícipes e combate às ações criminosas.

Os dados abaixo apresentados, extraídos dos Boletins de Ocorrência da GCM de Niterói (BOGCMN), entre janeiro de 2018 a junho de 2021, retratam a diversificação e o crescente volume de demandas atendidas pela corporação, que não eram contempladas nas suas atribuições originais.

ATENDIMENTOS REQUISITADOS À GCM ENTRE JANEIRO DE 2018 E JUNHO DE 2021

CÓDIGO	NATUREZA DAS DEMANDAS	2018	2019	2020	2021 (ATÉ JUN.)	TOTAL
001	CRIMES	224	294	65	31	614
002	CONTRAVENÇÕES	130	57	74	97	358
003	POSTURAS	1363	1942	818	190	4313
004	MEIO AMBIENTE	1594	1899	1211	906	5610
005	TRÂNSITO	748	707	263	178	1896
006	ASSISTENCIAIS	1238	1362	403	238	3241
007	DIVERSAS	1373	2328	1300	887	5888
TOTAL		6670	8589	4134	2527	21920

Fonte: Confecção do OSPNit. 2021.

Entre as alterações estruturais da instituição previstas pelo plano, encontra-se o projeto de reestruturação do Departamento Operacional (DOP), considerando uma atuação

coordenada e integrada dos fluxos e processos das seguintes áreas internas: divisão de controle documental; divisão de processos; divisão de planejamento estratégico; e divisão de controle de informações. Desta forma, o DOP passaria a ter suas atribuições organizadas e suas atividades executadas da seguinte forma:

- Divisão de Controle Documental: desenvolve um manual, um conjunto de regras e procedimentos técnicos, para documentação das atividades realizadas, o que auxiliará a Inspetoria Geral na tomada de decisão;
- Divisão de Processos: monitora os processos, que visam à autonomia funcional dos diversos setores, garantindo que sigam seu fluxo com uniformização e métodos;
- Divisão de Controle da Informação: garante a integridade e uniformização da informação. Serão também obedecidos os protocolos de acesso e sigilo de dados na informação.

Para fins de planejamento e otimização das rotinas do setor, foram apresentadas as seguintes propostas: a reestruturação do DOP; ações que promovam uma maior integração com o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP); e a uniformização dos protocolos operacionais. O Plano de Reestruturação do DOP aponta a necessidade de modernização do setor, dividindo-se em: estrutura física, material, recursos humanos, instrução de serviço e avaliação de resultados, cujas especificidades são:

- A estrutura física tem de adequar-se para comportar os equipamentos necessários;
- A estrutura material fornece condições de trabalho para a equipe do DOP, bem como possibilita o atendimento célere na prestação de serviços e atividades de urgência;
- Os recursos humanos são os guardas civis municipais;
- As instruções de serviço são destinadas a orientar os integrantes da GCM sobre as alterações procedimentais;
- As avaliações de resultado serão feitas pelo DOP por meio do levantamento de informações operacionais, detalhadas nos relatórios de serviços e outras fontes de dados;

- A responsabilidade de ordem operacional é planejar as operações e assessorar o Inspetor Geral nas tomadas de decisão.

A base para a integração entre o DOP e o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) será a efetiva comunicação de serviço operacional por meio do DOP Online, o que acelerará o fluxo das informações, durante a execução da ordem de serviço, que acionará o atendimento de demandas. Ele também servirá como um canal de comunicação para envio de sugestões, reclamações e elogios.

A uniformização de protocolos se deu a partir de análises e comparações dos procedimentos operacionais de diversos entes federativos. Nesse sentido, os profissionais devem ser instituídos sobre o procedimento padrão (Pop), que será posteriormente avaliado, gerando subsídios individuais para alcançar a excelência. Busca-se assim uma avaliação profissional constante.

Para finalizar, foram detalhados os mecanismos de institucionalização do Plano Estratégico. Diante da complexidade que envolve o tema da Segurança Pública e Ordenamento Urbano, faz-se necessário planejamento. Nesse sentido, o setor buscará evoluir, ainda mais, no assessoramento da Inspetoria Geral para tomada de decisão.

Estruturação do plano de carreira

A respeito da reestruturação do plano de carreira, cargos e remuneração da GCM, a Constituição Federal da República prestigia o instituto da carreira. A reestruturação do plano, portanto, visa a alinhar e compatibilizar suas disposições às normas constitucionais, que preveem o instituto da carreira como um direito do servidor à evolução funcional, o que não se confunde com o acesso a cargos por nomeação.

O direito a um plano de carreira, seguindo o elenco das referências constitucionais, deve ser previsto como direito à projeção, crescimento dentro do plano institucional organizacional. E, nesse sentido, deve-se também fixar padrões de vencimentos e demais componentes do sistema remuneratório, de acordo com a evolução, assim considerando “a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos

componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos” (BRASIL, 1990)⁴.

A Administração Pública pode avançar não somente porque tem o dever de observância às disposições constitucionais, mas, principalmente, pelo compromisso com o fortalecimento, desenvolvimento e satisfação de seus funcionários. Um plano de carreira, cargos e remunerações ultrapassa a facilidade na mensuração de ações e resultados. Afinal, a satisfação dos trabalhadores colabora para o sucesso administrativo de um município de forma geral.

A respeito do corpo de funcionários apontamos que a realização dos últimos concursos, ocorridos em 2014 e 2019, tiveram significativa relevância para a GCM, uma vez que além de ampliar o efetivo, que passou a contar com cerca de 675 agentes, sendo 119 mulheres (GFEMs) e 556 homens (GCMs), contribuiu para o fortalecimento da estrutura como um todo.

*Agentes CGM
Niterói*



Hoje cerca de metade da estrutura da GCM é composta por agentes com nível superior completo. Isso possibilitou a

⁴ Art. 39, §1º, I a III, com a redação da EC 19 (BRASIL, 1990).

inclusão no Plano de Fortalecimento da GCM em um conjunto de ações articuladas, destinadas não só ao aproveitamento das competências pessoais e profissionais já existentes, como também, a promover a formação e o desenvolvimento contínuo dos agentes, em parcerias com instituições públicas e privadas, o que resulta em servidores com alta capacitação.

Considerações finais

Por fim, concluímos que o plano manifesta a elaboração de um trabalho baseado em evidências, com relevância no seu profissionalismo e qualidade, trazendo, aos nossos olhos, previsões positivas de aperfeiçoamento e crescimento institucional. Há expectativas para a sua efetiva concretização. Concluímos que o comprometimento, tanto dos próprios agentes quanto da administração pública direta, enquanto gestão administrativa, financeira e orçamentária, com suas atribuições e competências, é fundamental para tornar tudo isso possível, pois investir no desenvolvimento de políticas públicas representa também avanços no fortalecimento da organização e do município.

Referências bibliográficas

- A TRIBUNA. Guarda Municipal socorre grávida em trabalho de parto durante engarrafamento em Niterói, 21/08/2019. Disponível em: <Guarda Municipal socorre grávida em trabalho de parto durante engarrafamento em Niterói - A Tribuna RJ>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- _____. Lei nº 13.002, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: <L13022 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 308, de 27 de dezembro de 1937. Disponível em: <cria3a-7c3a3o-guarda-municipal-de-niter c3 b3i-28dez2014.pdf (wordpress.com)>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- DIÁRIO MUNICIPAL DE NITERÓI. Deliberação nº 1.448, de 28 de dezembro de 1937. Disponível em: <cria3a7c3a3o-guar-

- da-municipal-de-niter c3 b3i-28dez2014.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE NITERÓI. Revista Científica Guardiões de Niterói , volume 1, 2018 – ISSN 2595-1254. Centro de Formação e Qualificação de Guardas.
- NITERÓI. Lei Ordinária de Niterói nº 2838, de 30 de maio de 2011. Institui o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Niterói e cria a Corregedoria Geral da Guarda Civil de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <lei-ordinária-de-niterc3b3i _rj-nc2ba-2838_2011-de-30_05_2011-estatuto.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 11 de ago. de 2021.
- _____. Lei Ordinária de Niterói nº 3077, de 27 de fevereiro de 2014. Instituiu o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <Lei Ordinária 3077 2014 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)→ Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- PREFEITURA DE NITERÓI. Secretaria Municipal de Ordem Pública. Resolução SEOP nº 009, de 18 de setembro de 2014. Institui o Regimento Interno da Guarda Civil Municipal de Niterói. Disponível em: <regimento-interno-res-seop-09-do-de-27set20141.pdf (wordpress.com)→. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- TRINDADE. Arthur. Guarda Civil Municipal de Niterói. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

13

**A mediação de
conflitos como
via estruturante
para a cultura da
paz na construção
de cidades
inteligentes**

AUTORES

Joana Tânia Pereira dos Anjos Raphael

Luisa Vianna Assumpção

Introdução

O presente capítulo pretende descrever o planejamento e o início do Programa Rede Mediar, reunindo informações dos acervos do Pacto Niterói Pela Paz e do programa, além da memória e conhecimento das gestoras envolvidas no processo. Em resposta às demandas da sociedade civil, definiu-se o lançamento do Programa de Mediação de Conflitos, no âmbito do Plano Municipal de Segurança Pública, chamado, inicialmente, Pacto Niterói Pela Paz, proposto pela Arquidiocese de Niterói, em audiência pública, realizada em março de 2018.

Com o lançamento da Rede Mediar, em 2019, a Prefeitura Municipal de Niterói reforçou a prevenção da violência, implementando a metodologia dialógica da mediação, um dos meios adequados para a solução de conflitos que administra os interesses das partes com a intermediação de um terceiro. Para isso, é fundamental o empenho entre os atores envolvidos na solução de suas divergências, a promoção de autonomia e a empatia para melhorar a convivência e fomentar a cultura de paz.

A mediação aborda os conflitos, valorizando os pontos de convergência. Essa ação é realizada pela figura dos mediadores entre particulares como meio de solução de controvérsias. O mediador é capacitado para trabalhar técnicas e usar ferramentas a fim de contribuir para a retomada da comunicação entre as pessoas. Além de estimular que os mediados, por meio de exercícios de autonomia e colaboração, solucionem suas diferenças. Surlo e Dias (2010) afirmam que o efeito pedagógico da mediação é aferido pelo fluir da comunicação nas relações sociais, uma vez que todos podem aprender sobre o outro e a lidar com as problemáticas do cotidiano pela comunicação. Percebe-se que a mediação previne conflitos e encerra ciclos já instaurados. Junto com ela, há ainda outras práticas



*Logo do
Projeto Rede
Mediar*

consideradas adequadas à solução de conflitos e construtoras da cultura de paz, tais como: as práticas colaborativas, a comunicação não-violenta e a justiça restaurativa.

Política pública de mediação de conflitos em Niterói

Niterói tornou-se a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro a instituir uma normativa sobre política pública de mediação de conflitos. O Decreto Municipal nº 13.380/2019 regula, implementa e fortalece as ações do programa, garantindo princípios, objetivos e previsões de atuação da Rede Mediar. Em seu artigo 5º, o Decreto prevê a implementação de mediação comunitária, de mediação escolar, da capacitação de servidores municipais e da justiça restaurativa para adolescentes em conflito com a lei. Nos demais artigos, prevê as linhas gerais para implantação da política pública com encaminhamentos para articulação e implantação de cada um desses itens previstos. Ainda no artigo 4º do Decreto, está prevista a construção de programas de mediação com a sociedade civil e com diversas instituições, inclusive religiosas, uma das marcas da criação da Rede Mediar.

A instituição da parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), foi o primeiro passo da Rede Mediar antes mesmo do convênio ser assinado em outubro de 2019. O Nupemec fomenta políticas públicas de mediação de conflitos e apoia a implantação de iniciativas governamentais, como a de Niterói. Foram realizadas atividades formativas para líderes comunitários, com apoio da Federação das Associações de Moradores de Niterói (FamNit), da sociedade civil e equipes da prefeitura, sobretudo na mediação de conflitos escolares, mediação familiar e oficina de convivência. O intuito, na época, foi apresentar e aproximar as pessoas da mediação de conflitos.

A Rede Mediar, em conjunto com a FamNit, definiu locais para receber os núcleos de mediação e o desenho de divisão das regiões. Além disso, as Organizações Sociais Religiosas ligadas ao Movimento Ecumênico de Niterói, à Comissão de Sistemas de Gestão de Conflitos da OAB Niterói e às Câmaras Privadas de Mediação da Cidade, também somaram esforços para a

construção da Rede Mediar. Os líderes religiosos, com grande influência social nas comunidades, atraíram grupos que o poder público não alcança, portanto, são importantes no processo de divulgação ou sediação da mediação (MOURÃO; NAIDIN, 2009).



Em agosto de 2019, foi lançada a Rede Mediar com a presença do prefeito Rodrigo Neves e do desembargador César Cury. Em outubro, foi assinado o Convênio com o TJ-RJ para formação de duas turmas de mediadores comunitários pelo Nupemec, prevendo também a formação de multiplicadores, que garantissem a continuidade dessa política pública e da mudança de cultura.

*Primeira
reunião
com líderes
comunitários,
em 2019*

No mesmo ano, Niterói foi escolhida para sediar o 3º Encontro Estadual de Mediadores do Nupemec, em outubro. O encontro foi uma parceria entre a prefeitura e a sociedade civil. Segundo Mourão e Naidin (2009), a compreensão dos moradores da comunidade sobre a aplicabilidade dessa ferramenta e a apropriação do projeto faz com que ele seja duradouro, um requisito fundamental para os projetos sociais. A prova disso foi o pedido de manutenção da formação de líderes pela Rede Mediar, durante a pandemia de covid-19, em 2020, o que resultou na criação do Desatando Nós, uma alternativa da Rede Mediar para o contexto de isolamento social e

suspensão das atividades presenciais. Desatando Nós trata sobre os métodos de solução de conflitos e suas aplicações no cotidiano por meio de textos e vídeos com diretrizes, práticas de algumas técnicas, atuações sobre o tema e, sobretudo, da comunicação não-violenta¹.



*Lançamento
da Rede
Mediar no
MAC, em
agosto de 2019*

Em 2020, a FamNit solicitou também a realização da formação de mediadores comunitários, de forma remota. Com isso, construiu-se com a primeira turma online de formação de mediadores comunitários de Niterói pela Rede Mediar, da qual participaram líderes comunitários de diferentes regiões e servidores municipais, entre eles, membros da equipe Pacto Niterói Contra Violência (PNCV) e da Guarda Municipal.

Ainda em 2020, a Rede Mediar realizou formação sobre gestão de conflitos no contexto escolar para as equipes dos dois Espaços Nova Geração (ENG) com a gerente Luísa Assumpção e em parceria com o projeto De Coração Para Coração, em que foram apresentadas a mediação de conflitos e a justiça restaurativa, via plataforma online, no período de medidas de isolamento social.

¹ Os conteúdos do Desatando Nós encontram-se disponíveis no portal do Pacto Niterói Contra a Violência. http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/noticias_redemediar

Além dos impactos da pandemia, o ano de 2020 foi marcado pelas mudanças organizacionais na gestão municipal, entre elas a criação da SMDH e a vinculação da Rede Mediar à essa nova secretaria, alinhada ao PNCV.

Em 2021, para implementar o Espaço Mediar, no Centro, uma das principais dificuldades foi a ausência de mediadores contratados, pois a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) havia sido criada recentemente e não dispunha de recursos. A solução foi a realização de uma parceria com a Guarda Civil Municipal (GCM), que mantém na grade de formação de seus agentes a disciplina Mediação de Conflitos e já possuía profissionais formados em mediação. Prontamente, 19 agentes se voluntariaram para trabalhar nas capacitações de novos mediadores. Assim, a oficina sobre Mediação de Conflitos no Espaço Escolar, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos, aconteceu em 9 de junho, no Auditório Antônio Cláudio Nogueira, na Cidade da Ordem Pública, no Barreto, Zona Norte de Niterói. A oficina capacitou cerca de 35 guardas para atender às demandas das escolas. Para Joana Raphael, gerente atual da Rede Mediar, a resolução de conflitos está intimamente ligada aos profissionais da linha de frente, aqueles que atuam em contato direto com a população:

Preparar cada vez mais quem trabalha na linha de frente nas escolas, em contato direto com as nossas crianças, é fundamental para diminuir alguns índices negativos como, por exemplo, o processo de evasão escolar. Nesse sentido, qualificar o serviço dos guardas na resolução de conflitos é fundamental, pois muitas vezes são eles os primeiros a serem chamados quando ocorrem problemas sérios entre alunos. (PNCV, 2021)

Nas palavras do GCM Macedo, coordenador de Patrulhamento Escolar da GCM, para um atendimento às crianças e aos adolescentes é necessário agregar mais ao serviço de patrulhamento escolar para o retorno às aulas. Segundo ele, é importante “ter profissionais prontos a enfrentar os novos desafios que o cenário de pandemia gerou” (PNCV, 2021). Nesse sentido é que a Rede Mediar segue na missão de im-

plementar a cultura da paz por meio de Centros de Mediação Comunitária, capacitação de servidores e ações concretas junto aos cidadãos. Entre as metas dos cem primeiros dias de gestão, houve a criação da 1ª Câmara Pública Municipal de Gestão de Conflitos, em 23 de março de 2021.

A mediação de conflitos no contexto do acesso a direitos humanos

Encorajamento e facilitação são partes do processo dialógico para as partes compreenderem suas responsabilidades, pois o conflito, seja qual for, tem origem nas diferenças de interesses. As percepções subjetivas devem ser manifestadas, assim como o que levou ao conflito. Um dos principais objetivos nas sessões é que as partes estejam dispostas a conviver melhor, porque o diálogo instaura a confiança entre os sujeitos, rompe silêncios e implica uma autocrítica, pensar a coletividade e a realidade conflituosa (FREIRE, 2005). Se o diálogo instaura a confiança, logo, a falta dele pode resultar no desacordo inerente à condição humana. A carga positiva ou negativa do conflito não depende simplesmente da sua existência, mas da capacidade ou incapacidade do sujeito de geri-lo de uma forma eficiente e avaliada em seu alcance transformador. Segundo Sales:

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas nesse conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. (2007, p.23).

Além de melhorar as relações cotidianas, a mediação transforma embates em oportunidade de transformação social e crescimento, tornando-se política pública municipal e via estruturante para a cultura da paz na construção de cidades inteligentes, como Niterói. As cidades inteligentes primam pela inovação. A construção de uma visão de futuro decorre de repensar a cidadania à luz da contemporaneidade,

da busca de caminhos mais flexíveis, de uma redefinição de atitudes diuturnas promovendo uma maior responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos.

Cidades inteligentes são as que utilizam conceitos e técnicas de gestão para melhorar o desenvolvimento local em conjunto com os cidadãos, gerando benefícios de caráter econômico, social e ambiental com base na adoção de novas tecnologias. Elas unem os conceitos de cidade sustentável e cidade digital, onde o foco é a melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento e monitoramento de drivers e indicadores. (GUEDES, 2020)

Um dos objetivos na gestão das cidades inteligentes é diminuir a problemática urbana causada pelo crescimento desordenado, ouvindo e valorizando as informações recebidas da população para subsidiar decisões que favoreçam a qualidade de vida dos cidadãos, aliando tecnologia e análise de dados nesse processo complexo. Esse processo histórico de crescimento desordenado também ocorreu em Niterói, cidade que recentemente conquistou posições de primeiro lugar em governança do Brasil e nona cidade mais inteligente no ranking Connected Smart Cities 2021. A classificação, desenvolvido pela Urban Systems, mapeia as cidades com mais de 50 mil habitantes (666 cidades) e define aquelas com maior potencial de desenvolvimento. Trata-se também de um fórum de discussão entre os setores público e privado sobre novas ideias e dados para a construção de políticas públicas humanas, inovadoras e sustentáveis.

A premiação demonstra que políticas públicas, como a mediação de conflitos, proposta em audiência pública, quando aprimoradas influenciam diretamente a vida cotidiana da população, incrementando a qualidade de vida, fomentando oportunidades e a participação popular. Portanto, provoca impacto social, principalmente quando os cidadãos se apropriam e usufruem da iniciativa.

Mediar conflitos é um processo que envolve várias etapas, incluindo a publicização, sendo essa a próxima etapa em re-

lação à mediação de conflitos. Para reverter esse gargalo no município de Niterói, a SMDH pretende colocar em ação um plano de comunicação, a curto prazo, com a participação de associações de moradores, recreativas e comerciais e instituições religiosas, e inaugurar a Rede Mediar Cantagalo e a Rede Mediar Fonseca.

Considerações finais

Cientes de que a mediação de conflitos propicia uma justiça mais humana, é importante que a sociedade aproprie-se dessa política pública. Ao prevenir e solucionar os conflitos, orientar e conscientizar sobre direitos e deveres, o projeto ainda reflete sobre o exercício da cidadania plena num contexto de profunda desigualdade socioeconômica. Por isso a importância da participação cidadã na construção de soluções adequadas para demandas cotidianas que podem resgatar a autoestima dos sujeitos e despertá-los para a autonomia e acesso à garantia de direitos.

Desde os primórdios, a meta da Rede é a instalação de 10 Câmaras Públicas de Mediação de Conflitos, tanto em espaços públicos quanto em parcerias com instituições da sociedade civil. Atualmente, a Rede Mediar, localizada no Centro, atende solicitações de qualquer bairro. Contudo, um plano de expansão está em andamento, uma vez que a proximidade geográfica desses espaços com a comunidade traz benefícios, pois é vital que os mediadores comunitários pertençam aos territórios atendidos. Quanto mais mediadores estiverem capacitados, a mediação tornar-se-á água de qualidade que jorra em todos os territórios.

Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia [recurso eletrônico]. 2002. Disponível em: ← http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338 →. Acesso em: 18 de set. de 2021.
- GUEDES, André apud FONSECA, Adriana. Especial cidades do futuro: o que são cidades inteligentes, afinal? 2020. Disponível em: ← <https://www.whow.com.br/tecnologia/cidades-inteligentes-o-que-sao-afinal/> →. Acesso em: 18 de set. de 2021.

MOURÃO, Barbara; NAIDIN, Silvia. Mediação comunitária no Brasil: Diálogo entre conceitos e práticas. Rio de Janeiro: CE-SeC/Mediar, 2019.

PREFEITURA DE NITERÓI. Decreto no 13.380, de 8 de novembro de 2009. Regula e implementa a Mediação de Conflitos como integrante da Política Pública de Segurança no Município de Niterói. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/decreto/2019/1338/13380/decreto-n-13380-2019-regula-e-implementa-a-mediacao-de-conflitos-como-integrante-da-politica-publica-de-seguranca-no-municipio-de-niteroi?r=p>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

_____. Rede Mediar capacita Patrulha Escolar em Mediação de Conflitos. Pacto Niteroi contra violência, 2021. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/2021/06/17/rede-medar-capacita-patrulha-escolar-em-mediacao-de-conflitos/>>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

SALES, Lilia Maia de Moraes. Mediar: um guia prático para mediadores. Ed. Fortaleza: UFC, 2007, p. 23.

SURLO, Gerlis; DIAS, Maria Tereza. Mediação e Cidadania nos Núcleos de Prática Jurídica: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. Publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Fortaleza (CE), em junho de 2010.

Sobre os autores

Alexandre Teixeira Trino – Doutor em Informação e Comunicação (ICICT/FIOCRUZ), coordenador do Consultório na Rua (SMS).

Ana Eppinghaus – Mestre em Estudos de Saúde Coletiva (UFRJ), graduada em Medicina UERJ, coordenadora da COVG.

Ana Vieira – Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), graduada em Administração (FEF-RJ) e gerente do Programa Poupança Escola da Prefeitura Municipal de Niterói (PMN).

Analice de Cól – Graduanda em Publicidade e Propaganda (UFF). Assistente de comunicação II da Organização Social Viva Rio (maio de 2020 a janeiro de 2021).

Anderson Pipico Rodrigues – Secretário Municipal de Participação Social.

Bárbara da Silva Siqueira – Presidente do Grupo Executivo Caminho Niemeyer e Gerente do Programa Espaço Nova Geração.

Camila Gonçalves – Mestranda em Sociologia (PPGSO/UFF) e Bacharel em Direito (UCAM), advogada.

Carlos Mário Neto – Gerente do Escritório Social.

Claudia Marcia Osório Xavier de Almeida – Mestre em Educação Profissional em Saúde (EPSJV/ FIOCRUZ), Graduada em Serviço Social (UFF). Assistente Social da Policlínica Regional de Saúde Dr. Guilherme Taylor March e Técnica do Projeto Escola da Família.

Daiani Castanheiro – Assessora Jurídica do Escritório Social.

Daiany Cristine Arruda de Jesus – Pós-graduada em Civil e Processo Civil (Universidade Cândido Mendes), bacharela em Direito (Universidade São José) e guarda civil municipal de Niterói.

Débora Targino – Bacharel em Serviço Social, pós-graduada em Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Gestora do projeto Niterói Jovem Eco Social pela Firjan.

Etiene Mello Roiffé – Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil (ESA), bacharela em Direito e guarda civil municipal de Niterói.

Fabiola Rodrigues de Miranda – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Francisco Lima Torres – Licenciatura plena em Letras, Língua Portuguesa e Literatura (Universo). Especialização em Gestão de Processos Educativos, Direção e Supervisão Escolar (UERJ). Diretor de Ensino e Pesquisa, coordenador de Inteligência Municipal e gestor do Programa Disque-Denúncia, na Secretaria de Ordem Pública (SEOP).

Guilherme Ribeiro – Subsecretário de Obras na Prefeitura Municipal de Niterói e gerente do Programa Ação Territorial Integrada na Viradouro.

Gustavo Rodrigues – Assessor Técnico do Projeto Niterói Jovem Eco Social - Secretaria Municipal de Participação Social- SEMPAS/PMN.

Jaime Everardo Platner Cezario – Mestre em Ensino na Saúde (EEAAC/UFF), Graduado em Enfermagem e Obstetrícia (UFF), Enfermeiro da FMS/Niterói e SES/RJ e Técnico do Projeto Escola da Família.

Joana Tânia Pereira dos Anjos Raphael – Relações públicas e jornalista. Gerente da Rede Mediar e coordenadora do Observatório Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Ompir/Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Niterói). Pesquisadora convidada do Programa Desenvolvimento e Educação Theotônio dos Santos (IFHT-UERJ); especialista em Educação Profissional (UERJ) e Educação e Relações Étnico-raciais (UFF). Integra o Observatório da

Laicidade na Educação (OLÉ) e é pesquisadora associada da Associação Brasileira de Pesquisadore/as Negro/as (ABPN). Cofundadora da Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro).

Juliano Coelho Figueiredo – Mestrando em Comunicação (PPGCOM/UFF) e Bacharel em Estudos de Mídia (UFF).

Kátia Regina de O. A. Rocha – Mestre em Pesquisa Clínica (INI/FIOCRUZ), Graduada em Serviço Social (UFF), técnica do Projeto Escola da Família.

Laurimar Auxiliadora Lopes – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Luciano dos Santos Avelar – Graduado em Gestão de Avaliação (Cesgranrio), chefe do Observatório de Segurança Pública de Niterói (PMN).

Luisa Vianna Assumpção – Pós-graduanda em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família na (AVM/UCAM), advogada (UFF). Mediadora de Conflitos (Equilibre, 2019), gerente da Rede Mediar (2018-2021) e idealizadora do Desatando Nós. Assessora técnica do PNCV e representante/PNCV na Rede Piece in our Cities (2021).

Luiz Felipe Ourives Belmont – Bacharel em Direito (UCAM), diretor jurídico da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura Municipal de Niterói.

Maira Lacerda Santa Fé – Jornalista.

Maria Célia Vasconcellos – Especialista em Gestão em Saúde (FIOCRUZ), graduada em Serviço Social (UFF), vice-presidente da VIPACAF (FMS).

Maria José Soares Pereira – Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), graduada em Serviço Social (UFF), gerente do Projeto Escola da Família(FMS/PNCV).

Maria Martins de Almeida – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Mariana Ramos G. F. de Almeida – Mestre em Ciências do Cuidado (UFF), Especialista em Saúde Coletiva (UFF) e graduada em enfermagem. Sanitarista. Técnica da Assessoria de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Coordenação de Vigilância em Saúde de Niterói (VIGIDANT/ COVIG).

Myrian Coelho C. da Cruz – Doutora em Saúde da Mulher e da Criança (IFF), graduada em Nutrição (UFRJ), sanitarista (Desum/FMS).

Níveve Belangieri – Graduanda em Segurança Pública e Social (INEAC/UFF) e Gestão de Segurança Privada (Universidade Estácio de Sá). Assessora na Secretaria Municipal de Educação de Niterói.

Odila Curi – Especialista em Saúde Materna e Infantil (MS), graduada em Serviço Social (UFF), assessora Técnica (Desum/VIPACAF/FMS)

Paula Cunha Pereira – Licenciada em Pedagogia (UniRio). Supervisora pedagógica do Espaço Nova Geração.

Paulo Roberto Brito Junior – Pós-graduado em Administração Pública, bacharel em Segurança Pública (Universidade Estácio de Sá) e guarda civil municipal de Niterói.

Philipe Rocha Silva – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Raimundo Nonato Nascimento – Técnico do Consultório na Rua - PMF/VIPACAF/FMS.

Renato Pacheco – Pós-graduado em Segurança Pública e Municipal, bacharel em Direito(Universo) e guarda civil municipal de Niterói.

Rodrigo Costa Rodrigues – Pós-graduado em Penal e Processual Penal (Faculdade Uni Dom Bosco), Constitucional e Administrativo (Universidade Estácio de Sá), Português Jurídico (Faculdade Alfa América), bacharel em Direito (UFF) e guarda civil municipal de Niterói.

Rodrigo Oliveira – Médico Sanitarista (FSM), presidente do (COSEMS/RJ), secretário de Saúde (SMS/Niterói).

Ronald dos Santos Quintanilha – Pedagogo, professor da Rede Municipal de Educação de Niterói, servidor da Fundação Municipal de Educação de Niterói. Especialista em Psicopedagogia e Terapia de Família, Mestre em Política Social (UFF).

Rosidaili dos Santos Santana – Mestre em Ciências do Cuidado (UFF), graduada em Enfermagem (UFF), sanitarista (VIGIDANT/COVIG/ FMS).

Rubia Secundino – Graduada em Biologia (FAMATH) e secretária de Governo (PMN).

Severine Carmem Macedo – Graduada em Pedagogia (UERGS), doutoranda e mestre em Educação (PPGEdu/UNIRIO). Foi secretária nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República (2011/2014). Em Niterói, foi coordenadora de Monitoramento do Pacto Niterói Contra a Violência e subcoordenadora do Núcleo de Gestão Estratégica. Atualmente é subsecretária de Avaliação de Políticas Públicas e Gestão da Informação, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (Seplag).

Solange Tubino – Graduada em Geografia (UFF), pós-graduada em Leitura e Produção Textual (Faculdade Signorelli) e assessora técnica da FME/PMN.

Thayana Miller – Graduada em Serviço Social (FASG) e assessora técnica da Proteção Social Básica (Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária/PMN).

Vilde Dorian – Graduado em Serviço Social (PUC-RJ) e secretário Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES/PMN).

Vinicius Wu – Mestre e doutorando em Comunicação Social (PUC-RJ), graduado em História (UFRJ) e secretário Municipal de Educação (PMN).

Wesley Eduardo Dos Santos Oliveira – Pós-graduando em Administração Pública (EBAP/FGV), Bacharel em Relações Internacionais (UFF), coordenador de Juventude da Prefeitura Municipal de Niterói e gerente do Programa Banco de Oportunidades.

Agradecimentos

Agradecemos aos gestores, assessores, estagiários, funcionários, guardas municipais, voluntários, parceiros e aos profissionais das mais variadas áreas, sem os quais a co-governança e a implementação de nossas ações não seria possível.

Agradecemos aos representantes das secretarias e coordenadorias integrantes do Comitê Integrado de Prevenção, instituído pelo decreto municipal nº 13.378/2019 e por sua corrigenda publicada em 2021, Rodrigo Neves, Axel Graef, Paulo Bagueira, Maria Célia Vasconcellos, Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino, Bira Marques, Maria das Graças Silva Raphael, Rodrigo Alves Torres Oliveira, Flávia Monteiro de Barros Araújo, Vinícius Wu, Lincoln de Araújo dos Santos, Giovanna Victor, Ellen Cristine Bonadio Benedetti, Flávia Mariano, Elton Teixeira, Raphael Costa, Rafael Adonis de Assis Filho, Miguel Andrade Vitoriano, Anderson Pipico, Victor de Wolf, Leonardo Giordano, Alexandre de Souza Santini Rodrigues, Gilson Chagas e Silva Filho, Paulo Henrique Azevedo de Moraes, Maurício Santos de Moraes, Eurico José de Albuquerque Toledo, Rafael Robertson Oliveira Figueira, Luis Carlos Gallo de Freitas, Rubens Tavares Goulart, Luiz Paulino Moreira Leite, Lindalva Cid, Vania Christina Macieira Couto de Miranda, Fábio Domingos da Costa, Comte Bittencourt, José Haddad, Demerval Teixeira Casemiro, Marília Ortiz, Oto Bahia, Renato da Gama Barandier Júnior, Caio Viana, Valéria Braga, Ana Lúcia Fernandes Pereira, Karina de Paula, Fernanda Sixel, Adriano da Silva Queiroz, Celecina Rodrigues dos Santos, Glória Maria Anselmo de Souza, Priscila dos Santos Pinheiro, Felipe Carvalho, Wesley Eduardo dos Santos Oliveira e Luisa Vianna Assumpção, cuja atuação tem sido essencial para a construção do Pacto Niterói Contra a Violência e para o estabelecimento das políticas de prevenção à violência durante esses anos.

Ao Escritório Geral de Projetos (EGP) e à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, cujas ações estratégicas têm possibilitado a conexão de nossas ações locais com iniciativas globais. À Rede Urban95 e à Rede Peace in Our Cities pela parceria para o desenvolvimento dessas iniciativas.

Aos colaboradores da nossa equipe e aos que a compuseram ao longo dos quatro anos de implementação: Andréia Nogueira Porto, Andréia Aleixo Bittencourt, Renato Lutterback Dias Duarte, Liliane de Mello Rosette Gomes Pinto, Pedro Paulo Salles Pontes, Iohan Correa Cavalcanti, Renata Goncalves Valentim, Rosangela de Oliveira Aguiar, Tania Gomes Franco, Adriana de Oliveira, Felipe Pereira Neves Lima, Juliana Pereira de Aguiar, Leniana Mancebo, Gabriel da Silva Rocha Valim, Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Schilke, Andrea Bello, Lauane Baroncelli Nunes, Rafaela de Oliveira Lopes, Erica dos Santos Guimarães, Alexandre Sampaio, Rodrigo Bronzo. Aos Guardas Civis Municipais que acompanham nossas atividades diariamente na sede, Artur Soares da Silva, Marcos da Silva Antunes, Danilo de Jesus Eufrásio, Fabrício Gomes da Silva; à equipe do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Governo e da Secretaria Executiva pelo suporte nos processos de implementação e monitoramento, em especial aos professores Alessandra Mendes e José Henrique Antunes. Agradecemos à Roni Filgueiras, Maíra Contrucci Jamel, Lionel Mota, Vanessa Braga, Simone Botelho, Simone Porto e todos os profissionais que estiveram envolvidos com os processos de editoração dos volumes 1 e 2 de nossos livros, em especial à Chris Fuscaldo e ao Jordão Pablo de Pão cuja expertise no processo editorial nos foi de grande aprendizado ao longo dessa construção.

Nosso agradecimento especial àquelas e àqueles que estiveram diretamente envolvidos nos múltiplos fazimen-

tos que possibilitaram a concretização da agenda pública de promoção da cultura da paz e construção de uma cidade justa e inclusiva. Seguiremos esperançando e trabalhando juntos para que Niterói seja a melhor cidade para viver e ser feliz.

Comissão Organizadora

Apêndice I

Leis e Decretos que estabelecem os projetos e programas do Pacto Niterói contra a Violência

A definição de cada um dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência deu-se através de leis e decretos municipais, conforme discriminados a seguir em ordem cronológica.¹

Lei nº 3363 de 16 de julho de 2018

Cria o Programa Poupança Escola que é um incentivo educacional aos alunos em situação de vulnerabilidade que cursam o 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular ou profissionalizante em escolas públicas em Niterói.

Lei nº 3369 de 22 de agosto de 2018

Obriga a divulgação do Disque-Denúncia de Niterói em ônibus, táxis municipais, veículos de aplicativos e estabelecimentos comerciais.

Lei nº 3370 de 06 de setembro de 2018

Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018.

Lei nº 3374 de 16 de outubro de 2018

Autoriza a Prefeitura de Niterói a repassar, por meio de convênio com o Estado do Rio de Janeiro e com a União, recursos públicos, para pagamento da Premiação Especial por Apreensão de Arma de Fogo aos servidores da Segurança Pública que efetuarem a apreensão de armas de fogo e granadas portadas, possuídas ou mantidas ilegalmente na circunscrição do município.

¹ NITERÓI-RJ, Prefeitura de. O marco regulatório dos programas do Pacto Niterói Contra a Violência. Site do Pacto Niterói Contra a Violência, 2021. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br>.

Decreto nº 13118 de 06 de dezembro de 2018

Aprova o Regulamento de pagamento de indenização pela entrega voluntária de arma de fogo junto à Delegacia da Polícia Federal.

Decreto nº 13119 de 06 de dezembro de 2018

Regulamenta a Lei nº3374, de 16 de outubro de 2018, que institui a Premiação Especial por Apreensão de Armas de Fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências.

Decreto nº 13378 de 06 de novembro de 2019

Cria a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV), que estabelece e orienta as ações do eixo de Prevenção do Pacto Niterói Contra Violência.

Lei nº 3437, de 07 de novembro de 2019

Dispõe sobre o Incentivo ao Pré-Natal Seguro no âmbito do Município de Niterói e dá outras providências.

Decreto nº 13475/2020 de 07 de novembro de 2019

Regulamenta a Lei Nº 3.437, de 07 de novembro de 2019, que cria o incentivo ao pré-natal seguro e dá outras providências.

Decreto nº 13380 de 08 de novembro de 2019

Regula e implementa a Mediação de Conflitos como integrante da Política Pública de Segurança no Município de Niterói.

Decreto nº 13.862 de 12 de janeiro de 2021

Institui os critérios de avaliação de desempenho aplicáveis aos servidores do quadro da Guarda Municipal de Niterói em estágio probatório, para fins de confirmação no cargo e aquisição da estabilidade.

Lei nº 3676 de 22 de dezembro de 2021

Amplia o incentivo educacional aos alunos em situação de vulnerabilidade do Programa Poupança Escola para alunos que cursam a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular ou profissionalizante em escolas públicas em Niterói.

Lei nº 3683 de 04 de janeiro de 2022

Institui o Incentivo Pré-Natal Seguro para as mulheres gestantes, uma das ações do Programa Escola da Família: promovendo práticas parentais com afeto, sem violência.

Decreto nº 14.510 de 18 de maio de 2022

Regulamenta a Lei nº 3.683/2022 para implementação do Incentivo ao Pré Natal Seguro.

Apêndice II

Memorial da composição da gestão do Pacto Niterói Contra a Violência entre os anos de 2018 e 2022

Desde seu lançamento, o Pacto Niterói Contra a Violência contou com a ampla participação de gestores municipais que coordenam suas atividades e os processos de implantação e implementação dos projetos e programas. Abaixo apresentamos um memorial que registra, em ordem cronológica, os servidores e gestores da Prefeitura Municipal de Niterói que atuam de forma intersetorial e transversal ao longo desses 4 anos de história de promoção das políticas públicas de segurança, prevenção à violência e cultura da paz.

EQUIPE DE GOVERNANÇA

Coordenação Geral

Axel Grael

Rodrigo Neves

Coordenação Geral Executiva

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Ubirajara Bento Marques

Comitê Gestor

Anderson Pipico

Axel Grael

Giovanna Vicer

José Antônio Fortuna Nogueira – Prof. Barroco

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Paulo Roberto M. Bagueira Leal

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

Severine Macedo

Ubirajara Bento Marques

Vicente Augusto Temperini Marins

Coordenação de Avaliação e Monitoramento

André Carrara

Severine Macedo

Karina de Paula

Coordenação de Comunicação

Patrícia Assed Pereira

Coordenação de Projetos e Programas

Luisa Vianna Assumpção

Ana Carolina Vitória Medeiros Silva

Coordenação Administrativa

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

EIXO PREVENÇÃO

Gestores

José Antônio Fortuna Nogueira – Prof. Barroco

Paulo Roberto M. Bagueira Leal

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

Ubirajara Bento Marques

Severine Macedo

Amanda Silva de Oliveira Pinheiro

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Banco de Oportunidades

Robson Guimarães José Filho – Binho

Wesley Eduardo dos Santos Oliveira

Luísa Vianna Assumpção

Órgão Gestor: Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude

Rede Acolher e Escritório Social

Anderson Pipico

Renato Lutterback

Carlos Mário da Silva Neto

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Participação Social

Escola da Família: Promovendo Práticas Parentais com afeto, sem violência

Maria José Soares Pereira

Órgãos Gestores: Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal de Saúde e Fundação Estatal de Saúde.

Escola da Paz

Andrea Pierre dos Reis

Solange Tubino

Ronald dos Santos Quintanilha

Órgãos Gestores: Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Educação

Espaço Nova Geração

Bárbara Siqueira

Órgão Gestor: Secretaria Regional do Fonseca

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Governo

Rede Mais Proteção

Vania Christina Macieira Couto de Miranda

Miriam Ribeiro

Órgão Gestor: Fundação Estatal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde

Território da Juventude

Ana Lúcia Tarouquella Schilke

Danielle Murtha

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária

EIXO POLICIAMENTO E JUSTIÇA

Gestor

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃO GESTOR

Premiação apreensão de Armas

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cunha

Observatório de Segurança Pública - OSPNIT/GGIM

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de Armas

Leonardo Nigromonte

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento (Niterói Presente e PROEIS)

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Gilson Chagas e Silva Filho

Mauricio Santos de Moraes

Cessar Fogo

Carlos Raposo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Disque Denúncia

Patrícia Assed Pereira

Francisco Lima Torres

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP)

EIXO AÇÃO TERRITORIAL INTEGRADA

Gestores

Axel Grael

Severine Macedo

Amanda Silva de Oliveira Pinheiro

Ubirajara Bento Marques

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Niterói Jovem Eco Social

Anderson Pipico

Mariane Thamsten de Castro Araújo

Valéria Braga

Renato Lutterback

Octavio Ribeiro Santos

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Participação Social

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Órgão Gestor: Secretaria Executiva

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Obras

EIXO CONVIVÊNCIA E ENGAJAMENTO

Gestora

Maria das Graças Silva Raphael

PROJETOS, GERENTES E ÓRGÃOS GESTORES

Fortalecimento da Guarda Municipal

Gilson Chagas e Silva Filho

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Paulo Roberto Britto Júnior

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Ordem Pública

Código de Convivências

Luísa Vianna Assumpção

Órgão Gestor: Secretaria Executiva

Rede Mediar

Luísa Vianna Assumpção

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Direitos Humanos

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Durante esse período, as ações de cogovernança foram realizadas com a participação direta de organizações da sociedade civil e instituições com atuação em Niterói. Seus representantes compuseram comissões, comitês e grupos de trabalho com o objetivo de organizar e realizar atividades e projetos, como os Encontros de Devolutivas e o ComVivências, com foco no fortalecimento da convivência e da cultura da paz.

- Associação Nacional de Advocacia Criminal – ANACRIM
- Comissão de Direitos da Mulher da OAB Niterói
- Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB Niterói
- Comissão de Direitos Humanos da OAB Niterói
- Conselho Comunitário de Segurança Pública – CCS AISP12
- Federação de Associação de Moradores de Niterói - FAMNIT
- Mediati Diálogo e Soluções
- Sociedade Beneficente da Sagrada Família
- Universidade Federal Fluminense
- Instituições executoras dos projetos e programas
- VIVA RIO
- MOVRI0
- FIRJAN - SENAI / SESI
- INSTITUTO MOLEQUE MATEIRO
- VIRAÇÃO
- FINATEC

Nossos mais sinceros agradecimentos!

Seguimos juntos construindo a cultura
da paz e promovendo uma
sociedade mais inclusiva e sem violência.

Pacto Niterói Contra a Violência

Niterói, 2023

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM:

DIN 10/14

Capa em papel Supremo 250g.

Miolo em papel Couché 115g.

16 cm de largura x 23 cm de altura



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Nesse segundo volume apresentamos as estratégias e os desafios enfrentados pelos gestores e gerentes para implementar os projetos e programas com foco na prevenção à violência, ação territorial integrada e engajamento dos cidadãos, ao longo dos primeiros quatro anos de existência do Pacto Niterói Contra a Violência. Os textos aqui presentes nos fazem refletir sobre a jornada de consolidação de políticas públicas desenvolvidas a partir da compreensão da violência como fenômeno humano-social, relacional, multicausal e polissêmico, com concepções e tipologias das mais diversas, executadas de forma transversal e intersetorial, contexto que complexifica o desenvolvimento de ações para a garantia de direitos.

REALIZAÇÃO



APOIO

PEACE
IN OUR CITIES

